



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação

Núbia Carla Campos

**A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de
lésbicas no Brasil – 1979-2001**

Rio de Janeiro
2014

Núbia Carla Campos

**A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no
Brasil – 1979-2001**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Cleia Schiavo Weyrauch

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SÍRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C198 Campos, Núbia Carla.
A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de
lésbicas no Brasil – 1979-2001 / Núbia Carla Campos. – 2014.
177 f.

Orientador: Cleia Schiavo Weyrauch.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Lésbicas – Teses. 2. Movimentos sociais – Teses. 3. Escritos de
lésbicas brasileiras – Teses. I. Weyrauch, Cleia Schiavo. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 316.2-055.3

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Núbia Carla Campos

**A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no
Brasil – 1979-2001**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana.

Aprovada em

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Cleia Schiavo Weyrauch (Orientadora)
Programa de Políticas Públicas e Formação Humana - UERJ

Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof.^a Dra. Tatiana Lionço
Faculdade de Psicologia – Universidade de Brasília - UNB

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que lutaram e lutam pela liberdade.

AGRADECIMENTOS

Desde o meu ingresso no programa de mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ e durante a realização deste trabalho, inúmeras mudanças ocorreram em minha vida. Socialmente, proveniente de família evangélica e com comportamento visto como heterossexual, passei a ser vista como lésbica convicta e militante. Então, percebi os privilégios que tive até aquele momento e meu corpo passou a sentir os efeitos das opressões como nunca antes havia sentido.

As mudanças foram muitas e aconteceram tão rapidamente que cheguei a ter que me licenciar do curso de mestrado para administrar as tantas demandas emocionais que tive, com consequências importantes para a minha saúde física e mental.

Neste momento, sou profundamente grata por cada livro, cada autor, cada personagem da minha própria história que fortaleceu minhas convicções acerca de meus ideais e colaborou para a desconstrução de tudo aquilo que parecia estar tão sólido.

Agradeço à querida professora Dra. Cleia Schiavo, minha orientadora, pela grande sensibilidade e apoio nestes anos de convivência. Em alguns deles, com uma palavra doce e amiga, me fez acreditar que todas as experiências seriam muito importantes para a minha formação.

Agradeço profundamente à minha família de origem: minha mãe, meu pai e minha irmã, que me apoiou em todos os momentos, sempre acreditando em meu potencial e esforço. Agradeço também aos outros parentes próximos e tão queridos, por compreenderem minha ausência por tanto tempo.

Agradeço a Lie, querida companheira, a mulher fantástica que me acompanhou em todo o processo de vivência e escrita, sempre com muito amor e afeto, me ajudando de muitas e todas as formas possíveis.

Sou imensamente grata pela oportunidade e honra de ter estudado no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da UERJ, pelos professores, colegas, pela coordenação e todos os funcionários. Foi muito satisfatório ter participado de um programa com pessoas que me trouxeram esperança em uma fase de tantas adversidades.

Agradeço também aos professores Dr. Guilherme Silva de Almeida e Dra. Tatiana Lionço, por terem aceitado fazer parte da banca de avaliação deste trabalho, bem como pelo carinho e paciência que tiveram em todos os momentos comigo. Também agradeço à CAPES, pela bolsa de estudos que me concedeu.

Agradeço às tantas pessoas incríveis que conheci nesta caminhada, na UER, que me ensinaram muito pelas vivências, pela sua resistência, pelas relações e através de pequenos momentos, com o compartilhar de experiências. Também sou imensamente grata às ativistas e pesquisadoras que me concederam o material e as entrevistas que possibilitaram a realização deste trabalho: Alice Oliveira, Laura Bacellar, Marisa Fernandes, Miriam Martinho, Neusa das Dores Pereira, Patrícia Lessa e Yone Lindgren, a quem reverencio.

Agradeço aos amigos antigos que resistiram à minha mudança, permanecendo, incentivando e apoiando com grande interesse e disposição para entender minhas novas questões.

Agradeço a todas as formas de vida e energia que me auxiliam, protegem e me dão forças para seguir adiante.

O movimento é interno e não para.

Num mundo em que tudo é do homem
até mesmo uma mulher
eu não me encaixo
sinto profunda solidão
Mas os sonhos trazem esperança
e meu desejo revela conexão
com uma desertora
me refugio nos braços da amante
Tivemos que atear fogo na rua formando
barricadas de palavras
como armamento confeccionamos molotovs
e atiro contra policiais afetivos sexuais
Meu machado, meu labrys

Formiga

Poeta da zona sul de São Paulo

RESUMO

CAMPOS, Núbia Carla. *A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001*. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ, Rio de Janeiro, 2014.

A invisibilidade das lésbicas na sociedade, mais que um mero acaso, é vista pelo movimento de lésbicas como uma forma de manutenção da norma social da heterossexualidade. O objetivo do presente trabalho é descrever a trajetória do movimento de lésbicas no Brasil, no período de 1979, ano de seu surgimento em São Paulo/SP, até 2001, ano em que ocorreu o IV Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE). Neste estudo, foram analisadas as demandas, especificidades, dificuldades e pautas do movimento de lésbicas no Brasil, através dos grupos e ONG's, bem como as relações das lésbicas entre si e com os movimentos LGBT e feminista no Brasil. Através da análise do discurso produzido na documentação do período, bem como através da recuperação histórica através da oralidade, buscamos traçar a trajetória do movimento de lésbicas no Brasil, que teve caráter essencialmente feminista. Ainda, buscou-se contextualizar o movimento de lésbicas nas transformações ocorridas a partir dos anos 1980 na relação do Estado com os movimentos sociais e as transformações sociais decorrentes de tal relação. Para o desenvolvimento deste estudo foram realizadas entrevistas com militantes lésbicas, que têm uma trajetória junto à militância política lésbica e LGBT em âmbito nacional. Também foram analisados documentos relativos aos eventos, boletins, jornais e revistas produzidos pelos grupos de lésbicas. Escrever a lesbianidade do Brasil através da resistência e existência das ativistas, militantes e grupos se faz necessário para registrar a história, para que não seja esquecida.

Palavras-chave: Lésbica. Lesbianidades. Movimento de lésbicas no Brasil. História de Movimentos Sociais. Movimento LGBT. Identidade lésbica.

ABSTRACT

CAMPOS, Núbia Carla. *The lesbianism as resistance: the trajectory of the movement of lesbians in Brazil - 1979-2001*. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ, Rio de Janeiro, 2014.

Rather than a simple coincidence, invisibility of lesbians in society, is seen by the lesbian movement, it is a way of maintaining the social norm of heterosexuality. The aim of this work is to describe the trajectory of the Brazilian lesbian movement, from 1979, when it was created in São Paulo, until 2001, when occurred the IV National Lesbian Seminar (SENALE). In this study, we analyzed the demands, specificities, challenges and guidelines of the lesbian movement in Brazil, by investigating the groups and NGOs, as well as the lesbians' relationships both with themselves and with the feminist and LGBT movements. We analyzed the discourses from documentation produced in the period, and we made a historical recovery through oral narratives, in order to trace the trajectory of the lesbian movement in Brazil, which had a essentially feminist character. We also tried to consider the changes in the work of lesbian movement since 1980, when modifications began to occur in the relationship between the state and the social movements, in order to investigate the social transformations that came to be possible or not possible in that context. To develop this study, we interviewed three lesbian activists, who have a relevant work in the history of the Brazilian lesbian and gay political activism. Documents relating to events, newsletters, newspapers and magazines produced by lesbian groups were also analyzed. It is necessary to write about the lesbianism in Brazil, recognizing the resistance and the existence of activists, militants and groups, in order to record the history, so it not forgotten.

Keywords: Lesbian. Lesbianism. Lesbian movement in Brazil. History of Social Movements. LGBT movement. Lesbian identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Grupos listados na edição de março de 1980	58
Figura 2 -	Grupos listados na edição de junho de 1980	59
Figura 3 -	Grupos listados na edição de julho de 1980	59
Figura 4 -	Grupos listados na edição de agosto de 1980	59
Figura 5 -	Grupos listados na edição de setembro de 1980	59
Figura 6 -	Grupos listados na edição de janeiro de 1981	59
Figura 7 -	Grupos listados na edição de fevereiro de 1981	59
Figura 8 -	Foto da manifestação no 1º de maio de 1980	61
Figura 9 -	Capa da edição nº 12 do Lampião da Esquina	62
Figura 10 -	Título e foto da reportagem do Jornal Lampião da Esquina.....	63
Figura 11 -	Desenho e título da reportagem do Jornal Lampião da Esquina.....	65
Figura 12 -	Chamada do I Encontro Brasileiro de Homossexuais no Jornal Lampião	66
Figura 13 -	Relatório do grupo que discutiu o tema: A questão lésbica: machismo entre homossexuais e papéis sexuais no I EBHO	70
Figura 14 -	Título da matéria que noticiava sobre o I EBHO e EGHO no Lampião da Esquina.....	71
Figura 15 -	Foto do I EGHO publicada no o Lampião da Esquina.....	71
Figura 16 -	Mulheres do Lésbico Feminista em um dos debates do II CMP	74
Figura 17 -	Faixa do II Congresso da Mulher Paulista.....	75
Figura 18 -	Foto do III Congresso da Mulher Paulista – Ato público na Sé	80
Figura 19 -	Faixa estendida na escadaria do teatro Municipal, na passeata do dia 13 de junho de 1980, contra as prisões arbitrárias do citado delegado Richetti	84
Figura 20 -	Grupo ação lesbica feminista na passeata que ativistas homossexuais, feministas, do movimento negro, no dia 13 de junho de 1980	85
Figura 21 -	Edição única do Jornal Chanacomchana, janeiro de 1981	89
Figura 22 -	Chamada do GALF para reuniões	91
Figura 23 -	Foto entrada do Ferro's bar em 19 de agosto de 1983	98

Figura 24 - Rosely Roth denunciando os abusos realizados no Ferro's na manifestação de 1983.....	99
Figura 25 - Edições do Boletim Chanacomchana (1982 a 1987), do GALF	107
Figura 26 - Edições do Boletim Um Outro Olhar (1987 a 1990), do GALF	111
Figura 27 - Grupos década de 1990.....	113
Figura 28 - Edições do Boletim Um Outro Olhar publicado pela Rede de Informação Um Outro Olhar (1990 a 1994).....	118
Figura 29 - Edições do Revista Um Outro Olhar publicada pela Rede de Informação Um Outro Olhar (1995 a 2001).....	120
Figura 30 - Símbolo do movimento D'ellas/RJ.....	126
Figura 31 - Algumas edições do Boletim Visibilidade, do COLERJ/RJ.....	129
Figura 32 - Fotos da passeata de encerramento da 17ª conferência da ILGA, a primeira parada do orgulho LGBT no Brasil – Rio de Janeiro/RJ.....	131
Figura 33 - Passeata de encerramento da 17ª conferência da ILGA – Rio de Janeiro/RJ.....	132
Figura 34 - Oficina no V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe ocorreu no Rio de Janeiro.....	137
Figura 35 - Roda no V encontro de lésbicas feministas da America Latina e do Caribe.....	138
Figura 36 - Capa do relatório do V encontro de lésbicas feministas da America Latina e do Caribe.....	138
Figura 37 - Grupo no V encontro de lésbicas feministas da America Latina e do Caribe.....	139
Figura 38 - Lista de participantes do V encontro	139
Figura 39 - Organizações década 1990	140
Figura 40 - Periódicos e Boletins publicados no Brasil.....	140
Figura 41 - Material visual do I SENAILE – 1996	149
Figura 42 - Notícia sobre o I SENAILE da Revista Um Outro Olhar	151
Figura 43 - Anúncio do II SENAILE na Revista Um Outro Olhar	152
Figura 44 - Material visual do II SENAILE - 1997	153
Figura 45 - Material visual do III SENAILE - 1998	155
Figura 46 - Foto da mesa no III SENAILE	156
Figura 47 - Foto das participantes do III SENAILE	156
Figura 48 - Anúncio do encontro na Revista Um Outro Olhar	158

Figura 49 - Material visual do IV SENALE.....	159
Figura 50 - Linha do tempo 1978-1882	160
Figura 51 - Linha do tempo 1983-2001	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ONG	Organização não governamental
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros
SENALE	Seminário Nacional de Lésbicas
COLERJ	Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro
EGHO	Encontro de Grupos Homossexuais organizados
LF	Grupo Lésbico Feminista
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
CAOC	Centro Acadêmico Oswaldo Cruz
PT	Partido dos Trabalhadores
PC	Partido Comunista
USP	Universidade de São Paulo
CA	Centro Acadêmico
EPGHO	Encontro Paulista dos Grupos Homossexuais Organizados
GGB	Grupo Gay da Bahia
CMP	Congresso da Mulher Paulista
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PMDB	Partido do Movimento Democrático do Brasil
PC do B	Partido Comunista do Brasil
MH	Movimento Homossexual
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
GALF	Grupo de Atuação Lésbico Feminista
GALF	Grupo Ação Lésbico Feminista
GALF	Grupo de Atuação Lésbica Feminista
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
DEGRAN	Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo
OMS	Organização Mundial de Saúde
EUA	Estados Unidos da América
CID	Classificação Internacional de Doenças

ASESP	Associação dos Sociólogos de São Paulo
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais
CFL	Coletivo de Feministas Lésbicas
CEDOC	Centro de Documentação
ILGA	<i>Internacional Lesbian and Gay Association</i>
CEDEICOM	Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher
ISER	Instituto Superior de Estudos da Religião
ASTRAL -	Associação de Travestis e Liberados
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
ILGA LAC	<i>Internacional Lesbian and Gay Association Latin America and the Caribbean</i>
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
SEPE-Lagos/RJ	Sindicato estadual dos profissionais de educação da região dos Lagos
ALEM	Associação Lésbica de Minas
EBLHO	Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais
EBGL	Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas
EBGLT	Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis
DST/AIDS	Doenças Sexualmente Transmissíveis/ <i>Acquired Immuno Deficiency Syndrome</i>
CBN	Central Brasileira de Notícias
GLB	Grupo Lésbico da Bahia
GPM	Grupo Palavra de Mulher
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
SINDEESS	Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Saúde de Belo Horizonte e região
LAMCE	Liberdade no Amor entre Mulheres do Ceará

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
1	DEFINIÇÃO DO TEMA E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	20
1.1	Da delimitação do tema e objeto de pesquisa	20
1.2	Delimitação temporal e espacial	21
1.3	Esclarecimento acerca da terminologia utilizada	21
1.4	Coleta de bibliografia para a pesquisa	23
1.5	Metodologia	25
1.6	Organização dos capítulos	26
2	LESBIANIDADES, HOMOSSEXUALIDADES, IDENTIDADES	28
2.1	Da homossexualidade	28
2.1.1	<u>Da homossexualidade como doença e a retirada do “homossexualismo” da Classificação Internacional de Doenças</u>	31
2.2	Das lesbianidades	33
2.3	A questão da identidade como fator de diferenciação de determinado agrupamento humano e as formulações teóricas pós identitárias	39
2.3.1	<u>A identidade lésbica e a afirmação da matriz heterossexual</u>	45
2.4	A questão das pessoas homossexuais como grupo de minoria e o capitalismo	47
3	O MOVIMENTO DE LÉSBICAS NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS E LGBT NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO	50
3.1	Considerações importantes sobre os movimentos de lésbicas	50
3.1.1	<u>Lésbicas feministas</u>	51
3.1.2	<u>Lésbicas radicais</u>	52
3.1.3	<u>Lésbicas Separatistas</u>	53
3.1.4	<u>Movimento no Brasil</u>	53
3.2	1978: Embriões do movimento LGBT no Brasil: Lâmpião da Esquina e Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais	54

3.3	1978/1979: Somos – Grupo de Afirmação Homossexual em São Paulo e outros grupos homossexuais que passam a surgir no Brasil	56
3.4	1979 – Maio: O marco para o Subgrupo Lésbico-Feminista: a participação com a publicação de uma matéria no Jornal Lampião da esquina	61
3.5	1980-Abril: Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), em São Paulo	66
3.6	1979 – 1980: I a III Congressos da Mulher Paulista – A participação das lésbicas e os descompassos com o movimento feminista	73
3.6.1	<u>I Congresso da Mulher Paulista - 03 e 04 de março de 1979 e II Congresso da Mulher Paulista – 08 e 09 de março de 1980</u>	73
3.6.2	<u>I Encontro dos Grupos Feministas do Estado de São Paulo</u>	76
3.6.3	<u>III Congresso da Mulher Paulista – 22 de fevereiro, 7 e 8 de março de 1981</u>	78
3.7	1980-1981: LF: Grupo Lésbico-Feminista: O primeiro grupo exclusivamente de lésbicas do Brasil	81
3.7.1	<u>Jornal Chanacomchana: publicação lésbica lançada pelo GALF (janeiro de 1981)</u>	88
3.8	1981-1990: GALF: Grupo Ação Lésbica Feminista	89
3.8.1	<u>1983 - Marco histórico do dia 19 de agosto: Primeira manifestação pública protagonizada por lésbicas brasileiras</u>	96
3.8.2	<u>1982 - 1987 Boletins Chanacomchana e Boletins Um Outro Olhar: publicações lésbicas mantida pelo GALF</u>	100
3.8.2.1	Conteúdo dos boletins Chanacomchana	101
3.8.2.2	Boletins Um Outro Olhar produzidos pelo GALF	110
3.9	Outras organizações lésbicas existentes na década de 1980 no Brasil	113
3.10	Transição para a década de 1990 - O surgimento das ONG´S e os efeitos dos programas governamentais de combate à AIDS no Brasil	114
3.11	1990 – Atualidade: Rede de Informação Um Outro Olhar	115

3.11.1	<u>Boletins Um Outro Olhar: publicação lésbica mantida pela Outro Olhar de 1990 a 1994</u>	117
3.11.2	<u>Revistas Um Outro Olhar: publicação lésbica mantida pela Rede de Informação Um Outro Olhar de 1995 a 2003</u>	120
3.12	1990 – Atual - Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL-SP)	124
3.13	1993 – Atual: Grupo D´ellas – Rio de Janeiro/RJ	125
3.14	1995 – Atual: Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro/RJ – COLERJ, um espaço predominantemente de lésbicas negras	127
3.14.1	<u>1998 - Boletins Visibilidade: publicação lésbica mantida pelo COLERJ</u> ...	129
3.15	1995 – 17ª Conferência Mundial da ILGA (<i>Internacional Lesbian and Gay Association</i>) - Rio de Janeiro/RJ	130
3.16	1998 – Edições GLS – Editora Laura Bacellar	132
3.17	1999 – V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe – Rio de Janeiro e Histórico dos encontros de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe 1987-1999	133
3.17.1	<u>1987 - I Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe – México</u>	133
3.17.2	<u>1990 - II Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe – Costa Rica</u>	134
3.17.3	<u>1992 - III Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe – Porto Rico</u>	135
3.17.4	<u>1995 - IV Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe – Argentina</u>	136
3.17.5	<u>1999 – V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe – Brasil</u>	137
3.18	Outras organizações lésbicas existentes na década de 1990 no Brasil	140
3.19	Boletins e periódicos publicados no Brasil (1980-1990-2000)	140
3.20	Dos Encontros de Grupos de Homossexuais (EGHO)´s ocorridos desde então	141
3.21	1996- 2001: Do I ao IV Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) ...	144
3.21.1	<u>Um evento nacional feito por lésbicas e para lésbicas</u>	144
3.21.2	<u>1996 - I SENALE- Rio de Janeiro/RJ - 29 de agosto e 01 de setembro de 1996: Saúde, Visibilidade e Organização</u>	146

3.21.3	<u>1997- II SENALE - Salvador/BA, 26 a 28 de setembro de 1997 - Saúde e Cidadania</u>	150
3.21.4	<u>1998- III SENALE - Betim/MG, 25 a 27 de setembro de 1998 - Saúde e Visibilidade</u>	153
3.21.5	<u>2001- IV SENALE - Aquiráz/CE, 29 de agosto a 01 de setembro de 2001- Cidadania, Visibilidade, Saúde e Organização</u>	157
3.22	Linha do tempo do movimento de lésbicas no Brasil: 1979-2001	160
	CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES SOBRE POSSÍVEIS OBSTÁCULOS PARA OS AVANÇOS DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS NO BRASIL	162
	REFERÊNCIAS	167
	ANEXO A – Jornais e Boletins utilizados na pesquisa	174

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo sobre os movimentos de lésbicas no Brasil, desde o seu surgimento em 1979 até o ano de 2001. Realizado a partir da cidade de São Paulo, onde o movimento oficialmente teve seu início, pretende-se contribuir para os estudos sobre movimentos sociais no Brasil, no que diz respeito aos movimentos de lésbicas que surgem a partir no fim da década de 70.

Inicialmente, o movimento é chamado de homossexual e no Brasil é associado à fundação do grupo Somos, em São Paulo, no ano de 1978¹, grupo que contava com lésbicas e *gays*. O movimento homossexual, ainda muito vinculado ao movimento *gay* norte-americano, surgiu com a predominância de homens homossexuais.

Aos poucos, no decorrer da história, o movimento de homossexuais foi incorporando outras identidades sexuais e de gênero, fato que trouxe outras letras para a sua sigla, com a demonstração de que a diversidade é muito mais diversa que se poderia imaginar (FACCHINI, 2005, p.20). Atualmente, há o grande movimento chamado de LGBT², que engloba lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros³. E cada vez mais, é possível verificar que a diversidade entre as próprias pessoas LGBT's é muito grande, não havendo homogeneidade entre as⁴ pessoas integrantes do mesmo grupo identitário.

¹ Importante salientar que no mundo há relatos de que o nascimento do movimento homossexual se remeta ao final da década de 1940, quando se tem a primeira organização destinada a uma imagem negativa da homossexualidade: o espaço chamado de *COC (Center for Culture and Recreation)*, em Amsterdam, que editava uma publicação mensal sobre homossexualidade, o *Levensrecht*.

² Sobre a sigla LGBT, salientamos que foi na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que aconteceu em 05 a 08 de junho de 2008, em Brasília, que o "L" passa a ficar na frente da sigla, como reivindicação de visibilidade para as lésbicas dentro do movimento, bem como padronização em relação às siglas internacionais. (FACCHINI, 2009, p. 140)

³ O Brasil, através da coordenação de promoção dos direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, bem como em outros diversos programas de políticas públicas, utiliza a sigla LGBT representando Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. No entanto, ante o surgimento de pessoas que se reivindicam transgêneras, mantivemos a representação do "T" como o englobamento de travestis, transexuais e também de transgêneros, que de certa forma representa as pessoas que não se encaixam nos padrões de gênero existentes. Salientamos que as políticas públicas não englobam o termo transgêneros, bem como há controvérsias dentro do movimento acerca de sua utilização.

⁴ No presente trabalho, quando necessário, utilizamos o símbolo "*" como auxílio para a não marcação de gênero, em respeito especialmente às pessoas não binárias, ou seja, que reivindicam

O movimento de lésbicas surge do chamado movimento homossexual, tendo as lésbicas militantes se separado dos *gays* para discutirem separadamente suas especificidades e também pela dificuldade em lidar com as expressões do machismo dentro dos grupos⁵. No Brasil, o movimento de lésbicas tem caráter feminista, em geral. Em sua trajetória, há muitas rupturas, rachas, recomeços dentro dos grupos e entre eles.

No entanto, na produção acadêmica sobre a história dos movimentos LGBT's e feministas no Brasil, raramente há referências à participação das lésbicas de forma importante, no interior dos grupos mistos. Pretendemos, portanto, contribuir para organizar e sistematizar os acontecimentos havidos desde 1978/1979 até o ano de 2001, assinalando os principais acontecimentos que influenciaram a militância lésbica, bem como sua relação com os movimentos LGBT's e feminista.

Desta forma, o presente trabalho, que certamente não esgotará o tema, busca-se instigar novas produções sobre a temática da história do movimento de lésbicas no Brasil, bem como suas especificidades e principais reivindicações.

O objetivo é, pela análise dos processos de construção e reconstrução do movimento e das identidades⁶, descrever o que for possível de aspectos do funcionamento dos grupos e sua dinâmica na luta de direitos, bem como descrever a trajetória percorrida nas diversas fases do movimento de lésbicas no Brasil.

O estudo tem como base o trabalho de pesquisa bibliográfica, análise de periódicos, boletins, relatórios de eventos e a realização de entrevistas com algumas ativistas dos movimentos de lésbicas. Antes de avançar, serão necessários alguns esclarecimentos acerca da escolha do tema e dos recortes realizados para a análise dos movimentos de lésbicas, bem como sua articulação com o movimento LGBT e feminista.

a não marcação de gênero na linguagem e no tratamento entre as pessoas, tanto por viverem o gênero de forma transitória quanto por optarem pelo tratamento de forma neutra. Sempre que possível, buscamos utilizar a linguagem neutra sem a utilização do “*”, como no caso de utilização do termo “pessoas”, ao invés de utilizar a marcação de gênero feminina ou masculina. Mantivemos, no entanto, a marcação de gênero em alguns momentos, como na palavra “lésbica”, para contemplar os objetivos deste trabalho e facilitar sua compreensão. A oposição entre “masculino” e “feminino”, “homens” e “mulheres” e os papéis atribuídos a cada gênero são objetos do presente trabalho, como forma de contar a história e analisar os arranjos sociais que se dão a partir dessas verdades socialmente produzidas e aceitas.

⁵ Informação obtida em entrevista.

⁶ Sobre o termo identidades, trataremos com mais detalhes adiante.

1 DEFINIÇÃO DO TEMA E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

1.1 Da delimitação do tema e objeto de pesquisa

O projeto desta pesquisa surgiu de inquietações pessoais. Desde a elaboração da monografia para a conclusão da graduação, em que estudei o direito à moradia no Brasil, os movimentos sociais estavam em evidência. Quando assumi publicamente uma prática não heterossexual, a discriminação e o preconceito, por tal razão, passaram a fazer parte das vivências e discussões cotidianas. Dentro da militância LGBT, presentes estão as discussões em relação à concentração do poder e à manutenção do padrão conservador da ordem social em torno da família tradicional e da propriedade privada.

A construção do objeto de pesquisa, assim, foi se concretizando aos poucos, juntamente com a percepção da existência de grandes necessidades de ampliação das políticas públicas requeridas há décadas dentro do movimento de lésbicas, LGBT e feminista. Para tanto, a visibilidade é fundamental, como afirmação da existência de uma parcela da população que possui especificidades a serem atendidas.

Porém, as pesquisas sobre o movimento de lésbicas no Brasil são escassas. A maioria do material produzido no Brasil, ainda, diz respeito ao movimento LGBT em geral, bastante focada na homossexualidade masculina, sendo rara a descrição da trajetória das militantes que se reconhecem como lésbicas. Sobreveio então, a pretensão de estudar a trajetória das lésbicas como movimento, de forma a colaborar para a construção desta história, pois, como disse Tania Navarro Swain, “o que a história não diz, não existiu” (2000, 13).

Portanto, a presente pesquisa, a partir de uma abordagem histórica e descritiva, pretende concentrar os relatos do movimento de lésbicas no Brasil no período proposto, como forma de contribuição para a memória desta história.

1.2 Delimitação temporal e espacial

A delimitação espacial da presente pesquisa é o Brasil e embora haja citações e referências a grupos organizados em diversas cidades, principalmente capitais, a pesquisa foi realizada particularmente a partir das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Isso se deu porque todos os documentos remontam ao surgimento do primeiro grupo de homossexuais organizado para a cidade de São Paulo, no final da década de 1970, do qual algumas lésbicas participaram, iniciando o movimento no Brasil.

Assim, o movimento de lésbicas foi construído inicialmente em torno do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, no qual nos concentramos de forma majoritária neste trabalho. Os grupos fora desse eixo eram pequenos e não muito expressivos, dentro do recorte temporal proposto. Dentre outros fatores, a realização dos SENALE's (Seminários Nacionais de Lésbicas) trouxe maior possibilidade de organização do movimento em outros locais do país, e conforme ocorreram, a partir de 1996, os grupos locais se organizaram e se fortaleceram, segundo alguns relatos.

Em relação à delimitação temporal, iniciamos o trabalho a partir no final da década de 1970 e descrevemos a história do movimento até o ano de 2001, com a realização do IV SENALE.

1.3 Esclarecimento acerca da terminologia utilizada

Há muitos termos para a definição de mulheres que se sentem atraídas sexualmente e afetivamente por outras mulheres e/ou que se relacionam das mais diversas formas com outras mulheres. Se por um lado, muitas lésbicas não gostam de se rotular utilizando este termo, outras encaram a definição como necessária para a delimitação do espaço que pretendem marcar como sujeito de direitos e de políticas públicas.

Em determinadas sociedades e épocas, os termos “mulher-macho” ou “mulher-homem” foram utilizados. Na década de 70, surge a palavra “entendida(o)”,

para se referir às pessoas que são conhecedoras da homossexualidade, como uma referência à prática da homossexualidade (MACRAE; FRY, 1983).

Sobre o termo “sapatão”, não se sabe ao certo de sua origem, mas há referências que nos fazem acreditar que seria porque as lésbicas se recusavam a usar os sapatos femininos, por muitas vezes desconfortáveis e que lhes impediam o livre movimento, por causa dos saltos, passando a utilizar sapatos masculinos. Por sua vez, os sapatos masculinos, que eram vendidos somente em números maiores, ficavam grandes nas lésbicas, originando o termo “sapatão”.

A expressão “lésbica”, segundo histórias,

deriva de Lesbos, ilha grega, onde viveu uma das maiores poetisas da Antiguidade, Safos, cuja obra sobreviveu ao tempo e a repressão da misoginia cristã, embora fragmentariamente, mas que simbolizou e, ainda simboliza, não só o amor entre mulheres, mas também, principalmente, a revolta contra a opressão masculina que sempre deu às mulheres o papel de escravas e meros aparelhos de reprodução. Safo immortalizou o amor entre mulheres em poemas de extremo brilho, ultrapassando, em muito, os objetivos de preparação para o casamento propostos pelos círculos femininos onde se ensinava arte às mulheres, em sua época. De sua coragem e seu amor pelas mulheres, na ilha de Lesbos, surgiu esta palavra tão “mal-dita” que o sistema patriarcal constantemente procura deturpar. Para nós, portanto, nos autodenominarmos lésbicas, representa não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, mas, muito mais que isso, significa uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo. Através dela, identificamos nossa luta contra o preconceito e passamos a existir política, social e culturalmente, rasgando o manto da invisibilidade que tanto interessa ao sistema. Nós a utilizamos como um predicado a que podem ser acrescidos inúmeros outros adjetivos perfeitamente intercambiáveis, não estanques e passíveis de mudança no corredor do tempo e a partir das alterações que vieram a ocorrer nas estruturas da sociedade. (Boletim Chanacomchana nº 04, maio de 1983, p.1)

O trecho referido acima, além das suas origens da palavra, levanta uma questão importante acerca da libertação da heterossexualidade compulsória e do papel imposto às mulheres na sociedade. Há inúmeras referências à figura da lésbica política, como a de Mogrovejo (2000), com uma posição de resistência às imposições do heteropatriarcado não restrita ao plano sexual, mas uma opção política, uma rejeição muito consciente do papel social e sexual atribuído às mulheres, ao patriarcado e às limitações impostas às mulheres, através da assunção do controle de suas próprias vidas.

A feminista radical francesa, Monique Wittig, autora de *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*, nos elucida que “lesbianismo⁷ é o único conceito que conheço que está além das categorias de sexo (mulher e homem), pois o sujeito designado (lesbiano) não é uma mulher, nem economicamente, nem politicamente, nem ideologicamente” (WITTIG, 2002. p. 102).

Levando em consideração a palavra “lésbica” e sua utilização no movimento, tal terminologia foi escolhida para o presente trabalho.

1.4 Coleta de bibliografia para a pesquisa

Na pesquisa, foram utilizados boletins, revistas, relatórios de memória dos SENALE's, trabalhos científicos que falam sobre alguns grupos específicos, bem como conteúdos de sites informativos de lésbicas e LGBT's.

Uma das maiores dificuldades na realização da pesquisa foi a dispersão da documentação. Em sua maioria, os boletins, relatórios e jornais não estão publicados e sua obtenção se deu através do contato direto com militantes que acumulam o material que conta a história dos grupos de lésbicas no Brasil.

As referências utilizadas foram:

- Jornal Lampião da Esquina – Rio de Janeiro – mensal (37 edições, mais edição zero e três edições extras – abril/1978 a junho/1981);
- Jornal Chanacomchana – São Paulo - única (1 edição - janeiro/1981);
- Boletim Chanacomchana – São Paulo – trimestral/quadrimestral (12 edições – 1982 a 1987);
- Boletim Um Outro Olhar – São Paulo – bimestral (20 edições – 1987 a 1994);
- Revista Um Outro Olhar – São Paulo – semestral (13 edições – 1995 a 2001);

⁷ O termo “lesbianismo” foi muito usado com tal sufixo, “ismo”, que do grego indica uma ideologia, um sistema a ser seguido. Como para a medicina o sufixo “ismo” refere-se à doença, quando a homossexualidade deixa de ser considerada doença, o sufixo deixa de ser usado. Algumas lésbicas e grupos na atualidade ainda usam o termo “lesbianismo” como prática e ideologia.

- Boletim Visibilidade - Jornal do COLERJ – Rio de Janeiro - bimestral (4 edições – agosto de 1998, dezembro de 1998, março de 1999, edição 03 de 2001);
- Resgate histórico do SENALE – Recife - única (1 edição - 2008);
- Livro de atas do COLERJ com registros da abertura do 1º SENALE – Rio de Janeiro (1996);
- Relatório do V encontro de lésbicas feministas da América Latina e Caribe – Rio de Janeiro – única (1999)

No jornal Lampião da Esquina, foram analisadas reportagens escritas por lésbicas (como no caso das páginas 07 a 11 da edição de maio/1979) e nas demais edições, bem como os relatos dos eventos ocorridos entre os grupos dos quais as lésbicas participavam.

Nos boletins e nas revistas foram analisadas todas as partes, tais como a capa, chamadas, fotos, editorial, matérias, entrevistas, notícias, troca de cartas de leitoras. Os jornais, boletins e revistas são fontes diretas que permitiram a análise da atuação do movimento, com as notícias dos acontecimentos da época e com a propagação das ideias dos grupos que compunham o editorial. O contato direto com o material possibilitou um olhar para dos grupos, encontros e trajetória das ativistas, das lutas e pretensões.

Nos relatórios dos eventos, além da obtenção da quantidade de participantes, local, detalhes da equipe de organização e acontecimentos principais, foi possível ter acesso a fotos e material visual dos eventos, muitos inseridos no presente trabalho.

Por fim, contamos com entrevistas diretas das seguintes ativistas: Alice Oliveira⁸ (CE), Laura Bacellar⁹ (SP) Neusa das Dores Pereira¹⁰ (RJ), Miriam

⁸ Ativista que participou do início do movimento em São Paulo, em 1979, do Grupo Lésbico Feminista (LF), do Terra Maria Opção Lésbica, CFL, Coletivo Lésbico Feminista, SP, bem como participou da organização do IV SENALE. Atualmente, é Coordenadora Geral Interina da Associação das Prostitutas do Ceará, em Fortaleza, CE. Alice foi entrevistada em um encontro com a autora em São Paulo, bem como por através de diversos *emails* e ligações trocados com a autora.

⁹ Laura Bacellar é escritora e editora de livros. É autora de variadas obras. Fundou a Edições GLS e atualmente e posteriormente fundou a Editora Malagueta, uma editora de lésbicas e para lésbicas, única da América Latina com este molde.

¹⁰ Ativista que fundou o Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher, CEDEICOM e o Coletivo de Lésbicas do RJ, COLERJ, e que participou da organização do I SENALE, em 1996. Atualmente, trabalha no Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher, CEDEICOM, RJ. Neusa foi entrevistada pessoalmente. Forneceu-nos materiais de documentação do I SENALE,

Martinho¹¹ (SP), Marisa Fernandes¹² (SP) e Yone Lindgren¹³ (RJ). As entrevistas foram realizadas pessoalmente e/ou por correio eletrônico, com perguntas abertas sobre a fundação e participação nos grupos, bem como sobre a organização de eventos e participação nos encontros nacionais e internacionais. Algumas ativistas colaboraram com o envio de material, como o caso de MaryLucia Mesquita¹⁴ (PE), Miriam Martinho (SP) e Neusa das Dores Pereira (RJ). Através das histórias contadas pelas ativistas, foi possível reunir informações que, conjuntamente com a documentação analisada, possibilitaram a construção de uma linha do tempo com os principais acontecimentos do movimento de lésbicas no Brasil.

1.5 Metodologia

A presente pesquisa contou com uma abordagem predominantemente histórica e descritiva. O discurso produzido entre as lésbicas foi o objeto de análise da pesquisa. Em cada discurso há valores veiculados e para cada momento histórico, há a produção de discursos que deles emergem, destacados os padrões de comportamento dominantes (FOUCAULT, 1997, p. 6).

No material recolhido e através das entrevistas realizadas, buscamos interpretar as representações e experiências vividas nos grupos, bem como trazer à

como a ata de abertura com a lista de assinaturas das participantes do evento, bem como o Relatório do V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe e as edições do Boletim Visibilidade, quatro edições.

¹¹ Ativista que participou do início do movimento em São Paulo, em 1979, do Grupo Lésbico Feminista (LF), do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) e da Rede Um Outro Olhar, da qual foi uma das fundadoras, em 1990. Atualmente é responsável pelo site Um Outro Olhar. Miriam forneceu-nos a única edição do Jornal Chanacomchana, todas as edições do boletim Chanacomchana, do boletim Um Outro Olhar e Revista Um Outro Olhar e respondeu, através de email, algumas dúvidas que restaram da leitura do material.

¹² Ativista que participou do início do movimento em São Paulo, em 1979, do Grupo Lésbico Feminista (LF), Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) e do Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL), do qual foi uma das fundadoras, em 1990, em São Paulo. Atualmente, ainda faz parte do CFL/SP. Marisa foi entrevistada através de diversos *emails* trocados com a autora.

¹³ Militante desde 1978, atualmente integra o Movimento D´ellas, Rio de Janeiro, bem como a Secretaria de Mulheres da ABGLT e respondeu-nos sobre o Movimento D´ellas via email.

¹⁴ MaryLucia Mesquita é uma ativista do movimento que coordenou e organizou o projeto Resgate histórico dos SENALE´s, com a elaboração documento publicado no ano de 2008, com apoio do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde ao projeto.

tona a história que segue espalhada, pouco divulgada e sem muitos registros públicos. Segundo Tania Navarro Swain, o apagamento histórico das relações entre mulheres as transforma em seres invisíveis. A autora enuncia que:

Isso significa que os olhos vêem o que querem e poder ver através de uma “política de esquecimento”: apaga-se ou se destrói o que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições e valores que são dominantes em determinada época (NAVARRO-SWAIN, 2000, p. 15)

Nesse sentido a história contada oralmente nos traz significativa colaboração para a reconstrução das histórias, sendo que

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, crianças, miseráveis, prisioneiros (...). São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas de versões menosprezadas (AMADO; FERREIRA, 2002, p. 15)

Assim, com a perspectiva da análise do discurso, foi possível depreender do material da época e das narrativas das ativistas entrevistadas, os sentidos e os valores expressos nas construções do texto escrito e falado, o que possibilitou a identificação da história dos grupos do movimento das lésbicas no Brasil e suas lutas.

1.6 Organização dos capítulos

Este primeiro capítulo – Definição do tema e construção do objeto de pesquisa - reúne esclarecimentos acerca da escolha do tema e construção da questão da pesquisa. A obtenção do material, os esclarecimentos sobre as entrevistas realizadas e a metodologia de análise foram também explicados neste tópico inicial.

No capítulo 2 – Lesbianidades, Homossexualidades e Identidades - tratará de trazer as definições variadas das lesbianidades e das homossexualidades, desde as práticas proibidas pela igreja, como a criação do conceito dentro do discurso médico, em busca da cura. Em seguida, analisamos a afirmação da identidade lésbica, bem

como a questão pós identitária e a teoria *queer*, com suas influencias para a questão da identidade lésbica.

O capítulo 3 – O movimento de lésbicas no Brasil: Um panorama histórico – trata do movimento de lésbicas brasileiro, desde seu surgimento dentro do movimento homossexual, no final da década de 70 e início da década de 80, muito atuante. Em continuidade, trata da separação e autonomia das lésbicas do movimento homossexual e sua trajetória na década de 90, até o ano de 2001. Neste capítulo, os encontros e divergências com os movimentos feministas e LGBT's foram descritos e a forma como os grupos de lésbicas se formavam, seus conflitos e separações foram objeto de estudo. Foram destacados os principais momentos de reivindicações, bem como acontecimentos ao longo dos anos relacionados aos direitos das lésbicas no Brasil e mundo. Ainda, foram analisados os principais pontos da realização dos SENALE's ocorridos desde 1996 até 2001.

2 LESBIANIDADES, HOMOSSEXUALIDADES, IDENTIDADES

2.1 Da homossexualidade

A primeira vez que o termo “homossexual” foi usado foi no ano de 1869, por um médico húngaro, Karoly Maria Benker, segundo Peter Fry e Edward MacRae (1983). Ainda, os mesmos autores nos contam que foi Karl Heinrich Ürichs que usou o termo “uranista”, sinônimo de homossexual, em referência à musa Urânia, que segundo mito contado por Platão, seria a inspiradora do amor entre pessoas do mesmo sexo.

As pessoas homossexuais passaram então a ser uma categoria estudada pela medicina, pertencendo a tal categoria aquelas que sentiam desejo sexual por pessoas do mesmo sexo fisiológico.

Antes de tal período histórico, em que a medicina passa a estudar a sexualidade humana com mais profundidade, era a igreja quem falava sobre as pessoas que se relacionavam sexualmente com outras do mesmo sexo, através da pregação contra o pecado abominável da sodomia, entre outros pecados¹⁵.

Com a interpretação da bíblia que entendia serem proibidas tais práticas, havia uma ordem geral para que ninguém as cometessem, estando qualquer pessoa sujeita a praticá-las. Todas as pessoas deveriam ter vigilância para não cometer terrível pecado. Nessa interpretação, a afetividade entre as pessoas de mesmo sexo não era considerada como possível, apenas o aspecto sexual era salientado.

Na história do Brasil Colônia, há relatos do ano de 1576 sobre as práticas lesbianas entre as Tupinambás, descritas pelos portugueses e jesuítas, sempre com o peso de pecado contra a natureza e crime¹⁶ passível de morte na fogueira em muitos lugares na Europa, o que também passa a ocorrer na colônia.

No Brasil, portanto, à medida que a Colônia foi ocupada, as regras severas contra a homossexualidade ditadas pela igreja começaram a ser instauradas. Por

¹⁵ Importante ressaltar que as referências aqui utilizadas estão baseadas em documentos e saberes científicos ocidentais.

¹⁶ No Estado confessional, os pecados frequentemente são tomados como crimes e a punição é dada pelo Estado.

conta disso, muitos relatos não deixam dúvidas sobre as práticas lesbianas entre as índias e entre as portuguesas que para o Brasil vieram. A existência de tais registros se deve à prática da confissão, com relatos detalhados das práticas sexuais realizadas com outras mulheres, para receber o perdão e não serem queimadas na fogueira, pena destinada àquelas que fossem descobertas. Tais confissões eram registradas para arquivo do Santo Ofício, o que hoje nos possibilita ter fonte rica para pesquisas sobre a época.

Posteriormente, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, editadas em 1707, diziam sobre um “hediondo pecado, péssimo e horrendo, provocador da ira de Deus e execrável até pelo próprio diabo”, referindo-se à sodomia, e também que as mulheres que praticassem o pecado da molice¹⁷ seriam “degredadas por três anos para fora do arcebispado da Bahia e em pena pecuniária, as quais penas devem moderar conforme a qualidade da prova e as mais circunstâncias” (MOTT, 1987, p. 31). Mesmo que tal penalidade fosse ainda severa, passou a ser, a partir daí, mais amena, ou seja, não mais paga com a própria vida.

Com o passar do tempo, o interesse dos médicos pela sexualidade passa a se intensificar, sendo que na segunda metade do século XIX, os europeus passam a estudar atentamente as relações sexuais fora do casamento, a homossexualidade e a prostituição. Assim, os médicos passaram a utilizar sua autoridade para falar acerca da sexualidade, sendo modificado aos poucos o status da homossexualidade de pecado e crime para doença¹⁸.

Como qualquer doença, a homossexualidade foi objeto de pesquisas acerca das suas origens e cura. O relato abaixo, do especialista em medicina legal, Leonídio Ribeiro, em 1983, demonstra isso:

No século passado foi que o problema do homossexualismo começou a ser estudado por médicos e psiquiatras, interessados em descobrir suas causas, a fim de que juristas e sociólogos pudessem modificar as

¹⁷ Termo que designava a masturbação e demais atos que não fossem a cópula anal e cópula vaginal.

¹⁸ De acordo com relatório sobre homofobia divulgado em 2013 pela Ilga (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association), ao menos 78 países ainda contam com leis que criminalizam práticas homossexuais. A maioria dos países listados fica na África, seguidos por Ásia e América Central. Pessoas declaradas culpadas por conduta homossexual podem ser condenadas à morte em cinco países: Arábia Saudita, Irã, Iêmen, Mauritânia e Sudão - além de regiões da Nigéria e da Somália, embora tal determinação desrespeite os tratados internacionais que zelam pelos direitos humanos que somente permitem a aplicação da pena de morte na punição de crimes violentos, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas).

legislações existentes, todas baseadas em noções empíricas e antigos preconceitos, e se fosse possível seu tratamento em moldes científicos. As práticas de inversão sexual não podiam continuar a ser consideradas, ao acaso, como pecado, vício ou crime, desde que se demonstrou tratar-se em grande número de casos de indivíduos doentes ou anormais, que não deviam ser castigados, porque careciam antes de tudo de tratamento e assistência. A medicina havia libertado os loucos das prisões. Uma vez ainda, seria ela que salvaria de humilhação esses pobres indivíduos, muitos deles vítimas de suas taras e anomalias, pelos quaes não podiam ser responsáveis. (FRY; MACRAE, 1983, p. 61 e 61)

O discurso médico passa a ser no sentido de patologização e incapacidade da pessoa homossexual de controlar seus impulsos, questão relevante para estudos. As origens da doença poderiam ser biológicas ou sociais e a psicanálise se encarregou, no contexto, de explicar inúmeras situações que culminariam na homossexualidade.

Assim, a prática passou a ser chamada de “homossexualismo”, com o sufixo “ismo”, que se refere à patologia. Passa assim a ser um rótulo para algumas pessoas específicas, que antes praticavam um ato moralmente condenado que poderia ser praticado por qualquer pessoa e agora apresentam particularidades e passam a ser objeto de estudo e alvo de cuidados médicos em geral.

Neste íterim, nos termos mais atuais, importante ressaltarmos as tendências do pensamento sobre a sexualidade humana fundamentadas no essencialismo e no construtivismo. A corrente essencialista defende que a sexualidade seria determinada por fatores biológicos e fisiológicos, havendo, portanto, uma pré-disposição genética para a orientação sexual “normal”, ou seja, a heterossexualidade, ou desviante, através de uma possível falha genética, hormonal, entre outras, em referência às expressões da sexualidade diversas da heterossexualidade.

Já a corrente construtivista, surge no fim da década de 60 e início da década de 70, explicando a sexualidade como uma construção, produto de forças históricas e sociais. Nesse modo de ver, a orientação sexual, identidade sexual ou de gênero dos indivíduos podem ser resultado de construções sociais, não existindo, portanto, papéis sexuais essenciais ou biologicamente naturais, mas formas socialmente variáveis de desempenhar um papel ou vários papéis de forma concomitante ou alternadamente.

Sobre a criação da pessoa homossexual como sendo integrante de uma espécie, Foucault disse:

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta, e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela própria é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. (...) A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 1993, p. 43-44)

Assim, a prática homossexual passou a definir um tipo especial de pessoas humanas, que passariam a ser marcadas e reconhecidas. Como desviantes da norma da heterossexualidade, obviamente têm um lugar incômodo de permanência social. Isso porque, desviantes, como são, tendem a oferecer perigos biológicos para o desenvolvimento dos corpos normais.

Guacira Lopes Louro, neste sentido diz que:

A disputa centra-se fundamentalmente em seu significado moral. Enquanto alguns assinalam o caráter desviante, a anormalidade ou a inferioridade do homossexual, outros proclamam sua normalidade e naturalidade, mas todos parecem estar de acordo de que se trata de um 'tipo' humano distintivo. (LOURO, 2001, p. 542)

Tal distinção pode ser tanto uma classificação psiquiátrica que identifica um 'tipo', um ser menos humano e menos digno que os demais heterossexuais ou ainda um ser humano chamado de "diverso", referindo-se às suas práticas sexuais não hegemônicas. Em ambas afirmativas, temos o sentido da normalidade e anormalidade da sexualidade.

Sobre tal ponto, cabe-nos ainda destacar o caráter impositivo da necessidade de transgressão à regra que é o comportamento hegemônico. A necessidade de contraposição à regra, então, passa a ser símbolo de existência, a transgressão torna-se necessidade primária.

2.1.1 Da homossexualidade como doença e a retirada do "homossexualismo" da Classificação Internacional de Doenças

A CID, Classificação Internacional de Doenças, é uma lista de doenças, sinais e sintomas publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é revisada

periodicamente. Em 2014, ano de produção deste trabalho, encontra-se em sua décima edição, chamada CID-10.

Com a patologização da homossexualidade, a partir da sexta revisão da CID, ocorrida em 1948, a homossexualidade começa a integrar o Capítulo V, de “transtornos mentais”, na categoria 320, “personalidade patológica”, pertencendo especificamente a uma subcategoria 320.6, com o título de “desvio sexual”. Não houve qualquer mudança de classificação na sétima revisão ocorrida em 1955. Na oitava revisão, em 1965, a homossexualidade saiu da categoria de personalidade patológica para integrar a categoria 302, de “desvio e transtornos sexuais”, com subcategoria 302.0, “homossexualismo”.

Em 1975, houve a nona revisão do CID e a homossexualidade foi mantida na mesma categoria e subcategoria que antes, mas nessa época já havia muitos relatos de opiniões de divergentes escolas psiquiátricas, inclusive com a seguinte orientação para os profissionais da saúde: “Codifique a homossexualidade aqui, seja ou não a mesma considerada transtorno mental” (LAURENTI, 1984).

Em 1987, a edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais, publicado pela Associação Psiquiátrica Americana já não contemplava a homossexualidade como uma parafilia¹⁹. No Brasil, em 1984, a Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP, pronunciou-se contra a discriminação e considerou a homossexualidade como algo não prejudicial à sociedade e em 1985, o Conselho Federal de Psicologia – CFP, deixou de considerar a homossexualidade um desvio sexual (Ibidem, 1984).

Na décima revisão, publicada em 1993, a CID passa a não apresentar mais a homossexualidade como doença, tendo sido extinta a categoria 302.0 que antes existia (MATIAS, 2007).

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução 01/99 do CFP que estabelece normas de atuação para profissionais de psicologia em relação

¹⁹ Seguindo protestos vindos dos ativistas homossexuais na conferência anual da APA de 1970 a 1973, bem como a emergência de novas informações vindas de pesquisadores tais como Alfred Kinsey e Evelyn Hooker, a sétima tiragem do DSM-II, em 1974, não mais listava homossexualidade como categoria de desordem. Após reuniões lideradas pelo psiquiatra Robert Spitzer, que estava envolvido no comitê de desenvolvimento do DSM-II, um voto dos confiáveis da APA em 1973, confirmados por todos os membros da APA em 1974, recolocou o diagnóstico com a leve categoria de “distúrbio de orientação sexual”. Este foi recolocado com o diagnóstico de homossexualidade ego-distônica no DSM-III em 1980, mas foi removido em 1987 com o lançamento do DSM-III-R. A categoria de “transtorno sexual sem outras especificações” continua no DSM-IV, que inclui “persistente e marcada aflição sobre sua orientação sexual (SPITZER, 1981).

à questão da orientação sexual, com a declaração de que "a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão" e que "os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades" (CRP, 1999).

Importante ressaltarmos que, conforme falaremos mais abaixo, a despatologização foi conquistada através da atuação insistente dos movimentos sociais organizados, internacional e nacionalmente.

2.2 Das lesbianidades

Primeiramente, importante considerarmos que há muitos posicionamentos acerca das lesbianidades e das vivências múltiplas de mulheres que se relacionam com mulheres. O termo "tribadismo" é documentado por algumas historiadoras como nomeação das relações sexuais entre mulheres no século de XVIII (FALQUET, 2004, 5). Vários autores e sexólogos do século XIX tentaram definir a existência lesbiana. Os autores do manual *Erotologia feminina*, diziam que

entende-se por safismo ou amor lesbiano o desejo físico que uma mulher sente por outra mulher, acompanhado ou não de amor sentimental, o que a obriga a procurar, junto a um sexo semelhante ao seu, delírios, espasmos semelhantes ou análogos aos que provoca na mulher a união sexual com o homem (FOREL et al, s./d., p. 6).

Notamos na definição acima que o referencial para explicar uma relação lesbiana é a relação entre uma mulher e um homem. Ainda, é possível verificar que na referência dos orgasmos como "análogos ou semelhantes" aos tidos em relações sexuais com homens, há uma afirmação intencional de que não poderiam ser iguais ou melhores que aqueles. É um ótimo exemplo de uma linguagem marcada com uma intencionalidade política.

No entanto, algumas outras definições passaram a existir, conforme os grupos começaram a se organizar. Em 1970, o grupo *Radicalesbians*, dos Estados Unidos, expressava a questão da seguinte forma:

O que é ser uma lésbica? Uma lésbica é a revolta de todas as mulheres, condensada no ponto de explodir. É a mulher que começa muitas vezes em tenra idade a agir de acordo com sua compulsão interior, tornando-se um

ser humano mais completo e livre do que sua sociedade quer permiti-lo. As lésbicas, portanto, não estão dispostas a aceitar as limitações e opressões que lhes são impostas pelo mais básico papel social: o papel de fêmea (WOLF, 1979, p. 63 apud MOTT, 1987, p.12-13).

Na mesma linha, o Coletivo de lesbianas de Barcelona, em 1977, disse:

Que é uma lésbica? A lésbica é a mulher que se identifica como mulher, que se erige como sujeito e objeto de sua própria sexualidade, que se reivindica mulher em função de si mesma, que subverte todos os esquemas e papéis que deram lugar a normas sexuais estabelecidas. Em definitivo, a lésbica é a mulher que de qualquer forma e sob qualquer circunstância se rebela contra as limitações e opressões impostas pelo papel considerado o mais inferior da sociedade: o papel feminino (ENRIQUEZ, 1978, p. 177 apud MOTT, 1987, p.13).

Claramente, nessas últimas duas definições sobre a existência lesbiana, há uma postura política das militantes ao falarem sobre sua condição existencial, não somente sexual, ressaltando a sua independência perante os homens, diferentemente da primeira em que havia claramente uma comparação com as relações de mulheres com homens.

Falaram da existência lesbiana desta forma aquelas lésbicas que assim se reconheciam, naqueles determinados grupos e certamente tal definição não abarca todas as existências lesbianas nas suas mais diversas formas e nos mais diversos lugares. Também, importante ressaltar que em relação ao último trecho citado, do Coletivo de lesbianas de Barcelona, a afirmativa “A lésbica é a mulher” também não é universal, pois, sabido é que muitas lésbicas não se identificam como mulheres. Tal entendimento surge com a definição de Monique Wittig (2002, p. 21) sobre a lesbianidade, dizendo que a lesbiana era um conceito além das categorias de sexo (mulher e homem), pois não se encaixava como uma mulher nem economicamente, nem politicamente, nem ideologicamente, como já citamos anteriormente.

Neste caso, precisamos considerar que o trecho traduz uma postura pessoal de Wittig, feminista radical que trouxe reflexões acerca da instituição da heterossexualidade compulsória. Assim, a categoria “lésbica”, para ela e para aquelas que se identificam com tal conceito, não condiz com a categoria “mulher”, uma vez que, para a autora, a definição “mulher” traz consigo o significado de um ser social mais frágil, menos capaz, dependente.

A questão da negação da nomenclatura “mulher”, quando da afirmação da lesbianidade, tende a retirar de cena a figura da mulher como o complemento do

homem, como ser relativo ao homem, que seria o ser absoluto, e a mulher, como “o outro”, como na visão de Beauvoir, por exemplo (BEAUVOIR, 1967).

Ainda, no conteúdo do manifesto do grupo de luta pela libertação lesbiana, de Barcelona, em 1981, o prazer sexual não é tratado como fator principal nas relações lésbicas:

A lésbica não persegue o prazer sexual como finalidade única na relação com a companheira. Seu objetivo não é tanto o sexo, senão a busca de níveis profundos de comunicação, esferas de ternura, carinho e delicadeza. A essência do amor lésbico é a pura sensibilidade. Poder-se-ia dizer que a lesbiana sexualiza a amizade pois a relação sexual nasce de um sentimento profundo que tem sua base no amor (MOTT, 1987, p.13)

Também consideramos que tal declaração exprima a opinião daquele coletivo de lésbicas naquele determinado momento histórico, não sendo, portanto, um conceito universal acerca da visão dos relacionamentos afetivos e sexuais das lésbicas ou entre mulheres.

No entanto, há de se considerar que tal trecho do manifesto ocorrido em Barcelona, em 1981, torna a análise bastante interessante e complexa, desafiadora para muitos cientistas e religiosos que, sobretudo, encaram as relações homossexuais sob o prisma da sexualidade, muitas vezes quase que de forma exclusiva.

No mesmo sentido, Lilian Fadermam, define, em sua obra “Ultrapassando o amor dos homens: a amizade romântica e o amor entre mulheres do Renascimento à atualidade”, de 1981, o seguinte: “o lesbianismo descreve uma relação na qual duas mulheres trocam fortes emoções e afeto entre si. O contacto sexual pode ser parte desta relação num maior ou menor grau, ou pode estar inteiramente ausente” (1985, p. 368 apud MOTT, 1987, 13).

Não raro, na história de nosso país, por exemplo, haver relatos de mulheres que se tratavam como melhores amigas, que faziam todas as atividades juntas, denominando-se como melhores amigas e não como amantes. Obviamente, também precisamos entender que historicamente, não foi dada a tais mulheres a opção de chamar as “amigas” de namoradas ou amantes²⁰.

²⁰ Um exemplo interessante, descrito no livro de Luiz Mott, O lesbianismo no Brasil, 1987, é das cartas trocadas pela Imperatriz D. Maria Leopoldina Josefa Carolina, primeira Imperatriz do Brasil (1797-1826), esposa de Dom Pedro I, com uma grande amiga, a viúva inglesa Maria Graham. Maria Graham foi contratada como governanta, tendo sido despedida pelo Imperador apenas 25 dias após sua chegada ao Palácio Imperial (os motivos de aproximação extrema da governanta com a

Acerca da ênfase mais sexual ou mais afetuosa entre as lésbicas, podemos refletir que milenarmente as mulheres têm sido reprimidas sexualmente, das mais diversas formas, com cintos de castidade, amputação de clitóris, costura dos lábios vaginais, aprisionamento em conventos, confinamentos, educação voltada para a não expressão do desejo sexual e completa ignorância acerca do funcionamento de seus corpos.

Tal repressão, como em todos os outros aspectos da formação social da mulher, traz uma visão de sexualidade bem mais branda para a mulher que para os homens. Mulheres, portanto, supostamente tendem a valorizar mais a afetividade em detrimento das questões sexuais propriamente ditas, pela própria cultura que as ensina a serem assim. Para nós, tais definições de lesbianidades que não se concentram apenas no aspecto sexual, demonstram também a existência de relacionamentos entre lésbicas em que não é possível ter certeza da existência do compartilhamento das experiências sexuais, muitas vezes até pela impossibilidade de concretização de tais atos.

No entanto, também, tais definições nos remetem à questão das complexidades a que estão submetidas as relações humanas, com diferentes aspectos, formas, intensidades, desafiando qualquer modelo pré-determinado e concebido.

Um primeiro grupo minimamente organizado de lésbicas no Brasil, pela primeira vez, em 1979, falou publicamente sobre a homossexualidade feminina, no jornal *O Lampião da Esquina*, edição nº 12:

Aquela matéria do jornal *Repórter* leva alguém desavisado a acreditar que homossexualismo feminino é aquilo ali. É uma matéria que reforça toda a ideologia machista (que algumas mulheres, evidentemente, também assumem) ao apresentar a divisão dos papéis sexuais. Sempre tem alguém que tem que ser o machão e sempre tem que ter alguém que quer ser a mulherzinha, bonequinha, submissa, dona de casa, chefe de fogão. O que é visível na matéria é a relação de poder: a relação de dominação e

imperatriz nos parecem óbvios). Trechos de cartas escritas pela imperatriz como os seguintes: “Eis que não passa um momento sem que eu não lamente vivamente ter-me privado de vossa companhia e amável conversação, meu único recreio e verdadeiro consolo nas horas de melancolia...” “Crede-me minha delicada e digna amiga, que sinto vivamente o sacrifício que impus no meu coração, que sabe apreciar as doçuras da amizade, separando-me de vós...” “Penso mil vezes em vós e nos deliciosos momentos que passei em vossa amável companhia...” “Quantas vezes, com saudades, penso em nossas conversas diárias, persuadindo-me com a esperança de vos rever ainda na Europa, onde nenhuma pessoa do mundo será capaz de me forçar a deixar de vos ver diariamente e dizer de viva voz, que sou, para toda a vida, vossa amiga afetuosa e dedicada...” nos fazem ver que as amizades fortes, particulares e íntimas eram mais comuns que se pensava (MOTT, 1987, 36-37).

subordinação. Reduzir o homossexualismo feminino àquela amostragem ilustrativa, revela, na melhor das hipóteses, um conhecimento bem superficial do assunto. Uma questão extremamente importante que não é tocada nem de leve - e diz respeito às relações entre mulheres - é a que se refere a toda uma capacidade criativa dessas relações, originada, entre outras coisas, do fato de elas não serem ou não estarem institucionalizadas. Nada indica - a não ser a ideologia dominante, que transforma as relações afetivas/amorosas/sexuais em relações de poder, que as mulheres tenham que reproduzir relações de dominação e subordinação em suas vivências (Lampião da Esquina, nº 12, maio 1979, p. 7-8)

No trecho acima, podemos identificar o entendimento da lesbianidade como uma afronta aos papéis sexuais socialmente pré-estabelecidos, em relação à dominação e subordinação, bem como sobre a capacidade inventiva das relações lésbicas. Tal excerto nos diz sobre a contraposição à ideia de que nessas relações, há, necessariamente, a reprodução dos papéis próprios das relações heterossexuais, com a demonstração de forte influência do feminismo entre tais ativistas.

Ainda, sobre o que falamos há pouco, acerca das particularidades e especificidades das relações humanas, que não podem ser categorizadas, falaram, na mesma edição do referido jornal já citado acima:

(...) é preciso que fique clara uma coisa: nem os movimentos pelos direitos dos homossexuais, que representam um número de homossexuais visíveis, nem os estudos e pesquisas sobre homossexualismo nos oferecem nenhuma explicação definitiva sobre todas as mulheres homossexuais. Claro, algumas militantes homossexuais, diante da enorme luta para conseguir a garantia de seus direitos essenciais, tentaram passar uma imagem que sabemos ser falsa: pintaram as relações entre mulheres como sólidos exemplos de felicidade perfeita. Uma imagem tão falsa quanto a dos que consideram as lésbicas pecadoras sem perdão, criminosas que merecem cadeias, doentes que precisam ser curadas. O que há de errado nessas duas atitudes opostas é pensar que as mulheres homossexuais, todas elas, são iguais, que devem ser consideradas e julgadas como uma única e mesma mulher. Ora, toda tentativa, de classificar milhões de mulheres numa só categoria definitiva despreza o fato de que cada ser humano tem o direito de ser ele mesmo, em função de suas forças e fraquezas pessoais. Contrariamente à opinião generalizada, as mulheres homossexuais são um grupo extremamente heterogêneo nas sociedades em que vivem. Elas têm em comum a atração por outras mulheres, mas expressam de maneira muito diferente suas tendências. Mas todo mundo considera as homossexuais em função de sua vida sexual (Lampião da Esquina, nº 12, maio de 1979, p. 7-8).

Entendemos, neste caso, que as autoras dessas palavras repudiavam a tentativa de conceituação das relações lésbicas ou da lesbianidade a partir apenas da vida sexual ou de quaisquer classificações que uniformizem milhares de pessoas e relações que existem com suas personalidades e particularidades. Nota-se, em tal

excerto, que há um questionamento de uma identidade sexual como rígida e estanque. No entanto, elas reconheceram que o ponto comum entre elas é o fato de sentirem atração por outras mulheres, o que entendemos aqui de forma abrangente, afetiva e sexual.

Falquet nos alerta ainda de que a classificação de todas as relações de práticas lésbicas poderá representar uma simplificação reducionista, sobre a qual pesa “uma legítima suspeita de pós-colonialismo” sobre as práticas sexuais entre pessoas que possuem um “corpo sexuado feminino” em tantas culturas tão diferentes existentes no mundo (2013, p. 20). Almeida, neste sentido, nos aponta que “não há uma lésbica a ser descrita como personagem atemporal e trans-histórica” (2005, p. 18).

Vemos, no entanto, em todas as definições, que nas lesbianidades há uma forte tendência à transgressão dos papéis sexuais e sociais atribuídos aos gêneros, o que certamente desafia muitas estruturas sociais tradicionais.

Os termos homossexual feminina, lésbica e mulher *gay* são muitas vezes utilizados como sinônimos, porém, inicialmente o uso da palavra lésbica foi reivindicado pelo movimento de lésbicas feministas no sentido de indicar um “sentido coletivo e político de crítica teórica e prática, através dos atos, do sistema heterossexual de organização social” (FALQUET, 2013, p. 8).

Assim, tal questionamento político deseja colocar em cheque o sistema heterossexual dominante, propondo, portanto, uma revolução sociocultural. Há uma crítica, portanto, à organização e divisão da humanidade entre dois sexos que correspondem exatamente a dois gêneros, rigorosamente opostos e diretamente complementares entre si.

Neste sentido, o sistema heterossexual é visto como consagrador da existência dos dois gêneros, sendo usado para a justificação da divisão sexual do trabalho e sustentando a exploração das mulheres em muitos âmbitos, quais sejam, doméstico, do mercado de trabalho externo ao lar, reprodutivo, sexual e emocional.

Cheryl Clarke, escritora lésbica e negra norte americana, sobre sua identificação como “lésbica”, disse que

Eu me nomeio ‘lésbica’ porque essa cultura oprime, silencia e destrói as lésbicas, mesmo as lésbicas que não chamam a elas mesmas como ‘lésbicas’. Eu nomeio a mim mesma ‘lésbica’ porque eu quero ser visível para outras lésbicas negras. Eu nomeio a mim mesma ‘lésbica’ porque eu não quero subscrever-me à heterossexualidade

predatória/institucionalizada. Eu me nomeio lésbica porque eu quero estar com mulheres (e elas todas não têm que chamarem-se a si mesmas 'lésbicas'). Eu me nomeio 'lésbica' porque é parte da minha visão. Eu nomeio a mim mesma lésbica porque ser mulher-identificada foi o que veio me mantendo sã. Eu chamo a mim mesma 'Negra', também, porque Negra é a minha perspectiva, minha Estética, minhas políticas, minha visão, minha sanidade (CLARKE, 2006).

A representação social estruturada em dois sexos – masculino e feminino – que se complementam, traz consigo a heterossexualidade como relação legítima e preconizada no discurso instituído. As lésbicas excluem o masculino de suas relações, sofrendo, portanto, deslegitimação e estigmatização nos discursos com caricaturas depreciativas como mal amadas, machonas ou feias (PINAFFI, 2010).

De acordo com Richard Parker e Peter Aggleton (2001), o estigma desempenha “um papel central na produção e na reprodução das relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e que outros se sintam de alguma forma superiores”.

Os movimentos contrários a tal representação social heterossexual, como é o caso do movimento de lésbicas, desafiam a forma como são construídas tais relações de poder e controle nos sistemas sociais, com a subversão da ordem instituída e propagada como normal, aceita e correta.

2.3 A questão da identidade como fator de diferenciação de determinado agrupamento humano e as formulações teóricas pós identitárias

O estudo dos movimentos sociais inevitavelmente irá trazer à tona a questão das identidades para a compreensão de sua dinâmica interna. Para Barth (1998 apud FACHHINI, 2005), autor que é referência para estudos sobre etnicidade, a identidade é algo definido na relação com as outras pessoas, a partir de limites que um determinado agrupamento humano constrói em determinado contexto social para se diferenciar de outro agrupamento humano.

Assim, a identidade não seria uma característica essencial que independe de qualquer situação social ou histórica, não é fixa nem completa, mas sim é conjuntural, dizendo respeito então à dinâmica interna de determinado grupo e num determinado contexto social.

Manuel Castells, em *O Poder da Identidade*, afirma:

(...) entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) devem prevalecer sobre outras fontes de significado. (CASTELLS, 2013, 22)

O autor faz uma importante distinção entre identidades e papéis, sendo que as primeiras organizam significados e os últimos, organizam funções. Ele considera que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída, sendo que os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como o seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem, sempre ocorrem num contexto marcado por relações de poder (CASTELLS, 2013, p. 23).

Castells (2013), então, distingue três formas e origens de construção de identidades, como:

- (i) Identidade legitimadora, aquela introduzida pelas instituições dominantes, com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;
- (ii) Identidade de resistência, dos atores que estão em posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas, construindo espaços de resistência e sobrevivência com base em princípios diversos daqueles que permeiam as instituições da sociedade;
- (iii) Identidade de projeto, dos atores que utilizam todo tipo de material cultural a seu alcance para construir uma nova identidade que seja capaz de redefinir sua posição na sociedade, buscando, então, a transformação da estrutura social.

Importante, dentro da classificação que descrevemos acima, salientar que identidades que começam como resistência podem resultar em projetos, e, em alguns casos, até tornarem-se dominantes.

Em relação à chamada identidade homossexual, mais especificamente, se enquadraria como um tipo de identidade de resistência, desde o início do movimento até a atualidade. Tal identidade de resistência leva os integrantes do grande grupo LGBT a formarem comunidades que construam formas de defesa em relação às ideologias dominantes de heteronormatividade.

Ao mesmo tempo, dentro do movimento organizado, pode haver uma identidade de projeto, onde há produção de sujeitos²¹, que representam atores coletivos que desejam construir um projeto de vida diferente, expandindo o seu projeto de identidade oprimida no sentido de transformação da sociedade.

Para Castells, os movimentos *gay* e *lesbiano* não podem ser definidos como com preferências sexuais, mas são fundamentalmente opções por identidades distintas, *lésbicas* e *gays*. É o que ele enuncia em sua obra:

Essas identidades, como tal, não são inatas, elas não se originam de algum tipo de determinação biológica. Embora predisposições biológicas realmente existam, o desejo homossexual costuma misturar-se a outros impulsos e sentimentos de modo que o comportamento real, as fronteiras da interação social e a auto-identidade são cultural, social e politicamente construídas. (CASTELLS, 2013, p. 241)

A questão da identidade, assim, não sendo uma expressão da essência do ser humano, traz os mecanismos de construção baseada em conceitos e ideias acerca do sexo, gênero, práticas sexuais e desejo, todos derivados, no caso de nossa sociedade contemporânea, da heterossexualidade como norma geral.

Em relação à construção e afirmação da identidade *lésbica* no movimento de *lésbicas* no Brasil, Almeida e Heilborn (2008, p. 225), afirmam que:

Entende-se que a identidade constitui um dos *pilotis* centrais no diálogo atual das *lésbicas* com o Estado, convertendo-se, por isso, pouco a pouco, de identidade de resistência em identidade de projeto, nos termos de Castells (1999). Ela tem possibilitado a construção de um movimento social com características autônomas, capaz de vocalizar demandas específicas e de autossustentação financeira

Neste sentido, porém, devemos nos atentar para uma tendência à essencialização da identidade *lésbica* é, de certa forma, contrária à pluralidade das pessoas envolvidas, uma vez que o movimento é muito heterogêneo e a identidade *lésbica* é fracionada em outras muitas identidades, quais sejam, “*lésbicas negras*”, “*lésbicas de periferia*”, “*lésbicas com deficiência*”, “*lésbicas jovens*”, “*lésbicas universitárias*”. Embora haja uma ligação entre todas elas em relação à sexualidade, as diferenças acabam por influenciar as necessidades e demandas do movimento,

²¹ Conforme definição de Alain Touraine, “sujeito é o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo conjunto de experiências da vida individual. A transformação de indivíduos em sujeitos resulta da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra as comunidades e a dos indivíduos contra o mercado” (1995 apud CASTELLS, 2013, p. 26).

que podem ser, inclusive, contraditórias. Por tal motivo, Almeida e Heilborn propõem uma discussão que considere uma abordagem interseccional, levando em conta os diferentes sistemas de hierarquia e dominação, tais como gênero, raça e classe social, fatores que interferem diretamente na construção das identidades. (ALMEIDA, HEILBORN, 2008).

Neste sentido, a reivindicação de identidades pode ser vista como uma forma de engessar os indivíduos com representações uniformes e totalitárias (2000, apud LESSA, 2007, 49). Por isso, inclusive, os movimentos sociais e feminismos, ao longo da história, estão também relativizando tal questão, justamente com o questionamento da naturalização e da essencialização das identidades. Os movimentos LGBT e de lésbicas, ao mesmo tempo em que afirmam as identidades, habitualmente buscam subverter sua lógica binária, com a subversão das categorias biológicas. Acerca da identidade lésbica, aponta ainda Lessa que, em relação ao movimento de lésbicas no Brasil, não há como ser apontada uma identidade fixa:

(...) encontramos marcas de multiplicidade, um local de fala de lesbianas feministas, de lesbianas ligadas aos partidos políticos, de lesbianas autônomas, de acadêmicas, de operárias, enfim, de vozes que em nada expressam uma identidade fixa. (...) contra os posicionamentos identitários, as vivências e as experiências lesbianas unívocas e novamente o empoderamento e a construção de novas representações de imagens positivas para as lesbianas. A subversão é mostrada nas diferentes concepções feministas ou na construção de uma memória grupal (...) imagens totalmente às avessas daquelas da identidade fixa, da homogeneidade, do estereótipo, da feiura, da violência. As imagens encontradas apontam para o múltiplo, para a diversidade de expressões, emoções, não se fixam no sexo e na sexualidade como definidores e centro de sua existência, mas sim, a emoção, a alegria, a sororidade, a diversidade, o respeito às diferenças (...) encontramos movimentos coloridos, porém ainda, com força contestatória de suas precursoras, das suas inspiradoras (LESSA, 2007, p. 233).

Louro, por sua vez, aponta que dentro do movimento homossexual e de lésbicas, no mundo, no decorrer das décadas:

afirmava-se, discursiva e praticamente, uma identidade homossexual. Também no Brasil, ao final dos anos 70, o movimento homossexual ganha mais força: surgem jornais ligados aos grupos organizados, promovem-se reuniões de discussão e de ativismo, as quais, segundo conta João Silvério Trevisan, se faziam ao "estilo do *gay conscious raising group* americano", buscando "tomar consciência de seu próprio corpo/sexualidade" e construir "uma identidade enquanto grupo social". Com esses contornos, a política de identidade praticada durante os anos 70 assumia um caráter unificador e assimilacionista, buscando a aceitação e a integração dos/das homossexuais no sistema social. A maior visibilidade de *gays* e lésbicas

sugeria que o movimento já não perturbava o *status quo* como antes (LOURO, 2001, p. 543).

A busca de uma identidade enquanto grupo social é objeto de tensões internas, uma vez que a busca de tal identidade certamente não abarca todas as pessoas e sua assimilação social é bastante questionável em determinados seguimentos sociais.

Há críticas fortes de que as campanhas e lutas de aceitação, que começam com os movimentos nas décadas de 70 e 80, estavam marcadas com os valores brancos, de classe média e que não eram questionados os valores convencionais, tais como o machismo e racismo institucionalizados ou, ainda, as relações monogâmicas. Tal política de identidade homossexual unificada acabava por ser também excludente, mantendo algumas pessoas na condição de marginalidade, por não se enquadrarem naquela identidade homossexual padrão (LOURO, 2001). Tal situação acabou por várias vezes provocando rupturas internas dos grupos. Assim,

Nos grandes centros, os termos do debate e da luta parecem se modificar. A homossexualidade deixa de ser vista (pelo menos por alguns setores) como uma condição uniforme e universal e passa ser compreendida como atravessada por dimensões de classe, etnicidade, raça, nacionalidade etc. A ação política empreendida por militantes e apoiadores torna-se mais visível e assume um caráter libertador. Suas críticas voltam-se contra a heterossexualização da sociedade. A agenda da luta também se pluraliza: para alguns o alvo é a integração social - a integração numa sociedade múltipla, talvez andrógina e polimorfa; para outros (especialmente para as feministas lésbicas) o caminho é a separação - a construção de uma comunidade e de uma cultura próprias (LOURO, 2001, p. 543).

Na década de 1980, o surgimento da AIDS, chamada à época de “câncer gay” ou “peste gay” acentuou a homofobia já existente, mas acabou também por criar redes de proteção não baseadas na identidade, mas na solidariedade. E os discursos passam a ser menos focados nas identidades, com mais ênfase nas práticas sexuais e formas de prevenção da doença.

Também, por causa da epidemia da AIDS, os órgãos oficiais passam a se preocupar com as questões de educação sexual, como o Ministério de Educação e Cultura, em 1996, que passa a incluir a temática como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais da educação no país (TREVISAN, 2002).

Tantos questionamentos e inadequações às identidades provocam uma crise na política de identidade homossexual, ou seja:

Em termos globais, multiplicam-se os movimentos e os seus propósitos: alguns grupos homossexuais permanecem lutando por reconhecimento e por legitimação, buscando sua inclusão, em termos igualitários, ao conjunto da sociedade; outros estão preocupados em desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais, pondo em xeque as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual; e ainda outros não se contentam em atravessar as divisões mas decidem viver a ambiguidade da própria fronteira. A nova dinâmica dos movimentos sexuais e de gênero provoca mudanças nas teorias e, ao mesmo tempo, é alimentada por elas. A política de identidade homossexual estava em crise e revelava suas fraturas e insuficiências. Gradativamente, surgiram, pois, proposições e formulações teóricas pós-identitárias. É precisamente dentro desse quadro que a afirmação de uma política e de uma teoria *queer* precisa ser compreendida. Esses teóricos e teóricas afirmam que a oposição preside não apenas os discursos homofóbicos, mas continua presente, também, nos discursos favoráveis à homossexualidade. Seja para defender a integração dos/as homossexuais ou para reivindicar uma espécie ou uma comunidade em separado; seja para considerar a sexualidade como originariamente 'natural' ou para considerá-la como socialmente construída, esses discursos não escapam da referência à heterossexualidade como norma (LOURO, 2001, p. 545-546)

A oposição binária da heterossexualidade x homossexualidade torna-se objeto das críticas dos teóricos *queer*, pois tanto os discursos que consideram a sexualidade como natural quanto os que a consideram como socialmente construída, têm como referência a heterossexualidade.

Segundo essa teoria, o rompimento com a lógica binária em relação às performances de gênero e às orientações sexuais é o que trará um rompimento efetivo da lógica da hierarquia, da classificação, da dominação e da exclusão existentes no sistema de heterossexualidade e homossexualidade como interdependentes.

Assim, a política pós identitária não trataria do destino das pessoas não heterossexuais, mas sim de fazer crítica à oposição heterossexual/homossexual que passou a organizar as práticas sexuais sociais após a criação da concepção do que é a homossexualidade. Para tal política, deve haver um investimento na desconstrução dos sujeitos normalizados e outros marginalizados, apostando-se na desnaturalização e na incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência. Dessa forma, tais teorias defendem que sem um padrão de normalidade e do desvio da normalidade, gradualmente tais noções se perderiam.

2.3.1 A identidade lésbica e a afirmação da matriz heterossexual

A questão das identidades sempre foi um ponto de discussão também dentro do movimento lésbico. Ao tocarmos a questão da identidade lésbica pretendemos trazer à tona que a própria identidade acaba por afirmar a matriz heterossexual da qual se desvia.

Citando mais uma vez Foucault (2001, p. 34), a identidade “que nós tentamos assegurar e reunir sob uma máscara é apenas uma paródia: o plural a habita, almas inumeráveis nela disputam”.

Dentro dessa lógica de pluralidade nas identidades, podemos pensar que no “ser lésbica” há inúmeras variações: cada lésbica e cada pessoa, vive a sua sexualidade e afetividades das mais diversas formas. A identidade lésbica e a identidade homossexual em geral têm sido usadas como afirmação de uma diferença que deve ser “respeitada” e “aceita” e tal diferença acaba por evidenciar o padrão de normalidade e aquilo que é desviante da norma social.

Porém, é importante fazermos a reflexão de que práticas sexuais, gênero ou o sexo biológico não podem ou devem definir pessoas humanas. Não há qualquer identidade que ateste a existência de uma essência ou que possa trazer um padrão estável de homogeneidade do comportamento das pessoas. De toda maneira, tentar traçar um perfil da lésbica ou das lésbicas é uma tarefa impossível, pois não há um bloco homogêneo, não existe experiência unívoca que possa tomar o lugar de um referencial estável (NAVARRO SWAIN, s./d., s./p.).

Todos os conceitos que pretendem explicar a essência humana em todas as especificidades e diversidades são insuficientes e infelizmente as tais identidades homossexual e lésbica foram criadas seguindo tais padrões. A nomeação a partir da sexualidade tende, ainda, a desconsiderar a humanidade da pessoa, sendo ela resumida a tal identidade, como bem nos explica Navarro Swain:

Nomeação, designação: quando se designa, cria-se uma identidade material em torno da sexualidade e em seguida ela é nomeada: heterossexual, gay, lésbica, travesti, transexual, etc. Mas a norma, o paradigma de referência é sempre a heterossexualidade. E cada tipo de sexualidade, assim narrada e analisada tornar-se-á um todo identitário, dotado de uma coesão intrínseca, essencial, porque não “natural”? De uma natureza boa ou má, segundo o caso. (NAVARRO-SWAIN, 2009, p. 23-36)

Na mesma linha, nos diz Guacira Lopes Louro, “é preciso abandonar qualquer pressuposto de um sujeito unificado que vá se desenvolvendo de modo linear e progressivo” (LOURO, 2004, p. 12). Ela, no mesmo sentido, nos elucida que lésbicas, gays, travestis, transexuais e mulheres de diferentes localidades, nacionalidades, raças e etnias, em sua afirmação de vida, parecem servir como um limite da normalidade daquele local que é perigoso visitar, ou seja, daquilo que não se deve ser ou tocar.

Assim, muitas vezes o próprio processo identitário é reforçado por concepções e práticas psicológicas que ainda levam em conta as qualificações patológicas, com propostas de correção dos supostos desviantes. Portanto, a matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e ao mesmo tempo determina a pauta para as transgressões (LOURO, 2004).

Judith Butler, como uma das teóricas *queer*, acerca da questão das identidades, questiona a identidade fixa, propondo uma leitura do mundo a partir da multiplicidade identitária. Para Butler, “a continuidade identitária não é feita de características lógicas ou analíticas da personalidade, mas socialmente instituída e mantida nas normas de inteligibilidade” (BUTLER, 2003). Nessa ótica, os mecanismos de construção de uma identidade generalizada, estabelecida em bases relacionais de sexo, gênero, prática sexual e desejo, derivam de normas reguladoras da heterossexualidade obrigatória.

A mesma autora insiste na tese de um poder produtivo que hierarquiza nossos corpos segundo um ideal heteronormativo, corpos que só irão adquirir legitimidade para serem considerados plenamente humanos ao se conformarem com esse modelo, ao passo que aos corpos desviantes restará a normalização ou a marginalização, de modo a servirem como parâmetros para a normalidade da qual estão de fora (BUTLER, 2003).

Sobre o fato, Joan Scott, no seu texto “Enigma da igualdade”, a partir de Anthony Appiah, afirma que

exigir respeito a pessoas porque elas são negras ou gays requer que exista alguns padrões para o que seja considerado afroamericano ou desejo sexual pelo mesmo sexo. Haverá formas apropriadas para ser um negro ou um gay, haverá expectativas a serem alcançadas, demandas a serem atendidas. É nesse momento que alguém que leva seriamente em consideração a autonomia poderá perguntar se nós não estamos substituindo uma espécie de tirania por outra (MINOW, 1997, p. 56, apud SCOTT, 2005, p. 14).

O que colocamos aqui em debate é a questão da definição do que é ser lésbica, no sentido de que qualquer definição concreta ligará as pessoas às suas práticas, a gostos, a atrações e formas de sentir e ver o mundo ao seu redor. Assim, a definição de uma identidade, por si só, poderá causar novas exclusões, quando porventura a uma pessoa não está abarcada nas formas de ser lésbica que as determinadas identidades e definições descrevem ou incluem.

Mesmo com todas as críticas ao significado que a identidade lésbica possa trazer, em relação a esta divisão, concordamos com Leila Míccolis e Herbert Daniel em relação ao seguinte trecho:

embora negando esta divisão culturalmente inventada – homossexuais/heterossexuais – justifica-se o movimento porque, se a sociedade crê nesta divisão e discrimina os primeiros, eles têm o direito de se organizarem e lutarem contra os preconceitos até mesmo provindos desta divisão (MÍCCOLIS; DANIEL 1983, p. 75).

2.4 A questão das pessoas homossexuais como grupo de minoria e o capitalismo

Quando falamos sobre sexualidade, estamos falando também sobre poder. Há modelos esperados e outros modelos que serão no máximo tolerados. O poder no campo da sexualidade, assim como em outras esferas, está a definir uma raça, um tipo, um modelo aceito. Tais imposições da classe dominante irão determinar então quais os direitos que deverão ser reivindicados pela minoria, pois há a invenção e institucionalização de um setor homogêneo e quem não se encaixa nessa homogeneidade deverá lutar pelas suas particularidades.

No caso das pessoas não heterossexuais, é a própria criação da diferença que é a esfera de ação própria do poder. Ou seja, com a definição de homossexualidade como a prática de relações sexuais entre pessoas do “mesmo sexo”, há uma definição muito rasa de sexualidade, do que é sexo, que é considerado apenas pela genitalidade (MÍCCOLIS; DANIEL, 1983).

Como já falamos, é a própria criação da identidade que vem afirmar que o integrante daquele grupo deverá ser tratado como diferente, ou seja, desviante da norma. Tal afirmação é contrária ao pensamento padrão de que decorrem de

diferenças preexistentes a criação de grupos e identidades, como a identidade lésbica.

As próprias campanhas de diversidade sexual tratam as pessoas LGBT's como diferentes e, neste ínterim, pergunta-se: diferente de que e de quem? Da categoria sexual que está dominante e que por tal motivo determina que a heterossexualidade é o padrão e a minoria LGBT deverá ser protegida, respeitada e aceita.

Tal processo político de criação de minorias foi descrito no artigo sobre Minorias, de Arnold Rose, na *International Encyclopedia of the Social Sciences*:

Grupos não são "naturalmente" ou "inevitavelmente" diferenciados. As culturas devem defini-los como diferenciados antes de que eles o sejam. Pessoas de diferentes raças, nacionalidades, religiões ou línguas podem viver entre si por gerações, amalgamando e assimilando ou não, sem diferenciarem-se entre si. Como tudo que é social, os grupos minoritários precisam ser socialmente definidos como grupos minoritários, o que compreende um conjunto de atitudes e comportamentos. (E não é necessariamente uma questão de representação numérica na população.) [...] Uma minoria não precisa ser um grupo tradicional com uma longa história de identificação. Ela pode surgir como resultado de definições sociais que se transformam através de um processo de diferenciação política ou econômica. A variação lingüística ou religiosa pode ser considerada sem importância durante milhares de anos, mas uma série de eventos políticos pode afinar tanto as distinções lingüísticas e religiosas que os seguidores de uma variação sem poder [...] podem tornar-se uma minoria. (ROSE, 1972, p. 365-371)

Os desvios de comportamento, então, após a invenção da homossexualidade, não só são esperados, são também necessários. É através deles que a produção hegemônica de poder avança, se bifurca e opera sutilmente em novos territórios. O suposto fracasso da eliminação dos desviantes é, de fato, um sucesso na manutenção das relações de poder estabelecidas (CASSAL; GARCIA; BICALHO, 2011).

Acerca do assunto, também nos elucidam Mícolis e Daniel, em Jacarés e Lobisomens (1983). Os autores dizem o seguinte:

A minoria homossexual é uma invenção capitalista. Invenção porque nunca houvera, em qualquer sociedade repressora, um grupo social que se distinguisse por esta peculiaridade de comportamento. O homossexual – uma pessoa que se define enquanto certo padrão específico – nunca existiu. Noutras sociedades, existia sodomia, atos “contra-natura”, tinham nenhuma “especialização sexual”, que poderiam (ou não) ser punidas, segundo as normas morais vigentes. A repressão não se dirigia a um grupo, nem a alguns seres especiais, mas numa forma generalizada condenava

um ato possível de ser realizado por todos, indistintamente. A minoria é invenção própria do capitalismo, na repressão que ele exerce sobre a sexualidade de todos. O capitalismo é mais sofisticado, é claro. Não reprime um ato. Força o responsável pelo ato a se tornar um ator completo. Já não é mais um mero criminoso, mas uma entidade completa, um ser humano diferente de todos os outros, que tem uma fisiologia, uma psicologia e uma realidade humana diferente do normal. Assim, ao querer que o homossexual seja “diferente”, forja, através do complexo mecanismo social de modelação sexual, o “homossexual” enquanto uma diferença social, uma verdadeira subcultura. O capitalismo não inventa a pulsão homossexual, mas torna o que é característica de todos em característica de um grupo, através duma repressão que violenta a todos nós, indistintamente. Assim, a violência contra todos se localiza sob a forma de repressão contra um grupo – minoritário – de “anormais” (MÍCCOLIS; DANIEL, 1983, p. 54)

Portanto, podemos pensar a minoria LGBT como criação do próprio sistema, questionando-se a concepção de é uma parcela diversa da população, que sempre foi assim e será. Nesse ínterim, considerando-se a oportunista força do capital, que enxerga todos os seres humanos como possíveis consumidores, há uma emergente necessidade do mercado de se apropriar do nicho do qual as pessoas LGBT’s fazem parte. As identidades e a própria conquista de direitos para a “minoria” irão trazer a inclusão da população LGBT, que passará a ser, então, parte do todo, em determinados aspectos e com propósitos de manutenção da ordem econômica, muito mais que pelo reconhecimento de liberdades e da transformação das estruturas sociais.

3 O MOVIMENTO DE LÉSBICAS NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS E LGBT NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO

3.1 Considerações importantes sobre os movimentos de lésbicas

Os movimentos de lésbicas pelo mundo surgem e se desenvolvem paralelamente aos movimentos feministas chamados de segunda onda e com o movimento homossexual. Conjuntamente com os movimentos populares, o movimento homossexual atuava nas reivindicações sociais e sustentou-se no tripé identidade, sexualidade e cidadania, na busca pelo direito ao livre exercício das escolhas sexuais individuais. No interior dos grupos homossexuais, no final da década de 1970, surge a necessidade do exercício e fortalecimento da autoestima e da resignificação das palavras “bicha” e “lésbica” com a naturalização de tais expressões. Também, a luta por reconhecimento de direitos vem em combate à violência da sociedade, da própria esquerda e do Estado (ZANATA, 1996/1997, p. 194).

Dentro do movimento homossexual, as lésbicas se veem atendidas no quesito de ruptura com a heterossexualidade obrigatória, porém, segundo os relatos, este espaço foi se mostrando, também misógino e falocêntrico, sendo frequentemente dominado pelos homens. Assim, torna-se mais um espaço de disputa e de invisibilidade para as lésbicas. Segundo Almeida (2005, p. 81):

a tendência majoritária é a de conformação de grupos formados exclusivamente por mulheres. A opção pelos grupos exclusivos, relaciona-se à crítica da relação que as lésbicas mantiveram com gays no interior de grupos mistos, onde as primeiras eram muitas vezes obscurecidas pelos interesses dos últimos

No movimento feminista, por sua vez, as lésbicas militantes passam a ter cada vez menos identificação com os grupos, pois, ao mesmo tempo em que as lésbicas contribuía muito ativamente para a construção do movimento e das pautas feministas, as mulheres heterossexuais não contribuía na luta pelas causas lésbicas, principalmente no tocante ao questionamento da heterossexualidade como sistema de opressão para as mulheres. Enquanto o movimento de lésbicas, por

exemplo, apoiava a luta pelo direito ao aborto seguro, não havia engajamento recíproco do movimento feminista na luta pelo direito à reprodução acessível para lésbicas através de novas técnicas na rede pública de saúde. Há ainda um questionamento ainda presente nos movimentos de lésbicas que é acerca das feministas heterossexuais se reunirem umas pelas outras, mas não fazerem isso pelas lésbicas.

Tal cenário de divergências das lésbicas dentro dos dois movimentos propiciou que o movimento de lésbicas buscasse sua autonomia, e isso ocorreu em âmbito mundial. Porém, há muitos grupos de lésbicas ao redor do mundo com muitos posicionamentos políticos diversos.

Jules Falquet (2013), conta-nos que há inúmeras diferenças de linhas de pensamento entre as lésbicas e que as múltiplas ideologias dos grupos tornam difícil uma definição únivoca do movimento. Porém, seguindo a classificação utilizada por Falquet, classificaremos os movimentos de lésbicas entre feministas, radicais e separatistas, para o presente trabalho.

3.1.1 Lésbicas feministas

As lésbicas feministas são aquelas que criticam o feminismo heterossexual e sua falta de reflexão acerca da heterossexualidade, bem como apostam na solidariedade política das mulheres e na convergência de todas contra o heteropatriarcado (GREEN, 1997).

As lésbicas feministas têm uma crítica tanto da sexualidade em seu conjunto, como da heterossexualidade enquanto sistema político, do sistema patriarcal, racista e classista imperante sobre as mulheres. Porém, continuam a viver no mundo heterossexual, patriarcal e sexista, com o intuito de trabalhar para modificá-lo a partir de um espaço construído pela amizade e cultura das lésbicas. Trata-se de alguma forma de um “separatismo ideológico” com o intuito de fortalecimento das lésbicas e disseminação de sua cultura para a mudança dos espaços dominados pela heteronormatividade, sexismo, lesbofobia e racismo. Há, ainda, intercâmbio das lésbicas feministas com os outros grupos oprimidos, como, por exemplo, das

peçoas *gays*, *trans**, negras, indígenas, mulheres heterossexuais e bissexuais, na luta contra as opressões sociais como um todo.

3.1.2 Lésbicas radicais

As lésbicas radicais entendem que a heterossexualidade não é apenas uma norma social, mas uma política de dominação da classe dos homens em relação às mulheres e deve, portanto, ser derrubada. Dessa forma, consideram que o fato de as lésbicas não serem apropriadas privadamente pelos homens não impede que haja a sua apropriação coletiva. Sendo a heterossexualidade a infraestrutura e essência do patriarcado, segundo tal visão, deverá ser dizimada para que o patriarcado seja destruído. Portanto, entendem que não haverá o fim do patriarcado enquanto os homens tiverem acesso às mulheres.

Notáveis feministas lésbicas produziram textos sobre a lesbianidade, a partir dos anos de 1970, considerando a heterossexualidade obrigatória como o principal instrumento de opressão das mulheres, elegendo a lesbianidade como o veículo de libertação das mulheres. Adrienne Rich, Charlotte Bunch, Jill Johnston, Monique Wittig, Marly Daly, Rita Mae Brown, Julia Penelope, Sarah Hoagland são algumas das precursoras desse pensamento (MARTINHO, 2009).

A lesbianidade e o desejo são considerados políticos, não uma orientação sexual que não se controla. É uma forma estratégica de impedir o acesso dos homens aos corpos das mulheres, sendo que “não desafiar [o heterossistema], não se empenhar em destruí-lo, faz qualquer luta pela libertação das mulheres hipocrítica e sem sentido” (HOAGLAND; PENELOPE, 1981).

Assim, as lésbicas radicais têm uma atuação marcada pela sua separação bastante importante da chamada “cultura dos homens”, com a busca de uma criação da cultura lésbica e preservação de espaços para as lésbicas e mulheres, sem o intercâmbio de tais espaços com homens. A influência de tal corrente de autonomia lésbica foi muito relevante para o movimento, com o fomento de formação de grupos de lésbicas radicais pelo mundo todo.

3.1.3 Lésbicas Separatistas

Embora tenha expressões diversas em diferentes locais, a ideia do separatismo é da criação de uma Nação Lésbica²², ou seja, que as lésbicas constituam uma nação completamente separada da chamada cultura masculina e heterossexual. Assim, houve, na história, a criação de espaços comunitários somente de lésbicas, chamadas “comunas” em casas ocupadas ou casas no campo. A organização de festivais de cinema, música e artes em geral como espaços de sociabilidade e luta política também fazem parte do desenvolvimento das separatistas. Um exemplo de comunidade separada foi a *The Furies*, fundada em *Washington D.C* no verão de 1971. O grupo reunia lésbicas feministas que se dedicavam a uma vida comum e a uma publicação de mesmo nome, na qual davam voz às ideias do separatismo de lésbicas. A coletiva *The Furies* também foi um projeto de vida coletiva, tendo um espaço próprio em *Washington* na rua “11th SE”. As doze mulheres do grupo constituíram um experimento que reunia lésbicas das mais diversas origens sociais e econômicas vivendo e trabalhando juntas, fazendo realidade, no dia a dia, suas visões políticas e sociais (*The Furies*, 1972).

3.1.4 Movimento no Brasil

O movimento que passaremos a descrever tem caráter predominantemente feminista, de acordo com a classificação acima descrita. As militantes no Brasil que participaram de fatos e produziram documentos relevantes no período analisado são feministas atuantes na causa lésbica e feminista de forma conjunta. Na pesquisa não encontramos grupos separatistas ou de lésbicas radicais, embora haja inúmeras

²² O termo aqui foi utilizado de acordo com a ideia levantada pela feminista radical Jill Johnston, em seu livro *Nação Lésbica: A Solução Feminista*. No livro, a autora argumenta em favor do separatismo lésbico, defendendo que as mulheres devem fazer uma ruptura total com os homens e instituições capitalistas dominadas por homens, considerando a heterossexualidade feminina era uma forma de colaboração com o patriarcado.

referências da cultura lésbica radical ou separatista em alguns momentos e em algumas reflexões²³.

A comunicação das lésbicas feministas brasileiras com lésbicas do exterior também propiciava o intercâmbio de culturas lésbicas, como foi o caso da publicação de carta de uma lésbica separatista dos EUA, Sheila Anne, com esclarecimentos sobre o separatismo lésbico e sua vivência como lésbica separatista em um dos boletins existentes no Brasil, o boletim Um Outro Olhar de março de 1992, na página 23, do qual falaremos mais a frente com mais detalhes.

Sobre os grupos de feministas lésbicas que pretendemos descrever, também salientamos que a não descrição ou citação no presente trabalho de eventuais grupos de que não tenhamos conhecimento, não significa que não tenham existido. O que pretendemos, como já salientamos, é colaborar para escrever a história do movimento de lésbicas no Brasil, sendo que de forma alguma com este trabalho não esgotaremos a questão.

3.2 1978: Embriões do movimento LGBT no Brasil: Lampião da Esquina e Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais

Seguindo a onda mundial de movimentos sociais, na década de 60 surgem movimentos de liberação que lutam contra o imperialismo e colonialismo. Surge então nos Estados Unidos o Movimento de Liberação Gay, com a busca de transformação social. Em Buenos Aires, Argentina, em 1971, surge o Somos - Frente de Liberação Homossexual Argentina, que foi o primeiro grupo pelos direitos homossexuais na América Latina, de conscientização e militância, tendo desaparecido por repressão da ditadura militar em 1976. No Brasil, na década de 70, com os movimentos organizados contra a ditadura militar, surge o Jornal Lampião da Esquina (Lampião da Esquina, nº 12, maio, 1979, p.3).

O jornal Lampião da Esquina foi o primeiro jornal gay do Brasil que se propôs a tratar de questões sexuais com enfoque político, com sede no Rio de Janeiro. O

²³ Salientamos que o fato de não termos encontrado registros de tais grupos ou documentos que se refiram a eles não quer dizer que não tenham existido, apenas que não tivemos acesso à documentação que nos pudesse trazer suas referências e estudá-los.

novo jornal era produzido por um grupo de escritores e intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo, com inspiração na publicação norte americana *Gay Sunshine* e se declarava um veículo para discussão sobre sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia e machismo (FACCHINI, 2003).

Sua primeira edição, número zero, foi lançada em abril de 1978, no contexto de “abertura política” no Brasil, tendo sido publicado até junho de 1981. Na edição zero, foi publicado o seguinte:

(...) o que Lampião reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito - o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal. Para isso, estaremos mensalmente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas (Lampião, nº. 0, abr. 1978, p. 2)

Note-se que todo o conselho editorial do jornal era de homens²⁴, o que vem corroborar com o que o movimento de lésbicas afirma até hoje ocorrer no movimento LGBT, a tendência à invisibilidade lésbica, como expressão também da invisibilidade social das mulheres, de forma estrutural. Em uma das edições posteriores, no entanto, tocaram na questão lésbica e tiveram lésbicas como colaboradoras.

Em abril de 1979, a Revista Versus, ligada à Convergência Socialista, promoveu uma semana de debates e tal semana contou com um dia reservado à imprensa alternativa e o jornal Lampião da Esquina não foi convocado para tal debate (FACCHINI, 2003).

Por causa da exclusão do Lampião como simbolismo de “minorias” que não seria apoiada, João Silvério Trevisan²⁵ e outros presentes no último dia de debates formaram um grupo, neste momento exclusivo de homens, para refletir sobre as questões, sendo que no mês seguinte já estavam se reunindo semanalmente com a

²⁴ João Silvério Trevisan; Francisco Bittencourt; Laponi Araújo; Aguinaldo Silva; Gasparino Damata; Clovis Marques; Adão Acosta e João Antônio Mascarenhas.

²⁵ João Silvério Trevisan era jornalista, militante e integrante do editorial do Jornal Lampião da Esquina à época.

presença de 15 a 20 pessoas (MACRAE, 1985). As reuniões eram feitas de forma semi secreta e precária para discutir o nome do grupo, seus rumos, em quais lutas o grupo deveria focar e também as matérias publicadas no jornal *Lampião da Esquina*. A primeira aparição pública deste grupo, que se autodenominou de provisoriamente de Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais se deu por meio de uma carta endereçada ao sindicato dos jornalistas (FACCHINI, 2003).

Importante notarmos que os primeiros articuladores do Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais e do *Jornal Lampião da Esquina*, João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas, tiveram grande contato com o movimento homossexual no exterior. O primeiro esteve em autoexílio por três anos, a partir de 1973 e o segundo passa a assinar o jornal norte americano *Gay Sunshine*, em 1972, bem como entrou em contato com uma publicação inglesa do gênero. Após tais acontecimentos, ambos relatam que começaram a sonhar com o aparecimento do movimento homossexual no Brasil.

Sobre o surgimento desse grupo, se deu

a partir de uma ideia comum a várias pessoas, para possibilitar o encontro de homossexuais (homens e mulheres) fora dos costumeiros ambientes de badalação. Neste primeiro período, procuramos alcançar uma identidade enquanto grupo e recuperar a consciência individual da homossexualidade comum a todos. (1979, apud PINAFI, 2011, p.52)

Em dezembro de 1978, o grupo foi convidado para participar de uma semana de debates sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados, a ser realizada no início do ano seguinte na Universidade de São Paulo - USP. Assim, o grupo passou a ser chamado de Somos - Grupo de Afirmação Homossexual, nome “expressivo, afirmativo, palindrômico, rico em semiótica e sem contra indicações”, como dizia no documento de abertura publicado pelo grupo na época (TREVISAN, 2002).

3.3 1978/1979: Somos – Grupo de Afirmação Homossexual em São Paulo e outros grupos homossexuais que passam a surgir no Brasil

Acerca da organização do grupo Somos/SP, que subscreve uma matéria publicada no *Jornal Lampião da Esquina*, edição 12 de maio de 1978, retiramos um trecho em que fica clara a dificuldade de organização enfrentada pelos integrantes:

Houve uma tentativa de organização em 1976, quando um grupo de entendidos começou a se reunir para discutir seus problemas, em São Paulo. Entretanto, 70% do grupo se julgava anormal, em função da sua homossexualidade. Como dizia um deles: “Eu daria tudo para ser um senhor casado e com filhos”. Evidentemente, o resultado foi desastroso, com tanta culpa, auto-desprezo e ausência de auto-imagem. Não deu em nada, depois de poucos meses (Jornal Lampião da Esquina, maio 1979, p.2-3)

Posteriormente, o grupo participou oficialmente do debate na USP sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados, chamados “minorias”, em 06 de fevereiro de 1979. O evento contou com a presença de mais de 300 pessoas e hoje é visto como um marco do momento em que o movimento de gays e lésbicas se “assumiu” no Brasil. Há relatos de que, neste evento, lésbicas falaram abertamente pela primeira vez sobre a discriminação que sofriam (FACCHINI, 2003).

Um ponto importante do debate foi uma tensão entre os estudantes de esquerda e os representantes homossexuais, tendo sido estampada pelas farpas trocadas (FACCHINI, 2003). A polarização, posteriormente, foi responsável por conflitos internos dentro do Somos. A partir do debate, novos integrantes entram no Somos e dois novos grupos se formam: o Eros/SP e o Libertos/Guarulhos/SP.

Algumas características presentes no Somos, segundo MacRae, eram:

- 1) a forte carga de agressividade voltada contra grupos semelhantes;
- 2) a oposição dos militantes aos frequentadores do gueto, que oscilava com a necessidade de não se afastar da massa homossexual;
- 3) a concepção de sua atuação, definida como voltada para a defesa dos legítimos interesses desse setor;
- 4) a adoção de tomada de decisão por consenso para não criar uma ditadura da maioria e uma minoria oprimida;
- 5) distinção rígida entre os do grupo e os de fora;
- 6) escolha de coordenação rotativa para preservar a democracia e evitar a cristalização de lideranças;
- 7) a criação, no interior do grupo, de uma comunidade de iguais. Nesse sentido, o igualitarismo comunitarista conflitava com a heterogeneidade do público homossexual, e os recursos homogeneizadores passavam tanto pelo antiautoritarismo e mecanismos que impediam a explicitação de hierarquias internas, quanto pela busca proposital de inimigos ou ameaças externas. O próprio modelo das reuniões dos grupos de identificação, baseadas em relatos autobiográficos em que eram reveladas as ideias sobre a sexualidade em geral e a homossexualidade em particular, possuía uma tendência homogeneizadora mais do que sendo descoberta, uma identidade homossexual estava sendo construída [...] aprendia-se a ser homossexual, ou melhor, militante homossexual (MACRAE, 1985, p. 257)

Alice Oliveira, militante da época, relata que as necessidades eram muitas e de todos os tipos. As discussões do grupo Somos/SP, quando se iniciaram, por muitas vezes, acabavam tornando-se relatos de vivências pessoais e o grupo

funcionava como apoio. Assim, houve a identificação da necessidade de formação política nos espaços das reuniões, bem como de uma metodologia que atendesse às necessidades de compartilhamento de experiências (informação verbal).

As reuniões, então, passaram a ser revezadas entre aquelas de formação e organização política e aquelas de dinâmicas para compartilhamento de experiências, uma vez que as opressões e discriminação eram muitas e não havia espaços para falar sobre o assunto. Alice conta que as reuniões de dinâmica para compartilhamento de experiências eram mais frequentadas que as reuniões políticas e que todas as reuniões eram nas casas das pessoas. As divulgações eram feitas nas ruas, nos bares e mensalmente era marcada uma reunião para as pessoas novatas. Entre os participantes estavam estudantes e também pessoas trabalhadoras (informação verbal).

O jornal *Lampião da Esquina* divulgava periodicamente os grupos que começaram a surgir após o *Somos/SP*, sendo que foram 22 grupos de militância que surgiram entre abril de 1978 e fevereiro de 1981, após o surgimento do *Jornal Lampião da Esquina* e o *Somos/SP* (Figuras 1 a 7). Alice conta ainda que o contato entre os grupos pelo Brasil era feito predominantemente por cartas, uma vez que os telefonemas eram muito caros (informação verbal).

Figura 1 - Grupos listados na edição de março de 1980

Grupos listados na edição de março de 1980 no <i>Lampião da Esquina</i>²⁶
Jornal <i>Lampião/RJ</i>
<i>Auê/RJ</i> (35 gays, 5 lésbicas) ²⁷
<i>Somos/RJ</i> (60 gays, 8 lésbicas)
<i>Beijo Livre/DF</i> (nenhuma lésbica)
<i>Eros/SP</i> (11 gays, 5 lésbicas)
<i>Libertos/Guarulhos/SP</i>
<i>Somos/SP</i>
<i>Atuação Lésbico-Feministas/SP</i>
<i>Grupo de Atuação e Afirmação Gay/Caxias/RJ</i>

²⁶ Segundo o *Jornal Lampião da Esquina*, ano 2, n. 22 Rio de Janeiro, março 1980, p .

²⁷ O número de gays e lésbicas foi retirado da Ata da reunião do grupo que discutiu a questão lésbica no I EBHO. Nota-se também, pela ata, que na *Fração Gay da Convergência Socialista* havia 7 gays e 3 lésbicas.

Figura 2 - Grupos listados na edição de junho de 1980

Grupos listados na edição de junho de 1980 no Lâmpião da Esquina²⁸
Terceiro Ato/MG
Grupo Gay da Bahia/BA
Grupo de Santo André/Santo André/SP

Figura 3 - Grupos listados na edição de julho de 1980

Grupos listados na edição de julho de 1980 no Lâmpião da Esquina²⁹
Facção Gay da Convergência Socialista/SP
Grupo Outra Coisa – Ação Homossexualista/SP

Figura 4 - Grupos listados na edição de agosto de 1980

Grupos listados na edição de agosto de 1980 no Lâmpião da Esquina³⁰
Gols-ABC - Grupo Opção à Liberdade Sexual/Santo André/SP
Gatho -Grupo de Atuação Homossexual/PE
Nós Também/PB

Figura 5 - Grupos listados na edição de setembro de 1980

Grupos listados na edição de setembro de 1980 no Lâmpião da Esquina³¹
Bando de Cá/Niterói/RJ

Figura 6 - Grupos listados na edição de janeiro de 1981

Grupos listados na edição de janeiro de 1981 no Lâmpião da Esquina³²
Coligay/RS

Figura 7 - Grupos listados na edição de fevereiro de 1981

Grupos listados na edição de fevereiro de 1981 no Lâmpião da Esquina³³
Grupo Terceiro Mundo/RS
Coletivo Alegria Alegria/SP
Terra Maria: Opção Lésbica/SP

Segundo Alice, dentro do Somos/SP, as lésbicas começam a perceber que era necessário ter um espaço exclusivo para a discussão de suas vivências, pois não existia espaço com a discussão com os homens, até mesmo porque as vivências e realidades deles eram diferentes das vividas por elas (informação verbal).

²⁸ Lâmpião da Esquina, ano 2, n. 25, . Rio de Janeiro, junho 1980, p. 8.

²⁹ Lâmpião da Esquina, ano 2, n.26 . Rio de Janeiro, julho 1980, p. 9.

³⁰ Lâmpião da Esquina, ano 2, n.27 . Rio de Janeiro, agosto 1980, p 12.

³¹ Lâmpião da Esquina, ano 2, n.28 . Rio de Janeiro, setembro 1980, p. 11

³² Lâmpião da Esquina, ano 3, n.32 . Rio de Janeiro, janeiro 1981, p 12.

³³ Lâmpião da Esquina, ano 3, n. 33. Rio de Janeiro, fevereiro 1981, p. 17.

Foi então criado um grupo de lésbicas dentro do Somos, que passou a ser chamado de subgrupo lésbico-feminista ou facção lésbico-feminista. As lésbicas fizeram parte da organização do 1º EGHO – Encontro de Grupos Homossexuais Organizados, em abril de 1980 e estimulavam a criação de novos grupos exclusivamente femininos para o combate do machismo, como era o caso da facção lésbico-feminista.

Trevisan (2002) conta-nos que

O número de mulheres no grupo cresceu muito ao longo do desenvolvimento de suas atividades, formando posteriormente seus próprios grupos pelo qual conhecemos alguns deles ainda hoje, discutindo questões como machismo, preconceito racial e a homossexualidade feminina, até então, pouco discutida no 'Somos' (TREVISAN, 2002, 373)

Um acontecimento importante que contou com a participação do grupo Somos/SP, foi a comemoração do 1º de maio de 1980, no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo, junto com os trabalhadores do movimento sindicalista. Tal evento propiciou divergências dentro do grupo Somos/SP, sendo que uma parte do grupo não concordava em participar da comemoração, por entender que era um ato suicida, ante a grande fobia que havia no movimento sindicalista e em toda a esquerda em relação aos gays e lésbicas. Parte do grupo, então, no 1º de maio de 1980, decidiu fazer um piquenique no Jardim Botânico, segundo Alice Oliveira (informação verbal).

Porém, a participação de parte do Somos/SP, conjuntamente com a Facção Homossexual da Convergência Socialista, conta Alice, foi histórica, num momento em que os gays e lésbicas compareceram no 1º de maio dizendo que também eram trabalhadores. Mesmo sabendo da possível reação homofóbica dos trabalhadores, parte dos militantes do Somos, juntamente com a Facção da Convergência Socialista e de alguns independentes, decidiu lutar conjuntamente com os demais trabalhadores, assumindo que os gays e lésbicas também faziam parte daquela luta (informação verbal).

Os trabalhadores e trabalhadoras gays e lésbicas do Somos/SP participaram, com suas próprias faixas, no enorme ato realizado com os dizeres “Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual” e “Contra a intervenção no ABC” (Figura 8), no 1º de maio de 1980, onde dezenas de milhares de pessoas trabalhadoras estavam reunidas (SILVA,2014).

Figura 8 - Foto da manifestação no 1º de maio de 1980



Fonte: <http://www.pstu.org.br/node/20522>.

Nesse contexto, já estavam aparecendo sinais do que veio a ser o posterior racha do Grupo Somos/SP, em grande parte estimulado pela chamada infiltração de pessoas da convergência socialista, o que, para muitos, comprometia a autonomia de sua especificidade. Houve, então, em 17 de maio de 1980, a divisão do Somos em três grupos: Somos, o Grupo de Ação Homossexualista, posteriormente rebatizado de Outra Coisa e Grupo Lésbico Feminista (LF).

Os demais grupos espalhados pelo Brasil estavam ligados através do jornal *Lampião da Esquina*. Quando a publicação desse jornal parou de sair, em meados de 1981, a maioria dos grupos ficou desarticulada e desapareceu. No auge do movimento, em 1981, 20 grupos existiam no país. Em 1984, somente sete sobreviveram. (Boletim do Grupo Gay da Bahia 13, nº 27, agosto de 1993, p.7)

3.4 1979 – Maio: O marco para o Subgrupo Lésbico-Feminista: a participação com a publicação de uma matéria no *Jornal Lampião da esquina*

O subgrupo Lésbico Feminista (LF), ainda quando integrava o Somos/SP, publicamente escreve pela primeira vez na edição nº 12 de aniversário de um ano do jornal *Lampião da esquina*, em maio de 1979 (Figura 9).

Da referida publicação, cumpre-nos destacar alguns trechos que consideramos imensamente importantes para a compreensão de que se tratava o grupo e de sobre o que as lésbicas que dele faziam parte pretendiam falar para a sociedade.

Como você sabe, depois de um ano de existência do jornal, é a primeira vez que viemos dar nossa contribuição (...) Nós estamos chegando atrasadas e não é apenas porque o Lampião já tem um ano, já anda, fala muita coisa, balbucia outro tanto. Nós estamos atrasadas porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos cochichos, nos bochichos, em algum barzinho, algumas boates, em alguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes arquivamos desde sempre. Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade. Nós estamos atrasadas, mas não queremos fazer isso virar uma mea culpa, um muro de lamentações. Sabemos e conhecemos a existência da repressão. E não falamos apenas daquela do camburão, do cassetete, da bomba de gás. Falamos daquela que está presente nas nossas relações de família, no emprego, com os amigos, na escola. Falamos da repressão que, pelos mais variados mecanismos meios de comunicação, educação, religião, etc. – nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos amoldar. Diz o que é natural, normal, certo, justo e bom para nós mulheres. (Lampião da Esquina. Rio de Janeiro. p.1, ano 1, nº. 12, maio de 1979)

Figura 9 - Capa da edição nº 12 do Lampião da Esquina



Fonte: Lampião da Esquina. Capa. Rio de Janeiro. p.1, ano 1, nº. 12 de maio de 1979.

No trecho em destaque, é possível sentir a ânsia pela possibilidade de vivência livre da sexualidade daquelas mulheres que faziam parte do grupo Lésbico

Feminista. Fica bastante evidente que as integrantes do grupo buscavam ter voz, que desejavam viver suas escolhas sem que fossem reprimidas ou culpadas por isso.

Em outro trecho importante da matéria do grupo LF, ainda dentro do Somos/SP, é possível analisar as visões do grupo sobre sua própria constituição e organização. Vejamos mais um trecho retirado do jornal:

Pela primeira vez na história deste país, um grupo de mulheres se reúne para falar, escrever, acerca de sua homossexualidade. Aquelas mulheres sempre esquecidas, negadas, renegadas, exatamente por não se submeterem aos papéis que a sociedade machista impõe como seus papéis naturais, no mês consagrado por essa mesma sociedade à função sublime da mulher, pedem a palavra e descem o verbo (Lampião da esquina. Rio de Janeiro. p.7, ano 1, nº. 12, maio de 1979).

O grupo, no excerto acima, enuncia que seria primeira vez na história do país que mulheres se reuniam para falar de sua homossexualidade, o que deixa claro que quaisquer outras publicações ou estudos anteriores, que inclusive algumas que foram citadas na matéria, não as contemplaram em suas vivências e não retrataram sua realidade, por serem estigmatizantes e modeladoras.

A organização, nesse trecho em destaque, ao dizer sobre a sua não submissão à divisão dos papéis sexuais impostos pela sociedade machista, demonstra um caráter marcadamente influenciado pelas ideias da teoria e dos movimentos feministas. Tanto o é, que o grupo se autodenominou não somente de lésbicas, mas também de cunho feminista (Figura 10)..

Figura 10 - Título e foto da reportagem do Jornal Lampião da Esquina



Fonte: Lampião da esquina. Rio de Janeiro. p. 7, ano 1, nº. 12 de maio de 1979.

Outro trecho que consideramos de extrema importância para entender as ideias das lésbicas que formavam o LF é o que transcrevemos novamente abaixo, em que elas dizem sobre uma matéria que havia sido publicada no Jornal Repórter à época, e que dizia pretender explicar como se dava uma relação entre pessoas designadas como do gênero feminino:

Aquela matéria do jornal Repórter leva alguém desavisado a acreditar que homossexualismo feminino é aquilo ali. É uma matéria que reforça toda a ideologia machista (que algumas mulheres, evidentemente, também assumem) ao apresentar a divisão dos papéis sexuais. Sempre tem alguém que tem que ser o machão e sempre tem que ter alguém que quer ser a mulherzinha, bonequinha, submissa, dona de casa, chefe de fogão. O que é visível na matéria é a relação de poder: a relação de dominação e subordinação. Reduzir o homossexualismo feminino àquela amostragem ilustrativa, revela, na melhor das hipóteses, um conhecimento bem superficial do assunto (Lampião da esquina. Rio de Janeiro. p.7, ano 1, nº. 12 de maio de 1979).

Pelo que fica claro, a referida matéria do Jornal Repórter, tratava a homossexualidade feminina a sob a ótica da heterossexualidade compulsória, ou seja, que uma das lésbicas necessariamente deveria exercer o papel sexual de “macho”, sendo que a outra deveria exercer o papel de “fêmea”. Porém, em resposta, as integrantes do grupo Lésbico Feminista foram enfáticas ao dizer que não são essas relações de dominação e subordinação que elas pretendiam reproduzir:

Uma questão extremamente importante que não é tocada nem de leve - e diz respeito às relações entre mulheres - é a que se refere a toda uma capacidade criativa dessas relações, originada, entre outras coisas, do fato de elas não serem ou não estarem institucionalizadas. Nada indica - a não ser a ideologia dominante, que transforma as relações afetivas/amorosas/sexuais em relações de poder, que as mulheres tenham que reproduzir relações de dominação e subordinação em suas vivências (Lampião da esquina. Rio de Janeiro. p.7, ano 1, nº. 12 de maio de 1979).

Em relação a tantos questionamentos trazidos em tão poucas palavras, mais uma vez vemos que as lésbicas do LF, em 1979, sofriam as opressões e limitações por representarem o desvio da norma da heterossexualidade e sabiam que era tal norma social que deveriam questionar (Figura 11).

O que diz também é uma visão de que as questões dos papéis sexuais definidos e da posição dominante dos homens têm finalidades políticas específicas

de manutenção de lugares de poder na sociedade, o que já era questionamento profundo das lésbicas do grupo Lésbico Feminista.

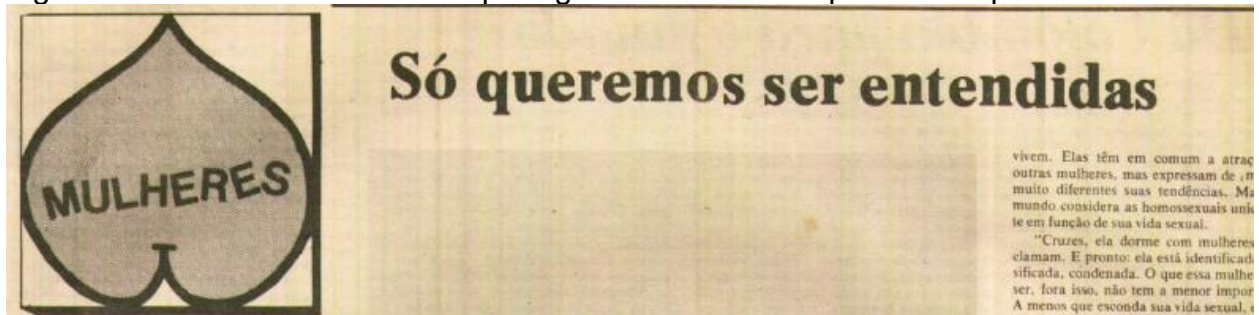
A publicação trouxe, ainda, o reforço de um desejo que já estava surgindo entre as integrantes do LF, que era de fazer um grupo só de lésbicas (Revista Um Outro Olhar, nº. 28, ano 12, 1998, p.8). Miriam Martinho também escreveu:

A partir de reuniões, exclusivamente femininas, organizadas com o objetivo de escrever um artigo sobre lesbianismo, para o Lampião de maio de 79, algumas de nós sentiram a necessidade de criar um subgrupo, só de mulheres, dentro do SOMOS, não apenas pela consciência de nossa especificidade, enquanto mulheres e lésbicas, mas também para fazer frente ao machismo dos “bichas” (como costumávamos chamá-los) que não era brincadeira. (Um Outro Olhar, n. 9. São Paulo, nov./jan., 1990, p. 8)

Muito importante para a continuidade do movimento, a trajetória do grupo Lésbico Feminista foi muito significativa, como grupo que surge e se organiza pioneiramente.

O subgrupo LF permaneceu no Somos/SP até maio de 1980, atuando conjuntamente com os gays no grande grupo e na organização dos eventos, mas separadamente, as lésbicas do Lésbico Feminista, já discutiam suas questões específicas.

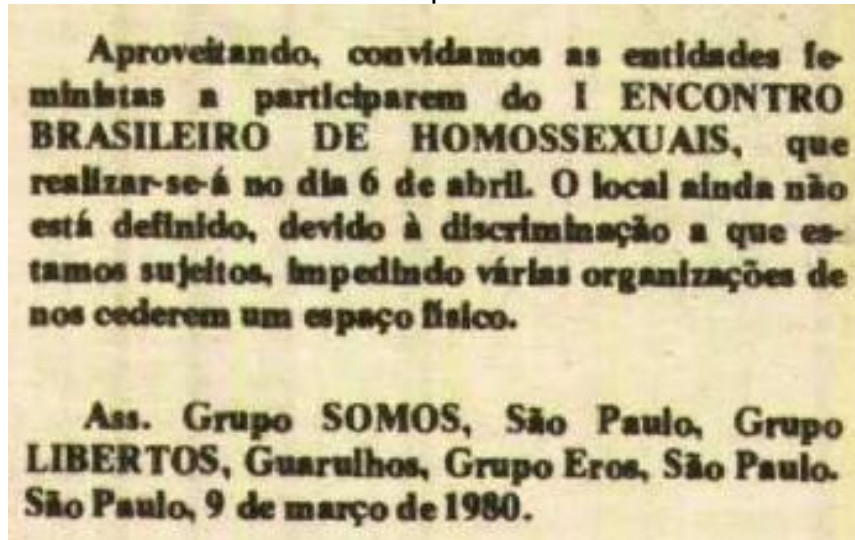
Figura 11 - Desenho e título da reportagem do Jornal Lampião da Esquina



Fonte: Lampião da esquina. Rio de Janeiro. p., ano 1, nº. 12 de maio de 1979.

3.5 1980-Abril: Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), em São Paulo

Figura 12 - Chamada do I Encontro Brasileiro de Homossexuais no Jornal Lâmpião



Fonte: Lâmpião da esquina. Rio de Janeiro. p.8, ano 1, abril de 1980.

Na semana santa de 1980, de 4 a 6 de abril, na cidade de São Paulo, ocorreu o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) concomitantemente com o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO). O EGHO, particularmente, ocorreu nos dias 04 e 05 de abril a portas fechadas, sendo que puderam participar dele somente os integrantes de grupos homossexuais organizados de todo o país. Já o 1º EBHO foi aberto para não militantes e demais participantes, com a convocação da imprensa, inclusive (Figura 12).

O planejamento do 1º EBHO e 1º EGHO foi realizado no I Encontro de Homossexuais Militantes, ocorrido em 16 de dezembro de 1979, um domingo, das 10 às 17 horas, no Rio de Janeiro. De acordo com o boletim do Grupo Gay da Bahia (GGB) de 1993:

(...) participaram 61 pessoas. Sendo 11 lésbicas e 50 gays. O Lâmpião pagou as passagens de ônibus dos militantes carentes e o grupo Auê do Rio hospedou os visitantes. Nove grupos marcaram presença: Somos/RJ, Auê/RJ, Somos/SP, Eros/SP, Somos/Sorocaba, Beijo Livre/Brasília, Grupo Lésbico Feminista/SP, Libertos/Guarulhos, Grupo de Afirmação Gay/Caxias e mais um representante de Belo Horizonte, futuro fundador do grupo 3º Ato (...). A entrada ficou restrita a homossexuais. Algumas frases desses pioneiros ficaram registradas: “saímos da idade da ignorância: os homossexuais entraram agora na idade adulta”. E esta outra: “o movimento

homossexual é revolucionário e não apenas reformista!” – Entre as resoluções deste 1º Encontro de Homossexuais Militantes destacam-se a reivindicação de se incluir na Constituição Federal o respeito à “opção sexual” (hoje o termo é orientação sexual) e lutar para reiterar a homossexualidade da lista das doenças mentais. Decidiu-se convocar todos os militantes gays e lésbicas para um próximo congresso na Semana Santa próxima, em São Paulo. Após 7 horas de debates ininterruptos, os participantes confraternizaram-se no famoso Bar Amarelinho, na Cinelândia, no Rio (Boletim Grupo Gay da Bahia, 1993)

Para a preparação do encontro, três grupos, Somos/SP, Eros/SP e Libertos, Guarulhos/SP, durante dois meses trabalharam arduamente. O local e a data do encontro foram decididos em reunião havida em dezembro de 1979, no Rio de Janeiro, com a participação de grupos cariocas, paulistas e de Brasília.

A organização contou com muitas reuniões nas casas dos integrantes dos grupos e conseguir um local para a realização do evento foi quase impossível por causa da discriminação, como conta Alice, uma das integrantes do LF à época. Alice era funcionária do Hospital Emílio Ribas e conseguiu que a reunião fechada fosse realizada no Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da USP. E a atriz Ruth Escobar cedeu o teatro Ruth Escobar para que fosse realizado o I EBHO, na parte aberta (informação verbal).

Duas semanas antes da realização do evento, parte de sua comissão organizadora foi presa durante cinco horas por causa de um incidente no Largo do Arouche. O ocorrido iniciou-se quando o grupo estava na calçada e jogaram água de um dos apartamentos. Com a reclamação do grupo, acabaram por parar na delegacia, tendo ficado enquadrados alguns integrantes do grupo por vadiagem, por serem autônomos, ou seja, não terem carteira assinada. No entanto, apesar de tantas dificuldades, o evento ocorreu da forma esperada (Lampião da Esquina, nº 24, 1980, p.4).

Como relata Alice de Oliveira, a organização contou com muitas dificuldades por falta de recursos financeiros, uma vez que não havia qualquer fundo que apoiasse os grupos. Os participantes, então, usaram recursos próprios para comparecer ao encontro, ou no máximo, recursos de apoios locais, como apoios de políticos ou sindicatos parceiros (informação verbal).

O encontro dos militantes, 1º EGHO, começou na sexta feira santa, 04 de abril de 1980, no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz - CAOC, da Faculdade de Medicina da USP. Na parte fechada do evento, compareceram cerca de 200 pessoas que eram integrantes e convidados dos grupos Auê/RJ; Somos/SP, com as

integrantes da Ação Lésbico Feminista/SP, Eros/SP; Libertos de Guarulhos/SP; Somos de Sorocaba/SP; Beijo Livre de Brasília/DF, além de representantes de Belo Horizonte/MG, Vitória/ES, Goiânia/GO, Curitiba/PR e uma comissão de representantes do jornal Lampião da Esquina. Também importante ressaltar que dentre tais participantes havia integrantes de partidos como o PT, PC e Convergência Socialista. A entrada no EGHO foi rigorosamente controlada, sendo que poderia participar do encontro somente quem realmente tivesse nome na lista. Havia um forte esquema de segurança para impedir que não inscritos entrassem no evento (Lampião da Esquina, nº 24, 1980, p.4).

A abertura do encontro ocorreu no teatro do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina, tendo a mesa iniciado os trabalhos com grande emoção, embora tenha sido tentado evitar tal clima (Lampião da esquina, nº 24, 1980, p.4). Logo no início, a mesa apresentou moção de apoio aos metalúrgicos em greve, que foi aprovada por aclamação. Foram propostos 11 temas gerais para debates em pequenos grupos, sendo que ficou resolvido que os grupos debateriam os temas gerais e específicos sem que tivessem caráter deliberativo. Assim, os grupos fariam por escrito recomendações.

Os temas deste encontro fechado entre os grupos de homossexuais organizados, destacamos alguns como:

- 1) A questão lésbica. O machismo entre homossexuais e papéis sexuais;
- 2) Michês: O travesti e a repressão que recebe;
- 3) Homossexualismo no presídio;
- 4) A questão da solidão, da velhice, da beleza e da competição;
- 5) Discriminação, criminalidade e violência sobre os homossexuais;
- 6) O homossexual diante da influência estrangeira e a procura de um modelo brasileiro de homossexual;
- 7) A imagem do homossexual nos meios de comunicação de massa, expressão artística homossexual – a arte. Estudo da linguagem utilizada pelos homossexuais entre si;
- 8) A validade de se assumir na família e no trabalho, educação sexual nas escolas, o casamento homossexual. Guetos homossexuais;

- 9) Conjuntura geral e movimento homossexual. O sentido, validade e prioridades do movimento homossexual na nossa sociedade. O que é política homossexual. Campanhas nacionais e internacionais;
- 10) Reformulação partidária e homossexualismo; lançamento de um candidato homossexual nas eleições, dentro das estruturas políticas vigentes. Nossa participação nas esquerdas brasileiras. Como fica o movimento homossexual, acusado de ser luta secundária, frente a uma luta maior que seria a mudança da estrutura social? Homossexualismo e anarquismo como negação do poder;
- 11) O Lampião e o movimento homossexual. Problemas enfrentados pelo Lampião: o que fazer com o mesmo que está em crise permanente?;
- 12) Ligação do movimento homossexual com outros movimentos de minorias (Jornal Lampião da Esquina nº 24, de maio de 1980, p. 4)

Segundo noticiado no Jornal Lampião da Esquina nº 24, de maio de 1980, que contou com detalhes o ocorrido no I EBHO e I EGHO, o tema da questão lésbica, do machismo entre os homossexuais e dos papéis sexuais foi o que atraiu mais participantes, sendo que cerca de 70 pessoas permaneceram neste grupo de discussão, com bastante dificuldade para chegar a um entendimento. Sobre o tema e a condução dele, destacou o jornal Lampião da Esquina a atuação do Lésbico-Feminista, do Somos/SP:

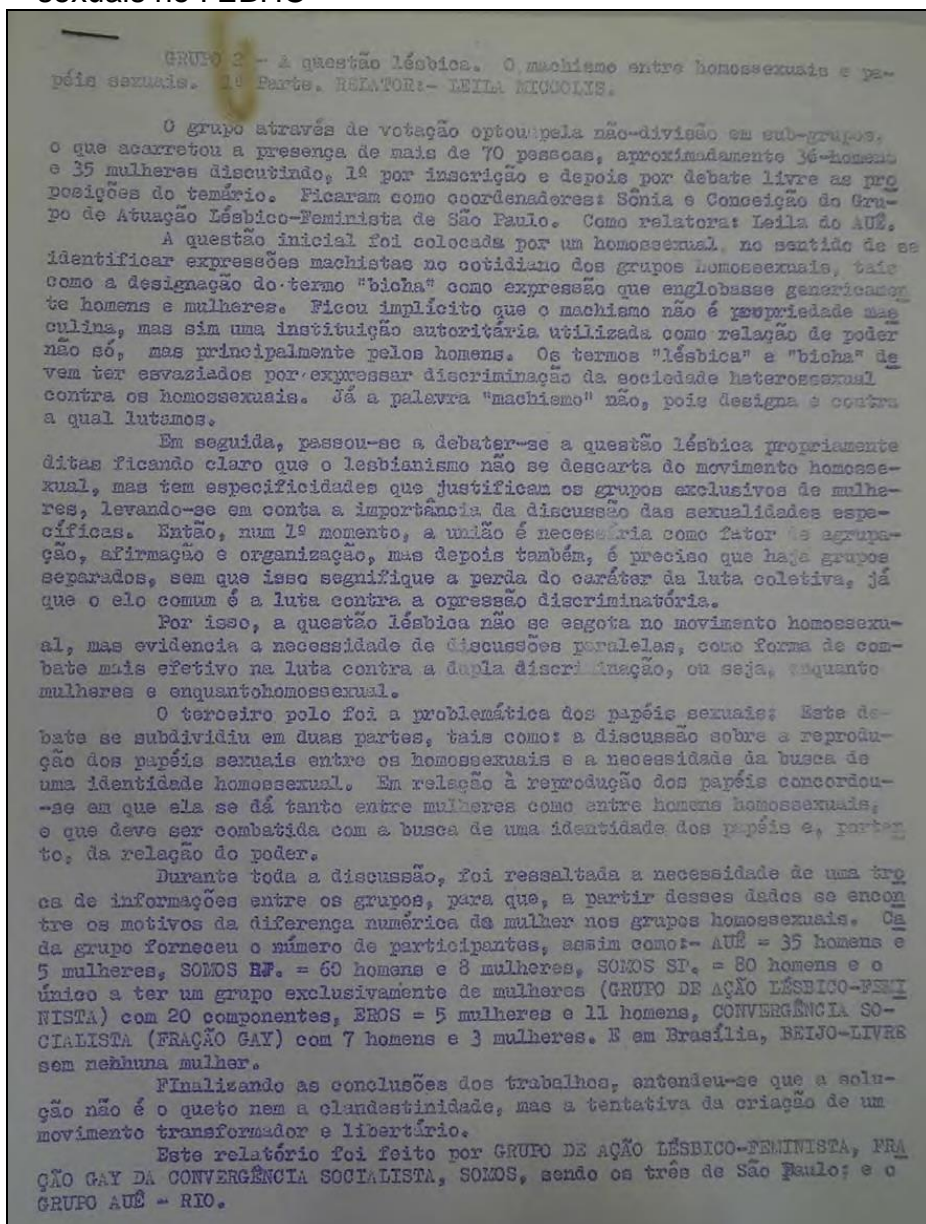
Trata-se na verdade de uma facção, que se destaca logo por seu comportamento altamente político (no sentido mais amplo do termo), atuando sempre em uníssono e conseguindo várias vitórias para as suas teses. Na minha imaginação desvairada cheguei a me sentir em plena Assembléia Nacional da Revolução Francesa quando a Ação Lésbico-Feminista colocou-se em bloco, inconscientemente ou não, na extrema-esquerda das arquibancadas do plenário. Para mim ali estavam os verdadeiros revolucionários, os jacobinos do futuro, capazes de levar à frente um projeto de luta, aí quanto nos outros grupos eu começava a detectar um certo bizantinismo, o prazer do aparte pelo aparte e do subjetivismo típico dos que ainda tateiam em terrenos minados pela metafísica. (Jornal Lampião da Esquina nº 24, de maio de 1980, p. 4)

A ata do grupo “A questão lésbica. O machismo entre homossexuais e papéis sexuais” (Figura 13), dizia o seguinte:

Passou-se a debater a questão lésbica propriamente dita, ficando claro que o lesbianismo não se descarta do movimento homossexual, mas que tem

especificidades que justificam os grupos exclusivos de mulheres, levando-se em conta a importância da discussão das sexualidades específicas. Então, num 2º momento, a união é necessária como fator de agrupação, afirmação e organização, mas depois também é preciso que haja grupos separados, sem que isso signifique a perda do caráter da luta coletiva, já que o elo comum é a luta contra a opressão discriminatória. (...) A problemática dos papéis sexuais: Este debate se subdividiu em duas partes, tais como: a discussão dos papéis sexuais entre homossexuais e a necessidade da busca de uma identidade homossexual. Em relação à reprodução de papéis, concordou-se em que ela se dá tanto entre mulheres como entre os homens homossexuais e que ela deve ser combatida com a busca de uma identidade dos papéis e portanto, da relação do poder.

Figura 13 - Relatório do grupo que discutiu o tema: A questão lésbica: machismo entre homossexuais e papéis sexuais no I EBHO



Fonte: PINAFI, Tânia. Militante... Já viu, né? A homofobia nos processos de subjetivação dos militantes do Movimento LGBT. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011

O texto demonstra que desde quando faziam parte do grupo Somos/SP, o subgrupo Lésbico Feminista já era bastante atuante e já pautava as questões vivência das lésbicas, o machismo, a questão dos papéis sociais e sexuais, a heterossexualidade obrigatória e questões do feminismo (Figuras 14 e 15).

No trecho, no entanto, não podemos deixar de comentar que o autor jornalista referiu-se às lésbicas de forma a elogiá-las, mas utilizando-se da marcação de gênero masculina no trecho “Para mim ali estavam os verdadeiros revolucionários” ao invés de “as revolucionárias”.

Nos registros do Lâmpião da Esquina também ficou marcada a presença de Leila Mícolis, do Rio de Janeiro, como uma participante muito ativa no encontro, tendo sido sua relatoria elogiada por ter o “dom de não só aplacar os mais exaltados como de colocar em termos perfeitamente coerentes em seus relatos as propostas mais estapafúrdias” (Lâmpião da Esquina, ed. 24, 1980, p.4).

Foram muitos os acontecimentos do I EBHO e EGHO e procuraremos destacar, neste momento, a atuação das lésbicas na construção do encontro.

Figura 14 - Título da matéria que noticiava sobre o I EBHO e EGHO no Lâmpião da Esquina

Mulheres compram as brigas

Fonte: Mulheres compram as brigas. Lâmpião da esquina. Rio de Janeiro. p. 4., ano 1, nº. 24, maio de 1980.

Figura 15 - Foto do I EGHO publicada no o Lâmpião da Esquina



Fonte: Mulheres compram as brigas. Lâmpião da esquina. Rio de Janeiro. p. 4., ano 1, nº. 24, maio de 1980.

Neste encontro, as lésbicas fizeram reuniões exclusivamente femininas, de onde tiraram como propostas a realização mensal de reuniões exclusivas de lésbicas e a criação de uma organização de lésbicas que englobasse diversos grupos e lésbicas independentes, propostas que foram aprovadas na plenária final (MARTINHO, 2009).

Neste momento, segundo a entrevistada Marisa Fernandes, as convicções das lésbicas eram a autonomia na organização, feminismo e respeito às especificidades e às identidades (informação verbal).

No domingo, dia 06 de abril de 1980, aconteceu a parte aberta do 1º EBHO, no teatro Ruth Escobar, com o comparecimento de cerca de 600 pessoas, segundo o Boletim do Grupo Gay da Bahia (1993).

Alice Oliveira, no entanto, nos contou que o teatro estava todo tomado, não havia lugares para sentar e nos corredores e laterais também havia muita gente. Que calcularam haver “umas mil pessoas” neste momento do evento. Relatou ainda que o momento foi muito emocionante para as pessoas que organizavam, pois sabiam que era um momento histórico (informação verbal).

A imprensa, na parte aberta do encontro, havia sido convidada, para noticiá-lo. No entanto, para a preservação da identidade de todas as pessoas presentes, não foram permitidas fotos ou filmagens, apenas que os jornalistas estivessem presentes e anotassem o ocorrido no I EBHO. Alice, que fez parte da comissão de organização e da comissão de segurança no evento, nos contou que a imprensa não queria respeitar as regras impostas pela comissão organizadora e que a situação foi muito tensa do lado de fora do teatro. Que os jornalistas ficaram todos com câmeras na porta do evento, esperando que os participantes saíssem para gravar e fotografar. Ainda, contou que tiveram que trancar todos os participantes dentro do teatro para que ele não fosse invadido por alguns jornalistas (informação verbal).

Houve, no encontro, uma proposta para a realização do II EGHO, em 1981, mas que acabou não acontecendo. Os grupos, em 1981, acabaram por se reunir regionalmente. No nordeste foi realizado o I Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste, enquanto em São Paulo ocorreu o I Encontro Paulista dos Grupos Homossexuais Organizados (EPGHO), por exemplo. Os outros encontros aconteceram ao longo dos anos e os pontos mais importantes para o movimento de lésbicas no Brasil foram destacados mais adiante.

3.6 1979 – 1980: I a III Congressos da Mulher Paulista – A participação das lésbicas e os descompassos com o movimento feminista

Os encontros feministas, em geral, em âmbito estadual, nacional e internacional, foram um importante espaço para que lésbicas se encontrassem. Nesses encontros as lésbicas buscavam estabelecer, em paralelo, encontros menores de lésbicas que possibilitassem trocas de informações, de contatos e fortalecimento de grupos de lésbicas que existiam, em matéria de números, de forma muito inexpressiva no Brasil até a segunda metade da década de 1990.

Buscamos abaixo descrever a sequência de encontros de mulheres paulistas, que ocorreram no início da década de 1980, para expor as tensões que o movimento de lésbicas enfrentava com o movimento feminista.

No restante do trabalho, nos concentramos prioritariamente em descrever os grupos, relatar suas atividades e encontros prioritariamente de lésbicas, porém, não é possível ignorar que as lésbicas continuaram a frequentar os espaços feministas e a interagir com o movimento feminista, em especial em épocas de enfraquecimento do movimento de lésbicas. Em 1985, no entanto, no interior do III Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, nasceu a ideia da criação de um espaço exclusivo de lésbicas nesse âmbito e daí surgiu o I Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe, em 1987, que ocorreu no México. Falaremos especificamente desses encontros latino caribenhos de lésbicas feministas mais adiante no presente trabalho.

3.6.1 I Congresso da Mulher Paulista - 03 e 04 de março de 1979 e II Congresso da Mulher Paulista – 08 e 09 de março de 1980

Em 03 e 04 de março de 1979, na capital de São Paulo, foi realizado o I Congresso da Mulher Paulista (CMP), com a participação de 500 mulheres. Heloisa Pontes (1986, 58) registrou que foi a primeira vez que o movimento de mulheres e grupos feministas se uniram de forma independente.

O movimento de mulheres surge das classes populares e médias, anteriormente à década de 1970, com o intuito da mulher dona de casa, esposa e mãe intervir no mundo público (PINTO, 2003, 43). Os movimentos feministas, a partir

da década de 1970, denunciavam as condições de opressão culturalmente estabelecidas sobre as mulheres, com o intuito de causar transformações políticas e sociais, de modo geral.

O cenário político brasileiro, no entanto, em 1979, com a anistia política e a reforma partidária que instituiu o multipartidarismo no Brasil, desencadeia discussões acerca das alianças político-partidárias, o que acaba causando conflitos dentro do movimento feminista. Tais conflitos ficaram evidentes no II Congresso da Mulher Paulista, em 1980, que aconteceu no Teatro da PUC-SP, Tuca (Figura 16).

O II CMP contou com a presença de mais de três mil mulheres, tendo sido aberto a qualquer grupo político com trabalho com mulheres, tendo comparecido o total de 51 organizações ao final das reuniões de preparação do Congresso (PONTES, 1986). Sobre a participação das lésbicas na organização do II Congresso da Mulher paulista, MacRae relatou que:

[...] a inclusão das lésbicas na comissão de preparação do II CMP não foi aceita tranquilamente pelas organizações envolvidas. Várias delas, mesmo as que se rotulavam como feministas, expressaram veladamente o receio que sua inclusão poderia afugentar as mulheres de periferia, que ainda seriam muito preconceituosas. [...] O grupo insistiu em afirmar a sua natureza lésbica e até chegou a comparecer a uma reunião de representantes de vários grupos feministas para exigir satisfações. As mulheres heterossexuais negaram que estivessem agindo com preconceito e a questão foi deixada de lado. (MACRAE, 1990, p. 248)

Figura 16 - Mulheres do Lésbico Feminista em um dos debates do II CMP



Fonte: Lâmpião da Esquina, ed. 23, abril de 1980, p.8

Apesar de ter sido pactuado que o congresso seria apartidário e voltado para as questões específicas das mulheres, as diferentes concepções político-partidárias trouxeram muitos conflitos internos no II CMP. Os partidos políticos recém formados estavam presentes e ávidos a conquistar força política e o II CMP tornou-se um espaço de conflito entre as chamadas lutas gerais (luta maior) versus lutas específicas (luta menor), entre as lideranças de esquerda e as feministas (PINAFI, 2011, s./p.).

Por um lado, feministas e lésbicas presentes queriam discutir seus temas específicos tais como a sexualidade e papéis sociais, os problemas específicos enfrentados pelas mulheres. Porém, presente estava a tese de que luta da libertação da classe operária atingiria a toda a sociedade e também às mulheres, devendo ser prioritária em relação às questões específicas de gênero, ou seja, a “luta maior” deveria ser prioritária em relação à “luta menor”.

Assim, grupos políticos com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) – parte do PMDB –, o PT, o PC, a Convergência Socialista, e o PC do B procuraram manipular os debates e atrair o maior número possível de mulheres para a sua causa (Figura 17) (PONTES, 1986).

Sobre a participação das lésbicas do Somos, MacRae conta que

num clima desses, as lésbicas do Somos (participaram aproximadamente 13), sem nenhuma experiência de como agir nessas situações, encontraram grandes dificuldades em causar impacto no Congresso com suas reivindicações (MacRae, 1990).

Figura 17 - Faixa do II Congresso da Mulher Paulista



Fonte: <http://rachelmoreno.wordpress.com/fotos/>

Ainda, no boletim Chanacomchana, a participação no encontro foi relatada da seguinte maneira:

No entanto, imbuídas do maior espírito cara de pau, entramos de “sola” no II Congresso da Mulher Paulista, entre arrepios, chiliques e a perplexidade irritada ou divertida das feministas heterossexuais (?), colocando a então “inusitada” questão da sexualidade. Reinava um clima de grande confusão graças às tentativas de manipulação das “bases femininas” por parte de grupos pretensamente populares que ameaçavam, e ainda ameaçam, a autonomia do movimento. De pronto, nos solidarizamos com as outras feministas pela independência de nossas reivindicações específicas, mas, mesmo assim, ainda parecíamos como OVNIS (objetos voadores não identificados), tanto que a jornalista Maria Carneiro da Cunha sentiu-se na obrigação de justificar nossa presença naquele evento, através de uma longa carta para uma sua amiga pouco acostumada ao trato com a diversidade humana. De qualquer forma, saímos de lá fortalecidas e com bastante ufanismo (Chanacomchana, nº 3, maio de 1983, p. 2)

O jornal Lampião da Esquina, na edição nº 23, de abril de 1980, na matéria com o título “Congresso das Genis: esquerda joga bosta nas feministas”, fala sobre a atuação das lésbicas no II CMP:

Para as lésbicas, acho que o dialogo foi difícil (até as fotos do seu painel "AMOR ENTRE MULHERES" foram retiradas); mas também houve o saldo positivo: puderam medir melhor a solidariedade de que dispõem junto a certos grupos feministas, que pela primeira vez resolveram comprar sua briga, no Brasil; esse Congresso parece ter marcado o encontro ainda tímido mas definitivo entre feministas homossexuais e heterossexuais” Lampião da Esquina (Lampião da Esquina, na edição nº 23, de abril de 1980p. 6-8)

No II CMP, durante a realização da plenária final, momento em que seriam definidas as pautas tiradas do congresso, houve violência física e verbal inviabilizando o seu encerramento. A coordenadoria do evento, então, reuniu-se posteriormente para fazer a avaliação do evento e para elaboração de um documento final, tendo decidido que os grupos que tumultuaram o evento seriam expulsos da coordenação (PINAFI, 2011).

3.6.2 | Encontro dos Grupos Feministas do Estado de São Paulo

Nos dias 21 e 22 de junho de 1980, aproximadamente três meses após o II CMP, ocorreu o I Encontro dos Grupos Feministas do Estado de São Paulo. Oito

grupos estiveram presentes: Nós Mulheres, Associação de Mulheres, Pró-Mulher, Brasil Mulher, Lésbico-Feminista, Grupo Feminista 8 de Março, Coletivo Feminista de Campinas e Frente de Mulheres Feministas (Pontes, 1986).

O encontro de Valinhos foi pensado para reflexão sobre o que havia ocorrido no II CMP, mas o grupo das lésbicas alterou a pauta preestabelecida com a discussão política das questões da sexualidade, para além das questões tradicionais. Tal fato pode ser depreendido da fala da feminista Teresa Verardo, testemunha viva dos acontecimentos do encontro que lembra o seguinte:

Quando as homossexuais resolvem se inserir com a gente nessa luta no Movimento Feminista porque, até então, os grupos eram bem separados, né? Em alguns momentos pontuais a gente atuava juntas. Esse momento foi o momento do Encontro de Valinhos, em 1980, depois que nós já tínhamos feito dois encontros da Mulher Paulista. [...] E as militantes homossexuais foram pra esse Encontro. Tinha uma pauta, né? Então, aquela coisa bem militante. Tinha uma pauta, nós íamos discutir objetivamente aquela pauta quando as lésbicas resolveram subverter tudo. Então não queriam discutir aquela pauta coisa nenhuma e queriam discutir a nossa relação enquanto mulheres. Queriam discutir a questão da sexualidade. E queriam discutir a militância feminista com prazer. E eu acho que essa discussão de Valinhos deu uma virada total em toda nossa militância. Nós descobrimos junto com as lésbicas que era possível fazer discussões sobre sexualidade, né? E essa discussão mexia com um monte de coisa internamente com a gente. Era assumir uma outra postura de vida e uma outra postura de militância. E, principalmente, que era possível fazer uma militância com prazer (MULHERES PARTICIPANDO, 1991, apud PINAFI, 2011, s./p.).

Ainda, o encontro em Valinhos foi um momento importante para o Grupo Lésbico Feminista, um momento em que foi deflagrada uma crise interna que posteriormente causou uma cisão do grupo. Assim, algumas militantes passam a integrar o grupo SOS Mulher, juntando-se com mulheres heterossexuais na luta contra a violência de forma geral. De outro lado, outras integrantes formam o grupo Terra Maria Opção Lésbica, grupo somente de lésbicas, que acreditava que a pluralidade dos grupos causaria confronto de ideias, o que seria enriquecedor para o movimento. Sobre tal cisão, falaremos com mais detalhes no item 3.7 do presente trabalho.

3.6.3 III Congresso da Mulher Paulista – 22 de fevereiro, 7 e 8 de março de 1981

O evento estava sendo organizado por diversos grupos e ainda em fevereiro de 1981, a reportagem do Jornal Hora do Povo³⁴, dizia que as autonomistas do movimento feminista tinham sido lideradas por lésbicas, de forma pejorativa:

O jornal Hora do Povo no seu número de 6 de fevereiro de 1981, um artigo atacava as “autonomistas” do movimento feminista: grã-finas desorientadas, lideradas por lésbicas! Acima do artigo, uma charge assinada por Maringoni em que apareciam, entre outras mulheres, duas lésbicas, uma tendo um ataque histérico ao ver mulheres do povo, enquanto a outra, caricaturalmente “machona”, tenta levá-la para casa. (MACRAE, 1983, 58)

Por essa charge podemos verificar que o cenário político não estava muito receptivo às lésbicas. No III Encontro da Mulher Paulista, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR-8, tentou vetar a participação das lésbicas, uma vez que consideravam que “a lésbica nega a sua própria condição de mulher, e não pode fazer parte de um movimento feminino”, conforme declarou Márcia Campos, à Folha de S. Paulo em 11/02/1981 (TELES, 1993).

Em matéria do jornal Lampião da Esquina, edição nº 32, de abril de 1981, p. 13, Marisa Fernandes, do Lésbico Feminista e “Teca”³⁵, que neste momento integrava o SOS Mulher, deram uma entrevista sobre a organização do III CMP, que estava sendo chamado de “congresso de sapatões” pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8).

Teca falou sobre uma das reuniões preparatórias do III CMP, ocasião em que o jornal a Hora do Povo, do MR8, propagava que desejava fazer um congresso do povo e as feministas um congresso de lésbicas. Nessa ocasião, no meio da reunião, uma mulher se levantou dizendo que era um congresso de mulheres e que tinha gente ali que não era “nem mulher, nem homem e que devia estar noutro lugar”. Teca relatou que respondeu chamando as mulheres de fascistas e comparando-as com o delegado Richetti³⁶. Também contou que na ocasião outras feministas falaram

³⁴ Que era considerado como “porta voz do proscrito MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro)”.

³⁵ O jornal usado como referência sempre utilizava o apelido “Teca” para se referir à militante que fez parte do Somos/SP e após do SOS Mulher.

³⁶ O delegado Wilson Richetti ficou conhecido por ter expulsado as prostitutas de São Paulo e criado a zona de prostituição de Santos. Tendo sido transferido para o centro (terceira seccional), iniciou

a favor das lésbicas, defendendo sua participação. A defesa da participação no encontro, porém, não significava que as questões das lésbicas seriam incluídas nas pautas do III CMP (Lampião da Esquina, nº 32, abril de 1981, p.12)..

Marisa Fernandes, também, no evento anunciou que o objetivo da participação do LF era ser um porta-estandarte das questões da sexualidade feminina no III CMP. Neste evento, ocorreu o racha entre o MR8 e o restante da coordenação, com a consequente realização de dois atos públicos no dia 8 de março, um da coordenação na Praça da Sé e outro do MR8, no Estádio do Pacaembú (Lampião da Esquina, nº 32, abril de 1981, p.12).

Em matéria sobre o evento, no Lampião da Esquina de abril de 1981, com o título de “A hora da porrada”, comentou-se:

de tímidas participantes o ano passado, as lésbicas emergiram para a crista da onda neste 3º CMP, ao se tornarem alvo predileto do grupo Hora do Povo, para quem a coisa se colocava assim: de um lado as lésbicas, de outro o povo brasileiro (Lampião da Esquina, nº 32, abril de 1981, p.12).

No evento, as moções de repúdio apresentadas contra as prisões arbitrárias de mulheres lésbicas efetuadas pelo delegado Wilson Richetti no final do ano de 1980 não foram sequer encaminhadas pela mesa, tamanho o caráter conservador do evento e dos grupos ali presentes. Além do mais, as lésbicas sofreram ataques sobre a questão da “dupla militância”, que poderia prejudicar a autonomia do movimento feminista, o que causou um clima de desconfiança (Figura 18). Entre o II e III Congressos muitas divisões aconteceram no seio dos movimentos feministas da época sendo que “[...] algumas feministas priorizaram a chamada luta geral, deixando provisoriamente de lado a luta feminista propriamente dita” (PONTES, 1986, p. 89).

uma ação que ficou conhecida como “Operação Limpeza” contra os frequentadores noturnos do centro de São Paulo, em especial gays, lésbicas, travestis e prostitutas.

Figura 18 - Foto do III Congresso da Mulher Paulista – Ato público na Sé



Fonte:Foto de Silvana Afram, publicada no Lampião da esquina, nº 35, abril de 1981, p.12

No boletim Chanacomchana nº 03, de maio de 1983, sobre o evento, foi dito:

Enquanto as 'HPistas' nos acusavam de imitar os homens no que eles têm de mais caricatural, de não assumirmos nossa 'condição de mulheres' e de comprometermos a representatividade do Movimento porque éramos 'sapatões', por outro lado, um dos mais conceituados e tradicionais dos grupos feministas de São Paulo ameaçava sair da organização do Congresso por considerarem haver um excesso de lésbicas na ocasião. (ChanacomChana, n. 3. São Paulo, maio 1983, p. 3).

Também, no III Congresso da Mulher Paulista, foi lançado o jornal Chanacomchana pelo LF, que só contou com uma edição, de janeiro de 1981. Chanacomchana posteriormente virou um boletim periódico, que começou a ser publicado no ano de 1982.

Sobre os caminhos dos movimentos feministas e das lésbicas, Tania Navarro-Swain (2002, s./p.), analisa que:

Se voltarmos o olhar, hoje, para os caminhos plurais do feminismo detectamos movimentos de cruzamento, de oposição ou de imbricação com o lesbianismo. Classificadas como radicais, separatistas, recusando os homens, e a dominação masculina, as lésbicas sempre atemorizaram as feministas, num medo despertado pelas imagens forjadas no cadinho dos enunciados do senso comum, cuja repetição criava a realidade: machonas, viragos, feiosas, mal amadas. [...] Enquanto feminista, como se aproximar ou trabalhar em conjunto como estes seres marcados, sem se contaminar, sem partilhar as nódoas e os insultos contra "aberrações da natureza", "imitações de macho"?

3.7 1980-1981: LF: Grupo Lésbico-Feminista: O primeiro grupo exclusivamente de lésbicas do Brasil

Dentro do Somos/SP, muitas divergências entre as pessoas militantes começaram a acontecer. No início, o número de participantes era reduzido e o grupo prezava pela forma de tomada de decisão coletiva. Com o crescimento do grupo, sua autogestão passou a ficar mais complexa, os pontos de vista se multiplicaram e o consenso tornou-se algo mais distante (MACRAE, 1990).

Entre os *gays* e as lésbicas, havia também uma grande tensão, por causa de atitudes machistas dentro do próprio Somos/SP. Alguns dos *gays*, por exemplo, chamavam lésbicas de “racha” e isso causava conflitos e incômodos. Tal situação permaneceu assim de fevereiro a junho de 1979, quando a partir de uma reunião geral ficou instituído o subgrupo Lésbico-Feminista (LF), formado pela maioria das lésbicas do grupo Somos/SP. Algumas continuaram a frequentar as reuniões gerais até se desvincularem totalmente do grupo (MACRAE, 1990). Alice Oliveira nos contou, no entanto, que nem todas as lésbicas do Somos/SP eram feministas (informação verbal).

Sobre a formação do subgrupo lésbico, ela teve apoio de parte dos *gays*, que tinham entrado em contato com a ideologia feminista, sendo que outros alegavam que tal formação era divisionista, “lamentando a perda de um contato tão novo e valioso com lésbicas, até então vistas por alguns como seres totalmente estranhos” (MACRAE, 1990, p. 246)

No trabalho conjunto com os *gays*, as lésbicas passam a ver mais de perto as diferenças entre a homossexualidade feminina e masculina, verificando-se que a sociedade privilegiava socialmente os homens, ainda que fossem *gays*. Assim, a vivência das lésbicas em uma sociedade machista e patriarcal com padrões heterocêntricos era peculiar pelo que elas chamavam de dupla opressão³⁷, por serem mulheres e também lésbicas (PINAFI, 2011).

Percebe-se nos relatos dos boletins que as lésbicas foram cada vez mais percebendo a necessidade de atuar não somente no movimento de lésbicas, mas

³⁷ Atualmente, ao invés de utilizar a ideia de dupla opressão, pensamos na questão da interseccionalidade, ou seja, com a articulação de múltiplas opressões (cor, etnia, classe social, orientação sexual, religião, gênero, etc).

também no movimento feminista, considerando inseparáveis as duas lutas. Sobre a percepção da grande diferença entre ser uma lésbica e ser *gay* na sociedade que consideravam falocrática, manifestaram-se, dizendo que:

A consciência de nossa opressão enquanto mulheres, em primeiro lugar, nos levou, podemos dizer que quase naturalmente, ao feminismo e o aprofundamento da análise da situação das mulheres num sistema que as nega constantemente enquanto sujeitos sociais, determinou nosso afastamento dos bichas e a aproximação com o movimento feminista onde também nos esperava outra batalha campal. Se dentro do movimento homossexual brigávamos contra o sexismo, no movimento feminista íamos começar a brigar contra o heterossexismo (briga que dura até hoje) e todas as suas implicações reformistas (Boletim Chanacomchana de maio/1983, p.2)

Com a divisão do Somos/SP, em 17 de maio de 1980, o Grupo Lésbico-Feminista se separou totalmente também, formado somente por mulheres lésbicas, sendo a primeira entidade inteiramente desvinculada de quaisquer outras organizações e que tinha como maior objetivo um trabalho voltado para lésbicas de que se tem notícia.

Sobre a separação do Somos/SP, o LF divulgou a seguinte nota, no jornal Lampião da Esquina:

São Paulo, 19 de maio de 1980.

Ao Movimento Homossexual: Em reunião geral no Mistura Fina, dia 17 de maio, o grupo Lésbico-Feminista separou-se do grupo Somos. Assumimos esta posição com base em experiências concretas de um ano de trabalho e através das quais acreditamos hoje, poder afirmar que: 1) a participação de lésbicas em grupos mistos tem impedido o desenvolvimento de uma consciência feminista, essencial, a nosso ver, para o próprio M.H. Dada a especificidade da discriminação que sofremos, enquanto mulheres e homossexuais, consideramos o processo de afirmação somente possível em reuniões separadas das dos homens. As mulheres não podem descobrir o que têm em comum a não ser em grupos só de mulheres: 2) é falsa a ideia de que um grupo homossexual precise de lésbicas para levar a questão feminista. Sempre nos colocaram a necessidade de existirem mulheres no grupo para ensinar feminismo e apontar atitudes machistas. Achamos que a conscientização, embora em níveis diferentes para homens e mulheres, se dá da mesma forma, isto é, por meio de leituras, pesquisas e da reflexão contínua sobre a reprodução dos papéis heterossexuais de masculinidade e feminilidade. Acreditamos ainda que qualquer grupo realmente interessado em feminismo pode iniciar uma discussão sobre o tema, independente da participação das mulheres. Inclusive, a presença de lésbicas não só não implica numa postura feminista, como tampouco serve como uma estratégia de combate ao machismo que todos reproduzimos: 3) os grupos formados exclusivamente por lésbicas ou bichas não dividem o M.H., pelo contrário, podem enriquecê-lo, apontando novas propostas na direção de um verdadeiro crescimento da consciência homossexual. A nossa atuação externa, participações em congressos e manifestações, vem demonstrar não haver qualquer empecilho no sentido de uma ação

conjunta, desde que sejam preservados nossos objetivos e autonomia. Temos a oferecer, para troca de informações, uma prática de atividades, efetuadas desde maio de 79, que inclui contatos com outros grupos discriminados (grupo feminista) e um processo efetivo de aglutinação de mulheres homossexuais. Grupo Lésbico-Feminista. (Lampião da Esquina, ano 3, n. 25. Rio de Janeiro, jun. 1980, p. 8)

O grupo LF manifestou-se publicamente dizendo que a atuação separada dos grupos exclusivos de lésbicas e *gays* não prejudicaria o movimento homossexual brasileiro, mas sim iria enriquecê-lo, com novas propostas vindas das discussões separadas acerca da consciência homossexual. Também disseram, neste excerto, sobre a possibilidade de atuarem conjuntamente em atos e manifestos.

Em 13 de junho de 1980, os fragmentos do grupo Somos/SP se reuniram com feministas e integrantes do movimento negro para em uma passeata contra a atuação arbitrária do delegado Wilson Richetti³⁸. No mês anterior, havia sido feita uma operação policial chamada de “operação limpeza”, com o resultado de mais de 1.500 pessoas presas entre *gays*, lésbicas, travestis e prostitutas.

A passeata foi iniciada na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo e as exigências foram a liberdade e o fim da discriminação racial e sexual, do desemprego e da violência policial, quando entoava o grupo presente: “abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”(Figuras 19 e 20).

O ato público contou também com vários manifestos assinados por advogados, reitor, professores e parlamentares. O manifesto assinado de forma conjunta por vários grupos, bem como do grupo Ação Lésbica Feminista foi o seguinte:

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Hoje estamos dando uma resposta concreta a essa onda de violência desencadeada pelos responsáveis da ‘segurança pública’: Um secretário de Segurança, um diretor do Depto. de polícia e um delegado vêm aterrorizando prostitutas, homossexuais, travestis, negros e desempregados com prisões arbitrárias, espancando e até assassinando-os. Maria Marciana da Silva e Olivaldo de Oliveira foram as primeiras vítimas fatais da nova onda de repressão. Maria, uma jovem de 33, foi encontrada morta na estrada de Perus, com o crânio esmagado. O crime que ela cometeu: estar à noite na Praça Júlio Mesquita. Quanto à Olivando, pesa o fato de ser negro. Deram-lhe um tiro na nuca. Uma outra jovem, num ato de desespero tenta o suicídio. Por isso estamos aqui protestando contra a repressão policial e exigimos a imediata destituição do Sr. José Wilson Richetti, o responsável direto pela barbárie. Exigimos também a abertura de uma

³⁸ Como já mencionado, o tal delegado foi responsável por uma ação que ficou conhecida como “Operação Limpeza” contra os frequentadores noturnos do centro de São Paulo, em especial *gays*, lésbicas, travestis e prostitutas.

sindicância para apurar as responsabilidades. Conclamamos toda a população a se juntar a nós e acabar de uma vez por todas com o terrorismo oficial. A desculpa que esse delegado apresenta é que está limpando a cidade dos marginais e que tem o respaldo dos comerciantes e moradores. No entanto de 1.500 pessoas detidas na primeira semana, apenas 12 (0,8%) foram indiciadas. Nos parece que para acabar com os assaltos o delegado acha melhor prender todas as vítimas. Numa cidade em que existe mais de 1 milhão de desempregados é, no mínimo, absurdo prender pessoas que não possuem carteira de trabalho assinada. CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA O DESEMPREGO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SEXUAL PELO DIREITO DE IR E VIR GRUPOS: SOMOS, Movimento Negro Unificado, Ação Lésbica-Feminista, Núcleo de Defesa à Prostituta, Associação de Mulheres, Grupo Feminino 8 de Março, Convergência Socialista, Grupo de Mulheres do Jornal 'O Trabalho, Departamento Feminino da USP - DCE Livre, Eros, Libertos, Ação Homossexualista e Nós Mulheres.(BORGES, 2009)

Figura 19 - Faixa estendida na escadaria do teatro Municipal, na passeata do dia 13 de junho de 1980, contra as prisões arbitrárias do citado delegado Richetti



Fonte: <http://www.umoutroolhar.com.br/2014/03/meus-anos-sob-o-regime-militar-e-o.html>

Figura 20 - Grupo ação lesbica feminista na passeata que ativistas homossexuais, feministas, do movimento negro, no dia 13 de junho de 1980



Fonte: <http://www.umoutroolhar.com.br/2014/03/meus-anos-sob-o-regime-militar-e-o.html>

Como fruto da manifestação, o delegado Richetti e o secretário de segurança pública foram convocados para depor na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Estadual bem como foram abertas denúncias públicas contra eles, resultado da representação judicial feita por um jurista renomado (Lampião da Esquina, ano 3, n. 26. Rio de Janeiro, jul. 1980, p. 18).

Ainda em junho de 1980, o grupo LF compareceu ao I Encontro dos Grupos Feministas do Estado de São Paulo em Valinhos, cidade do interior. O encontro reuniu vários grupos feministas e as questões da sexualidade e identidade femininas nas discussões estiveram presentes. Também, nesta ocasião, foi anunciada a nova sede do LF, dividida com o grupo Brasil Mulher, na Vila Madalena, São Paulo. Há relatos de que neste encontro em Valinhos surgiu uma bandeira forte do feminismo que é a luta contra a violência. Foi então criada uma comissão de luta contra a violência, constituída por todos os grupos do encontro, porém, logo tal comissão origina o grupo SOS mulher, oficialmente em outubro de 1980, ficando autônomo em relação aos demais grupos (PONTES, 1986).

No interior do grupo LF, no entanto, o encontro em Valinhos irá deflagrar um processo de crise entre suas integrantes, por inúmeras questões ideológicas. O grupo sofre um rompimento, com a maior parte de suas integrantes saindo do grupo. Sobre tal crise, Miriam Martinho relata no boletim ChanacomChana o seguinte:

O Encontro de Valinhos (junho de 1980), que reuniu vários grupos feministas, onde comparecemos colocando a questão da sexualidade e da identidade feminina, e o estabelecimento de nossa primeira sede, na Vila Madalena, dividida com o grupo Brasil Mulher. Do Encontro de Valinhos, surgiu para o Movimento Feminista, em termos mais concretos, a bandeira da luta contra a violência que daria origem, posteriormente, ao grupo SOS Mulher (outubro de 1980) assim como deflagrou, para nós do GALF, um processo de crise interna que desfaleceria as estruturas do grupo nos meses que se seguiram ao Encontro. Em nossa campanha contra os modelos monogâmicos que dizíamos herdados da sociedade heterossexual machista, acabamos por tocar no ponto nevrálgico das relações interpessoais, sentimentos de posse e ciúme, que somados a um clima de disputa e competição pela direção no encaminhamento das atividades que realizávamos, terminou gerando uma enorme desconfiança entre as pessoas e, conseqüentemente, uma descrença quase generalizada em nosso próprio trabalho. Por imaturidade política, não soubemos tratar, com suficiente tato, a questão dos “casos abertos e fechados” – se o condicionamento da mulher é para a fidelidade e o do homem para a conquista, será “revolucionário” apenas inverter os papéis? – nem com a questão das relações de poder (autoritarismo, omissão, monopolização das palavras, criação de mitos, discursos carismáticos, padrões de beleza, etc) que todos tecemos e de que, ao mesmo tempo somos vítimas. (Chanacomchana, nº 3, maio de 1983, p. 3)

Assim, algumas lésbicas militantes passam a integrar o grupo SOS Mulher, juntando-se com mulheres heterossexuais na luta contra a violência contra as mulheres. De outro lado, outras integrantes formam o grupo Terra Maria Opção Lésbica, grupo somente de lésbicas, que acreditava que a pluralidade dos grupos causaria confronto de ideias, o que seria enriquecedor para o movimento, mas foi um grupo que não sobreviveu por muito tempo (Boletim Chanacomchana, 1983, p.3).

Marisa Fernandes conta ainda que o questionamento da monogamia, sentimentos de posse e ciúmes acabaram por trazer conflitos que provocaram separações no LF. Certamente isso ocorreu pela dificuldade do rompimento com tais padrões estabelecidos socialmente, característica da sociedade patriarcal e com valores da propriedade privada. A entrevistada ainda disse sobre as discussões acerca da monogamia que eram feitas de uma forma quase que impositiva e havia, bastante resistência quanto a isso: “na verdade queríamos libertar os corpos, libertar as mentes, romper qualquer amarra com o machismo, o sexismo e todos os outros

pilares que amordaçavam as ideias de libertação de corpos e mentes”. Acrescentou ela que a discussão sobre a monogamia era feita de forma muito incisiva, o que tinha também o efeito de afastar algumas militantes do grupo (informação verbal).

As crises entre as lésbicas e feministas não são demarcadas apenas por diferenças ideológicas, mas também por conflitos afetivos. Na história do movimento de lésbicas, são frequentes as separações de grupos em decorrência da separação de casais que pertenciam aos grupos. No caso deste racha do LF, conforme relata Pontes (1986), “apesar de existirem linhas de aproximação entre as militantes do LF, elas não foram capazes de evitar a fragmentação do grupo pouco tempo depois do trabalho conjunto entre o LF e o SOS ter se iniciado”.

Pontes (1986), ainda relatou que as militantes que foram atuar no SOS Mulher “retiraram-se do LF e passaram a recusar a identidade lésbica enquanto uma identidade política” (PONTES, 1986, p. 118). As lésbicas que continuam no LF, no entanto, continuavam “uma prática centrada na necessidade tanto de atribuir ao lesbianismo uma dimensão político-cultural, como de ampliar a luta homossexual em São Paulo” (PONTES, 1986, p. 118).

Quando ocorreu o III CMP, em março de 1981, estava o grupo bastante ressentido pelas divisões e atritos que haviam ocorrido em 1980. A atuação do grupo no III CMP, portanto, foi marcada por insegurança e desestruturação, inclusive por causa dos grandes insultos que as lésbicas sofreram neste evento, já descritas anteriormente, no item 3.6.3 deste trabalho (Boletim Chanacomchana, nº 03, maio 1983, p. 3)

Ainda sim, o LF, enfraquecido, distribuiu um folheto chamado “Lésbicas e Violência” no Congresso, bem como lançou a primeira edição do Jornal Chanacomchana, onde foi escrito o seguinte sobre o grupo Lésbico Feminista:

O Grupo Lésbico-Feminista ao longo de quase dois anos de atividades lutou por construir uma organização sem a figura autoritária da liderança, seja ela orgânica ou “instituída pela experiência”, fale ela em nome dos “ideais do grupo” ou em nome dos “outros que não tem voz”. Constatamos, no entanto, que é difícil não possuir uma estrutura hierarquizada e manter, ao mesmo tempo, a organização necessária para realizar as atividades a que nos propomos. As pessoas, por exemplo, com mais tempo de atuação adquirem poder porque passam, através da prática, a ter um número maior de informações que as demais. Constatamos, também, que as diferenças de classe, etnia e cultura que compõem o grupo acentuam os conflitos de relacionamento e geram disputas onde a capacidade de discurso torna-se, as vezes, um instrumento de dominação. Constatamos, ainda, que as tentativas de questionar e romper os padrões monogâmicos herdados da sociedade heterossexual machista são, igualmente, fonte de conflito e

provocam divisões e separações entre nós (Jornal Chanacomchana, jan. 1981, p. 4)

Tal trecho acima enumera alguns conceitos importantes para o Lésbico Feminista, como a autonomia e antiautoritarismo. Foi ressaltado que no grupo a dupla militância não era aceita, ou seja, não era permitido que as militantes também fizessem parte de partidos políticos.

Sobre a forma de organização, ressaltamos o reconhecimento do próprio grupo acerca das dificuldades da proposta de não reprodução da estrutura hierárquica em manter a ordem necessária para a realização das atividades. O caráter antiautoritário dos grupos formados após a ditadura, com formas de tomada de decisão através do consenso, mostrou-se de difícil aplicação, justamente porque as relações de poder acabavam sendo estabelecidas não somente através da hierarquia, mas também através do conhecimento ou de capacidade de agregar as pessoas ou ainda de convencê-las. A análise do grupo LF, além de nos fornecer mais informações sobre ele, nos elucidava sobre as dificuldades encontradas na militância de uma forma geral em relação às formas de organização.

Em meio a todos os conflitos do LF, houve uma grande desmobilização das militantes. Em outubro de 1981, as que permaneceram no grupo, resolveram fundar o Grupo Ação Lésbica Feminista, o GALF, para dar continuidade às lutas específicas de lésbicas e feministas.

3.7.1 *Jornal Chanacomchana: publicação lésbica lançada pelo GALF (janeiro de 1981)*

A primeira e única edição do Jornal Chanacomchana foi publicada em janeiro de 1981, pelo Grupo Lésbico-Feminista (Figura 21), lançado no III Congresso da Mulher Paulista em São Paulo.

Na edição citada, foi publicada uma entrevista com a artista Angela Roro, que falou sobre a homossexualidade, discriminação e sobre o uso da palavra “lésbica”. Ainda, o jornal contou com uma matéria de Maria Carneiro da Cunha, jornalista e advogada que falou sobre feminismo e lesbianidade, esclarecendo as denominações e estigmas carregados pelas palavras, bem como sobre discriminação.

No mais, o grupo LF falou de si mesmo, em trechos já expostos neste capítulo, acerca do período de trabalho desde a saída do Somos/SP, das alegrias e dificuldades.

Figura 21 - Edição única do Jornal Chanacomchana, janeiro de 1981



Fonte: Arquivo Rede Um Outro Olhar/SP

3.8 1981-1990: GALF: Grupo Ação Lésbica Feminista

Em meio a todos os conflitos, o GALF foi criado por lésbicas que vieram do LF que queriam dar continuidade ao grupo. Em outubro de 1981, o Grupo Ação Lésbico Feminista, GALF, é criado para dar continuidade às lutas específicas de lésbicas e feministas.

O nome do grupo mudou algumas vezes no período de sua existência, passando de Grupo Ação Lésbico Feminista para Grupo de Atuação Lésbico-Feminista; e posteriormente, em 1983, Grupo de Ação Lésbica Feminista, para que

o nome ficasse no feminino (Boletim Chanacomchana, nº 04, maio de 1983, p. 1 e informação verbal de Marisa Fernandes).

Antes mesmo disso, as militantes que resolvem permanecer no LF, participaram do encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, em julho de 1981, com intervenções importantes de uma de suas integrantes, na discussão acerca da homossexualidade. Neste mesmo evento, o Grupo Gay da Bahia lançou um abaixo-assinado contra o parágrafo 302.0 do INAMPS³⁹ que rotulava a homossexualismo (hoje chamado de homossexualidade), como desvio e transtorno sexual, o que tornou possível a aprovação da moção de repúdio contra o tal parágrafo pela SBPC no próprio evento.

Há, no entanto, relatos que dizem que o ano de 1981 foi um ano de desmobilização tanto para o movimento homossexual quanto para o movimento feminista, com vários retrocessos. Mesmo assim, houve a inauguração da nova sede do grupo, no centro de São Paulo, na Rua Aurora, 736, 1º andar, apartamento 10. A atuação nas atividades externas foi diminuída, com prioridade na reestruturação do grupo e na reflexão acerca de sua posição em relação ao movimento homossexual e feminista (Boletim Chanacomchana, nº 3, 1983, p. 2-3).

No ano de 1982, o grupo registra, de maneira geral, um aumento progressivo de atividades externas e uma postura mais firme e combativa das ideias sobre a homossexualidade feminina, com inclusive a formação de um grupo de estudos com textos sobre feminismo e lesbianidade. Além do grupo de estudos, as reuniões aconteciam na sede do grupo, aos sábados, no período noturno (Figura 22). Neste período também houve intenso contato com grupos do exterior, que enviavam material lésbico-feminista para o GALF, que começa a organizar uma biblioteca do grupo (Boletim Chanacomchana, nº 3, 1983).

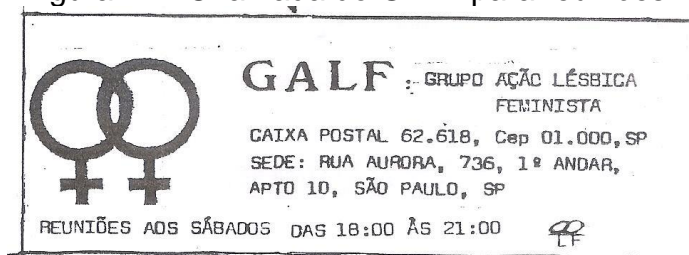
Apesar de denominado como feminista, o grupo continua a sofrer a exclusão em diversas situações pelos grupos feministas, como ocorreu nos congressos da mulher paulista, anteriormente. No final de abril de 1982, o GALF participou de um debate sobre a violência contra a mulher no sindicato dos jornalistas. Compareceram as militantes de máscaras e distribuíram um panfleto intitulado de

³⁹ O INAMPS foi uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (hoje, Ministério da Previdência Social), criado em 1974 pelo desmembramento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que hoje é o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O Instituto tinha a finalidade de prestar atendimento médico a somente aos contribuintes de toda forma e seus dependentes. Na lista de doenças do INAMPS a homossexualidade era considerada doença, tal como a CID, como já relatado no item 2.2.1 do presente trabalho.

"Sobre a violência", que explicava a simbologia da utilização das máscaras, no sentido de protesto para que as lésbicas não precisassem usar qualquer tipo de disfarce, com a proposição de que os movimentos feministas não reproduzissem o discurso machista:

Queremos propor que o movimento feminista não reproduza o discurso politiquero machista das lutas gerais contra as lutas específicas e que todas as questões referentes a todas as mulheres sejam igualmente prioritárias. Igualmente prioritárias, mesmo porque a mulher homossexual também é negra, a mulher homossexual também é mãe, a mulher homossexual também é dona de casa, a mulher homossexual também é prostituta, a mulher homossexual também é operária, a mulher homossexual também está na periferia e calar a respeito dessas múltiplas opressões também nos torna cúmplices da violência (Grupo de Ação Lésbico-Feminista, 1982 apud ZANATTA, 1996/1997)

Figura 22 - Chamada do GALF para reuniões



Fonte: Boletim Chanacomchana nº 3, p. 15

Continuavam as tentativas de atuação conjunta com movimentos feministas que frequentemente eram contra quaisquer manifestações solidárias às opressões que sofriam as lésbicas, com o pretexto de que isso não fazia parte de estratégia do movimento, não estando em seus horizontes a defesa da lesbianidade. Alguns grupos aceitavam e apoiavam a presença das lésbicas como militantes feministas nos encontros, mas a defesa da lesbianidade, bem como as pautas das lésbicas, não eram compartilhadas por tais grupos. Tais posturas afirmavam a necessidade de o grupo de lésbicas se fortalecer e crescer para continuar sua luta separadamente.

Em maio de 1982, junto com o grupo Somos/SP e Outra Coisa, o GALF participou da organização do evento de 4 anos de Movimento Homossexual no Brasil, a semana chamada "Viva a Homossexualidade", com apresentação de filmes abordando a questão homossexual e com dois debates: "Lesbianismo e feminismo" e "Política e desejo". No debate "Lesbianismo e feminismo" as lésbicas apontaram críticas ao movimento feminista com sua atitude pouco solidária em relação às lésbicas (Boletim Chanacomchana, nº 3, maio de 1983).

Na construção desta semana “Viva a homossexualidade” houve pela primeira vez que desde o racha do Somos/SP uma autação conjunta entre os grupos. No entanto, surgiram novamente as questões que traziam conflitos, como a questão da identidade homossexual, tendo havido muita polêmica e divisão dos militantes no evento. Acerca da identidade homossexual, o GALF se pronunciou em um dos boletins Chanacomchana:

As colocações sobre identidade homossexual, feitas principalmente pelos ativistas “independentes” do movimento, partiam do pressuposto de que a heterossexualidade e a homossexualidade não existem, o que, em tese, se nos referirmos a elas como categorias estanques, está correto, mas que, em termos práticos, se nos referirmos a elas como dados do cotidiano, está inteiramente equivocado. O preconceito que estigmatiza o lesbianismo determina experiências de vida diferentes para mulheres heterossexuais e lésbicas e é contra este preconceito e pelo desejo de vivermos nossa sexualidade livre da culpa e do medo que nos organizamos. Evidentemente, não poderíamos continuar organizadas se acreditássemos que o trabalho no qual nos empenhamos já se realizou, ou, em outras palavras, se acreditássemos que neste momento, não há mais diferença entre “ser ou estar lésbica”, e “ser ou estar heterossexual” e que tudo não passa de uma questão de escolha muito simples de fazer. (Boletim Chanacomchana, nº 3, maio de 1983, p.5)

Sobre a questão de ser ou estar homossexual, na edição nº 05 do Boletim Chanacomchana, foi escrita uma matéria por Miriam Martinho, uma das militantes do GALF, que evidenciava que, mesmo sendo a homossexualidade uma criação histórica sociocultural, na vida real, há a oposição da homossexualidade e heterossexualidade. Assim, mesmo que não haja uma declaração pública acerca da sexualidade, a pessoa que tem vivências não heterossexuais, é discriminada:

(...) a única sexualidade válida para o sistema ainda é a heterossexual e todas as outras permanecem profundamente estigmatizadas. Portanto, embora a homossexualidade seja uma criação histórica e cultural (assim como também é o “ser mulher, criança, velho, louco, adolescente, heterossexual, etc...”) a repressão que sobre ela é exercida produz divisões sociais muito concretas e, em termos de vida diária, nós, “homossexuais e heterossexuais” estamos realmente colocados em lados opostos. Em consequência, torna-se irrelevante se as pessoas afirmam que são ou estão homossexuais ou não dizem nada a respeito de suas sexualidades porque, na verdade, elas serão marginalizadas de qualquer jeito enquanto estiverem mantendo (e isso pode ser por todas suas vidas) relações não heterossexuais. Quero dizer, em outras palavras, que não são nossas declarações circunstanciais não sobre nossas sexualidades específicas o que cria categorias estanques e tolhe nossas realizações como seres humanos mas sim o muro de preconceitos que envolve as sexualidades de uma maneira geral. (Boletim Chanacomchana nº. 5, maio de 1983, p. 3-4)

Em julho de 1982, o GALF participou do II Encontro Nacional de Feministas e em agosto de 1982. Com a vinda de Felix Guattari ao Brasil, o GALF organizou um pequeno bate papo com ele, o que de certa forma, estando o Brasil em ano pré-eleitoral, lembrou os políticos e partidos das chamadas “minorias”, com estreitamento de contatos com os representantes dos movimentos em geral, inclusive do GALF. Nesse momento, o GALF listou suas reivindicações e promoveu, às vésperas das eleições, em sua sede, um debate a respeito de tais reivindicações com diversos partidos (Chanacomchana, nº. 01, 1982)

De 03 a 12 de setembro de 1982, o GALF participa do I Festival Nacional das Mulheres nas Artes, na cidade de São Paulo. Tal festival foi um importante espaço para debates sobre o feminismo, em esfera nacional e internacional, com a presença de várias feministas do exterior. Destacou-se, no evento, o debate acerca da homossexualidade feminina, conforme as autoras do boletim Chanacomchana descreveram na edição nº 01 do boletim, de dezembro de 1982.

Uma música chamada “Fanchitude de Fancha”, de Miriam Martinho (integrante do GALF) e Gisele Fink foi proibida no festival, apesar de ter sido classificada na terceira eliminatória do Festival da Canção. O GALF, em reação a tal censura, redigiu uma nota de protesto por causa do ocorrido e tal nota foi lida por Ruth Escobar no último dia do festival, posteriormente à leitura da carta houve a apresentação da música fora da competição. Transcrevemos abaixo a nota de protesto contra a apresentação da música no festival:

Liberdade, abra as asas sobre nós
 O I Festival Nacional das Mulheres nas artes representou uma oportunidade para que nós, mulheres, pudéssemos mostrar nossos trabalhos há tanto tempo silenciados pela cultura masculina. E é esta mesma cultura, da qual tantas vezes somos cúmplices, que como não poderia deixar de ser, manifestou-se concretamente durante este festival. A música “Fanchitude de Fancha” classificada na terceira eliminatória, foi proibida pela censura federal. Acreditamos que toda e qualquer censura é uma violência a um direito intrínseco de todo ser humano: o direito a expressão de seu pensamento. A liberdade é como uma máquina nova, enquanto não se tiver contato com ela, não será possível aprender a manejá-la. Proibir a música “Fanchitude de Fancha” é manter idéias pré-concebidas que destroem a criação, a consciência, a crítica positiva, a liberdade, o bom humor, o ser humano, um povo. Liberdade, abra as asas sobre nós! (Boletim Chanacomchana nº 01, dezembro de 1982, p.7).

A dupla militância no GALF não era permitida, segundo escritos do Boletim Chanacomchana. Assim, se as militantes fossem do GALF, não poderiam ser ao

mesmo tempo de um partido político, pois se considerava que a dupla militância era um dos principais fatores de enfraquecimento dos grupos feministas em sua autonomia, principalmente com as eleições de 1982. (Boletim Chanacomchana, nº 4, 1983, p. 3)

Acerca da autonomia do grupo, Rosely Roth⁴⁰ escreveu uma matéria no boletim ChanacomChana de setembro de 1983, em que salientou que a teoria dos grupos feministas e homossexuais são a não reprodução da política tradicional, ou seja, a não reprodução dos valores de hierarquia, competição, divisão entre os que pensam e os que fazem e preocupação com a tomada do poder. Dessa forma, o entendimento de que os partidos políticos reproduzem os valores dominantes através das estruturas hierárquicas, falta de democracia interna, machismo e a vontade do poder fez com que as militantes do GALF não permitissem a participação de militantes que também faziam parte de partidos políticos. Em um trecho da matéria, Rosely destacou que:

Penso que os grupos surgiram como alternativas políticas, tentando não reproduzir em seu meio a política tradicional. Isto significou trazer a questão das mulheres, dos homossexuais, negros e ecologistas, como questões políticas diretamente ligadas aos valores e padrões patriarcais, ao funcionamento opressivo da sociedade. O orgasmo, o prazer, passaram a ser conquistas a serem feitas no dia a dia. A revolução deixou de ser mito, algo para poucos iluminados de uma vanguarda, mas passou a ser algo que deve ser construído no cotidiano. (Boletim Chanacomchana, nº 4, 1983, pag. 6)

Estar nos partidos, segundo o boletim, seria não acreditar nos grupos como possíveis veículos de transformação social e o GALF acreditava e muito que poderia causar uma transformação radical com a negação da estrutura tradicional. Assim, o grupo se colocava como uma força alternativa aos partidos (Boletim Chanacomchana, nº 4, 1983).

Destacamos também a importância do ILIS - *International Lesbian Information Service*, que foi apresentado em um dos Boletins Chanacomchana, editado pelo GALF, como um grupo de organização internacional com finalidade de troca de informações e coordenação de ações dos grupos de lésbicas nos mais diversos

⁴⁰ Integrante do Lésbico Feminista, do SOS Mulher e GALF. Destacou-se por sua intensa atividade voltada para mulheres e lésbicas, inclusive em relação à visibilidade, com duas participações (25/05/85-20/04/86) em programas da apresentadora Hebe Camargo, em cadeia nacional, falando abertamente sobre lesbianidade, com grande repercussão na imprensa e junto à própria comunidade lésbica e gay (Site um outro olhar, disponível em <<http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/tributo-rosely-roth-e-livreto-dia-do.html>>, acesso em 27 de agosto de 2014.

países do mundo. Segundo informações do próprio boletim, o ILIS teve sua primeira conferência em dezembro de 1980. As lésbicas autônomas ou grupos organizados tinham acesso ao ILIS podendo tornar-se integrantes e até receber seus boletins, que eram bimestrais.

O GALF foi um grupo importante que persistiu em São Paulo até 1988, conhecido nacionalmente e com um grande fortalecimento dos laços com grupos organizados do exterior.

O grupo tem uma trajetória longa e várias conquistas, conforme Martinho, quais sejam:

organização que voltou a produzir a publicação ChanacomChana, como boletim, construiu a primeira biblioteca sobre a temática lésbica no Brasil, fez as primeiras reivindicações junto a políticos pelo combate contra a discriminação, as primeiras articulações entre ativistas lésbicas em nível internacional (em particular da América Latina), as primeiras aparições públicas nos meios de comunicação nacionais (mídia impressa e televisiva) e permaneceu atuante durante praticamente toda a década de oitenta (MARTINHO, 2012, s./p.).

Ainda, sobre o cenário em 1988, Miriam Martinho descreveu a situação do GALF em 1988 com o movimento feminista e em como tal situação ocasiona o surgimento de grupos lésbicos da década de 1990, em São Paulo. Relatou então que o movimento feminista,

(...) ainda que permitindo uma ou outra palestra ou oficina lésbica em seus encontros ou mesmo dando apoio eventual a manifestações lésbicas (como a do 19 de Agosto), liberalidades sempre seguidas da admoestação de que a questão de gênero era a mais importante e não havia espaço para grupos lésbicos específicos, a política do Movimento Feminista para lésbicas, durante toda a década de 80 e 90, posição só alterada em 2002, foi a da invisibilidade. As feministas homossexuais, em número razoável dentro do MF, ou simplesmente se omitiam sobre a questão lésbica (como se não tivessem nada com isso) ou hostilizavam abertamente todas as tentativas de politização do assunto. Cansadas dessa situação e de outras tantas contradições do feminismo, o Grupo Ação Lésbica Feminista se afasta do MF em 1988, deixando um vácuo que será preenchido por feministas homossexuais que, ao contrário da maioria, achavam que o MF deveria sim assumir politicamente a questão lésbica, embora permanecessem com a idéia de que seu campo de atuação deveria ser somente o próprio movimento. Uma reunião, realizada durante o X Encontro Nacional Feminista em Bertioga (1989), originará um coletivo de onde surgirão os primeiros grupos lésbicos (3)⁴¹ a subsistirem por mais tempo, no período que vai de 1989 a 1996, concomitantemente ao surgimento da Rede de Informação Um Outro Olhar (MARTINHO, 2014, s./p.)

⁴¹ Rede de Informação Um Outro Olhar, Coletivo de Feministas Lésbicas e Grupo Deusa Terra.

As militantes do GALF lutaram, na década de 1980, pela visibilidade das lésbicas e também por um lugar de protagonismo, tendo se desvinculado do movimento misto e preservado a autonomia do grupo em relação ao chamado movimento homossexual, à época. O grupo foi às ruas, foi à televisão e além de colocar a lesbianidade em evidência, se impôs perante a sociedade, lutando contra a lesbofobia e contra o machismo, inclusive dentro do movimento gay e feminista (Boletins ChanacomChana e informação verbal).

O Grupo Ação Lésbica-Feminista chegou ao fim e surgem outros grupos em São Paulo, com militantes que integraram o GALF.

3.8.1 1983 - Marco histórico do dia 19 de agosto: Primeira manifestação pública protagonizada por lésbicas brasileiras

Segundo informações todas do Boletim Chanacomchana, nº 04, de setembro de 1983, o ato ocorreu no Ferro's Bar, um bar que ficava na Rua Martinho Prado, nas proximidades da Rua Augusta, em São Paulo, que era um ponto bastante frequentado pelas lésbicas e também por famílias, um ambiente bastante conhecido e famoso pela sua comida na capital naquela época.

Apesar disso, a relação das lésbicas com o dono e funcionários do bar era complicada, por muitas vezes eles terem um tratamento desrespeitoso com elas, ou ainda por episódios de violência física contra lésbicas no interior do estabelecimento que não havia sido impedida pelos funcionários do bar (Boletim Chanacomchana, nº 04, 1983).

As militantes do GALF, que também frequentavam o bar, começaram a vender o boletim ChanacomChana para as demais aos sábados. O porteiro do Ferro's, no entanto, tinha uma atitude violenta com elas, com ameaças para que se retirassem do estabelecimento. Tal situação ocorreu por dois meses e estava sendo denunciada por Rosely Roth, uma das militantes do GALF.

No entanto, em 23 de julho de 1983, quando as militantes do GALF entraram no bar para vender o boletim ChanacomChana, no momento em que faziam publicamente a apresentação do jornal, um dos donos do bar, o segurança e o porteiro tentaram concretizar a expulsão com agressões físicas. Mas as próprias

clientes que estavam no bar, que compravam o boletim, defenderam as militantes, conforme relato contido no boletim ChanacomChana nº 04, setembro de 1983:

Enquanto nos puxavam para o lado de fora, parte das lésbicas – que compram o boletim e conversam com as moçoilas do GALF – nos seguravam lá dentro. Belo corpo a corpo: dos que têm a força da ordem e da lei contra as que ganharam no dia a dia uma força física e interior para poder “viver” numa sociedade onde a regra é ser heterossexual. Quem foge desse padrão, é pervertida (o), louca (o), imatura (o) sexualmente. E, definitivamente, não merece compartilhar das benesses desse paraíso terrestre (Boletim Chanacomchana, nº 04, setembro de 1983, p. 02)

Com a alegação de que estavam fazendo “arruaça”, a polícia foi chamada e ouviu as alegações do dono do bar, das lésbicas militantes e também das não militantes que as apoiavam. A polícia, contou o relato do boletim, como raramente ocorria, disse ao dono do bar que todas as pessoas deveriam ser tratadas de forma igual e que não poderia fazer nada contra as militantes.

No boletim, relatou-se ainda que foram várias as discussões havidas dentro do GALF acerca do ocorrido e de como elas poderiam agir, pois eram inúmeras as vezes que sofriam agressões pelo fato de serem lésbicas. E queriam ter o direito não somente de vender o boletim no Ferro’s, mas também de entrar em contato com lésbicas de todas as classes sociais e de diversas vivências pessoais e acreditavam que tal interação poderia se dar em ambientes como o bar.

Assim, as militantes do GALF decidiram que seria feito o que chamaram de “happening” de 19 de agosto, com convites a vereadorea Irede Cardoso (PT), Ruth Escobar (PMDB), deputado federal Eduardo Suplicy (PT), à advogada Zulayê Cobra Ribeiro, da comissão de direitos humanos da OAB, bem como a bancada do PT da Assembléia Legislativa, ao grupo Outra Coisa Ação Homossexualista, formado por homens, bem como outras entidades feministas e ativistas de direitos civis.

Rosely Roth, uma das militantes do GALF, encabeçou o protesto, fazendo uma convocação para a reunião na frente do Ferro’s bar no dia 19 de agosto, com a pretensão de ocupá-lo. Durante quase um mês de preparação para o ato, as militantes distribuíram folhetos nos guetos denunciando a atitude no Ferro’s que estava longe de ser uma atitude isolada. O ato, na verdade, tinha a pretensão da reconquista do direito não somente no Ferro’s, mas também de reafirmação do direito legítimo de circulação livre em todos os locais. Em relação ao Ferro’s, elas

sabiam que sustentavam aquele bar e queriam o direito de vender o boletim ChanacomChana, ou iriam boicotá-lo (ChanacomChana nº 04, 1983).

No dia 19 de agosto, em frente ao bar, levaram um tempo para se organizar conjuntamente e finalmente começaram a tentar a entrar no bar. O porteiro, no início do ato, tentou impedir a todas de entrar, fechando as portas e segurando-as com o corpo. Dentro do bar, com tumulto, gritos para que as pessoas entrassem, com a vereadora Irede Cardoso que discursava aos berros sobre as liberdades democráticas que deveriam ser respeitadas também para as lésbicas (Figura 23).

Uma das pessoas tirou o chapéu do porteiro e o atirou no meio das mesas. O porteiro correu atrás do chapéu e seu pequeno descuido fez com que todas aproveitassem para entrar no bar. Depois da entrada no bar, Rosely Roth subiu em uma cadeira e começou a denunciar as atitudes autoritárias dos donos e funcionários do bar em relação às militantes do GALF. Os discursos de Rosely foram intercalados pelos gritos das lésbicas e de todas as pessoas companheiras de luta que estavam presentes naquele momento (Figura 24) (UM OUTRO OLHAR, 2014).

Figura 23 - Foto entrada do Ferro's bar em 19 de agosto de 1983



Fonte: <http://pt.slideshare.net/fullscreen/miriammartinho/19deagostolivreto/3>

Figura 24 - Rosely Roth denunciando os abusos realizados no Ferro's na manifestação de 1983



Fonte: <http://www.umoutroolhar.com.br/2014/08/19-de-agosto-primeira-manifestacao.html>

A vereadora Irede Cardoso passa a atuar como mediadora e diz ao dono do bar que somente iriam continuar a frequentar o bar se pudessem vender o boletim ChanacomChana. Finalmente, cercado pelas militantes e militantes, pessoas públicas e imprensa, o dono do bar reconheceu que o bar vivia à custa das lésbicas e que o grupo GALF poderia divulgar seu boletim no interior do bar.

Findo o episódio, a vereadora Irede Cardoso deu um “viva a democracia”, que logo foi complementado por Rosely Roth dizendo que a democracia daquele bar somente dependia delas, que o dono só havia voltado atrás em sua decisão por causa da força e união das militantes e de todas as pessoas que estavam apoiando aquele ato (UM OUTRO OLHAR, 2014). No relato dos fatos no boletim ChanacomChana nº 04, setembro de 1983, Vanda, uma das militantes que colaborava para a redação do boletim, escreveu:

Por acreditar nessa democracia, sem lideranças, sem vanguardas e sem elites, é que continuamos a lutar para que todas as lésbicas se expressem e lutem pelos seus direitos. À maneira de cada uma. Acreditando em nossa autonomia individual, mesmo que participemos dos mais diversos grupos. A repercussão do “happening” político do Ferro's abriu espaços sociais para o Galf em dois sentidos: Entre as lésbicas, muitas vieram participar do grupo. As que ainda não querem militar, já leem nosso boletim com outros olhos e discutem mais conosco. Sabemos que a libertação individual é um processo

a longo prazo. Sabemos, também, que na História a militância sempre foi um gesto de muito poucos e dentro de espaços delimitados – por exemplo, os partidos políticos. Nesse final de século XX, grupos e pessoas dos mais diversos países querem modificar isso. A militância pela democracia não se restringe aos trabalhadores, seus sindicatos e seus partidos políticos, mas se estende ao cotidiano: às ruas, aos bares, às escolas, ao trabalho, às camas, aos jardins, aos mercados...Em suma, ao dia-a-dia mais “corriqueiro e banal” de todas (os) cidadãs (ãos). É assim que esperamos ir construindo a verdadeira democracia e o verdadeiro socialismo. Sem todas as hierarquias e poderes que sufocam há milhares de anos, desde a pré história, a existência, a alegria e o prazer dos seres humanos. Nessa luta em constante movimento e transformação, as lésbicas têm um importante papel a desempenhar. (Boletim Chanacomchana nº 4, setembro de 1983, p. 3).

Contou-nos ainda Marisa Fernandes que no ano de 2003, a Rede de Informação Um Outro Olhar e a Coordenadoria Especial de Lésbicas da Associação da Parada LGBT de São Paulo, como forma de prestarem homenagem a Rosely Roth, lançaram o dia 19 de agosto como o Dia Nacional do Orgulho Lésbico (informação verbal).

3.8.2 1982 - 1987 Boletins Chanacomchana e Boletins Um Outro Olhar: publicações lésbicas mantida pelo GALF

Os boletins Chanacomchana, começaram a ser publicados em dezembro de 1982 e foram até maio de 1987. As integrantes do GALF falaram do boletim da seguinte forma, na primeira edição em dezembro de 1982:

O boletim Chanacomchana é um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizerem e para quem for lê-lo também. Ele é um dos frutos os três anos e meio de atividades do GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista) e representa a continuação do jornal de mesmo nome que lançamos o ano passado. Ele é produto de nosso trabalho que, embora, às vezes, difícil e árduo, tem sempre muito amor e paixão, a mesma paixão que esperamos ver transbordar de todos os nossos textos (Boletim Chanacomchana nº 01, Dez 1982, p. 1)

Os conteúdos do boletim variavam de informações sobre o movimento nacional e internacionalmente, sobre as atividades desenvolvidas pelo grupo, divulgação de textos, poesias e troca cartas entre as integrantes de diversos grupos.

3.8.2.1 Conteúdo dos boletins Chanacomchana

Os boletins Chanacomchana retratavam os acontecimentos da época e também as formas como o grupo GALF pensava as questões, com a exposição das opiniões e posicionamentos de suas militantes. Neste item, escolhemos dois boletins aleatoriamente para descrever resumidamente como eram organizadas as informações e também analisar seu conteúdo (Figura 25).

3.8.2.1.1 Chanacomchana nº 01– dezembro de 1982

Nesta edição ainda pudemos ler uma matéria chamada “O lesbianismo é um barato”, da qual destacamos a visão das escritoras (e do grupo GALF) acerca do que chamavam de sociedade falocrata e da imposição que lésbicas vivam no gueto, já que não reproduzem os papéis sociais e sexuais esperados e propunham um equilíbrio de poder nas relações pessoais.

Posteriormente, destacou-se uma matéria intitulada de “Mulher de chuteira” em que trouxe a notícia de que pela primeira vez na história, mulheres entraram no estádio do Morumbi para disputar uma partida de futebol, com entrevista das mulheres que faziam parte do time organizado que disputou a partida.

Um outro tópico, na terceira página do boletim, contou-se a história de Sandra Mara Herzer, uma paraense de Rolândia, conhecida pelo apelido “Bigode” que passou parte de sua vida na FEBEM de Vila Maria, SP, sempre tendo enfrentado as injustiças cometidas pelos inspetores e diretor da fundação. Ao sair da FEBEM, foi trabalhar na Assembleia Legislativa, com Eduardo Suplicy. Sempre alvo de preconceitos por sua aparência masculinizada, escreveu um livro, “A queda para o alto” assinando como Anderson Herzer. Na publicação contou um pouco de sua vida, com críticas à barbárie que das instituições socioeducativas para menores e análise do quadro social dos jovens que lá chegam, bem como traz poesias que demonstraram seu viés artístico (Boletim Chanacomchana nº01, 1982).

No boletim, há a publicação de uma carta distribuída no dia do lançamento de seu livro, na Assembleia Legislativa de São Paulo, que abaixo transcrevemos:

Esta carta é dirigida a todos que repudiam a violência, desde a violência acintosa das ruas e da repressão policial ou a do estupro e espancamento de mulheres àquela mais insidiosa do preconceito que também mata. O preconceito que também mata as oposições indesejadas, a criação, a liberdade, a possível felicidade do ser humano. O preconceito empurra pessoas de cima das pontes como derrubou a jovem mulher Sandra Mara Herzer de um viaduto para a avenida 23 de maio, no dia 9 de agosto deste ano. Sandra Mara amava as mulheres numa sociedade ultra-misógina onde apenas o masculino é positivo e tudo é feito para satisfazer as necessidades e anseios dos homens. Talvez por isso, supondo ser incompatível a força e o feminino, tenha se transformado em “Bigode”. Mas não cabe a nós, criticá-la, pois Sandra Mara, o “Bigode”, tinha sua essência no feminino, não o feminino dos estereótipos, mas aquele que transcende e não se conforma, preferindo até mesmo o suicídio. Esta carta é dirigida a todos que repudiam a violência do preconceito. Queremos, através dela, dizer a todas as Sandras Maras que o mundo mulher é lindo e que continuaremos aqui lutando pelo direito de retirar nossas máscaras e amar a quem quisermos e como quisermos. Continuaremos aqui lutando pelo direito a felicidade, como companheiras solidárias que somos e devemos ser, contra todo tipo de preconceito, porque o preconceito também mata (Boletim Chanacomchana nº01 de dezembro/1982).

O boletim também falou sobre o I Festival Nacional das Mulheres nas Artes, do qual já falamos anteriormente, ocorrido em 03 a 12 de setembro de 1982 na cidade de São Paulo. Tal festival foi um importante espaço para debates sobre o feminismo, em esfera nacional e internacional, com a presença de várias feministas do exterior. Destacou-se, no evento, o debate acerca da homossexualidade feminina, o que as autoras comentaram ser algo muito positivo, uma vez ser assunto sobre o qual nunca era falado tão abertamente.

Neste boletim, também, ouve a transcrição da visão de duas feministas internacionais. Uma delas foi Antoinette Fouque e outra, Dacia Maraini, de quem não transcrevemos as falas, haja vista o próprio boletim anunciar que as falas não traduziam necessariamente a opinião do boletim.

No tópico dos informes, sobre as questões mais importantes do momento na luta do GALF, destacamos os seguintes pontos:

- A presença do GALF no encontro das entidades civis de São Paulo, com reivindicações específicas para (i) a extinção do parágrafo 320.0 do Código de saúde do INAMPS que rotula homossexualismo como desvio e transtorno sexual; (ii) o direito ao convívio e custódia dos filhos, bem como adoção independente da orientação sexual da pessoa interessada; (iii) que a Secretaria Estadual da Educação interferisse junto às comissões responsáveis pela seleção dos livros didáticos que veiculassem ideias preconceituosas contra a mulher e que houvesse uma profunda análise dos papéis sexuais na educação infantil. (iv) que houvesse um

combate a toda e qualquer violência sobre a mulher e estupro, violência conjugal, discriminação racial e contra a opção sexual.

- Informe de que Antônio Crisóstomo, ex-redator do jornal *Lampião* à época, estava preso desde 04 de julho de 1981 sob acusações imprecisas de violências contra sua filha adotiva de 04 anos, sendo que no decorrer do processo os laudos comprovaram que não houve qualquer violência contra a criança. O boletim fez um alerta para a injustiça do caso e de a homossexualidade de Crisóstomo ser a causa de sua prisão, ressaltando o apoio do GALF e muitos grupos na formação de comitês de apoio a ele e contra sua prisão.

- Informação de que o SOS Mulher, grupo feminista, estava reivindicando do senhor diretor das delegacias da grande São Paulo um tratamento mais justo das mulheres nas delegacias das mulheres, quando forem fazer as acusações, principalmente nos casos de estupro, quando de vítima, a mulher passava a ser tratada como ré. Receberam a promessa de que ele reuniria todos os delegados da Grande São Paulo para solicitar melhor atendimento e pediu que continuasse sendo informado sobre os casos de violação.

Sobre os informes acima, podemos fazer algumas considerações. As lutas do movimento atualmente não deixam de ser as mesmas daquelas da década de 1980, bem como do movimento feminista, em relação à violência contra as mulheres.

Em relação ao código de doenças, o INAMPS é extinto em 1993 e na edição publicada em 1993, a CID (internacional) passa a não apresentar mais a homossexualidade como doença, tendo sido extinta a categoria 302.0 que antes existia. No Brasil, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução 01/99 do CFP que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, como já falamos anteriormente (CRP, 1999).

Acerca da adoção de filhos por pessoas homossexuais, o assunto já avançou bastante no Brasil, embora ainda haja muita polêmica na aceitação social que duas pessoas do mesmo sexo sejam responsáveis pela criação de uma criança. Ainda, infelizmente, há uma grande relação da homossexualidade com comportamentos de pedofilia e abuso sexual de qualquer tipo contra menores, embora as estatísticas não demonstrem tal ocorrência (de pais e mães homossexuais envolvidos em casos de pedofilia e abuso sexual), retratando, portanto ainda o grande preconceito, estigmatização e discriminação com a chamada hoje família homoafetiva.

Em relação à reivindicação do grupo feminista em relação ao tratamento dado à mulher quando busca a tutela estatal para as questões de violência doméstica e sexual, mesmo com a publicação da Lei Maria da Penha que veio trazer medidas de maior proteção para as mulheres, ainda há relatos inúmeros de que há ainda, muitas vezes, a mesma postura de descrédito à palavra da mulher nos casos de estupro e de violência doméstica, o que demonstra que ainda é necessário avançar nas questões que continuam presentes na pauta das reivindicações feministas e lésbicas.

3.8.2.1.2 Chanacomchana nº 04– setembro de 1983

Nesta edição, há um depoimento de uma das militantes do GALF, Elisete, publicado no Boletim ChanacomChana, em que ela conta que havia se afastado do grupo depois de ter participado do debate “Lesbianismo e feminismo”, na festa de aniversário ocorrida em maio de 1982, com o tema “Viva a homossexualidade”. Ela relata que a palavra “lésbica” soava pesada em seus ouvidos e que não conseguia suportar a ideia de assumir-se publicamente como lésbica. Dessa forma, após a decisão de se afastar do grupo, passou por um processo de reflexão acerca de si mesma, até que conseguiu chegar à conclusão de que era mesmo lésbica, que aquela luta também era dela e que poderia lutar conjuntamente com o grupo pelos objetivos com os quais ela disse se identificar plenamente. Em parte do depoimento, Elisete fala do GALF de maneira muito positiva: “as reuniões são técnicas, específicas; com aspectos informativos, de divulgação constante e principalmente de ensino sobre esta matéria para nós tão importante: ‘O lesbianismo’” (ChanacomChana nº 04, set. 1983, pag. 09).

Nesta edição do ChanacomChana de setembro de 1983, foi dado um recado para as mães lésbicas para que escrevessem para colaboração de uma antologia que seria publicada na Califórnia, EUA, escrita por mães lésbicas, suas companheiras e seus filhos. O grupo entrou em contato com o GALF, pedindo a divulgação da chamada para que fossem enviados textos em forma de poesia ou crônica de brasileiras, para integrar o livro.

Também há de se destacar a homenagem à Sandra Mara Herzer, que se suicidou em agosto de 1982, com a publicação de uma de suas poesias, bem como a entrevista com Tom Santos, diretor da peça “Fim de Caso”, que retratava relacionamentos entre lésbicas estereotipados, ou seja, com uma das lésbicas que fazendo o papel de marido e outra que fazendo o papel da esposa, bem como uma lésbica que inconformada por não poder ter filhos, passa a se relacionar com homens. Ainda, há relato do retrato de uma personagem como dependente do amor de outra para sobreviver. O diretor da peça respondeu a perguntas feitas pelo GALF e há o relato de que as militantes ficaram preocupadas com a visão que a peça passava sobre a lesbianidade, uma vez que retratava as impressões estereotipadas que não contemplavam muitas das relações lésbicas nem a visão das militantes do GALF. Assim, destacaram nesta edição que “o saldo da entrevista é que precisamos refletir muito e discutir, sobre o motivo de o lesbianismo ainda ser visto com muito preconceito e através de estereótipos”, escreveu a militante Maria Luiza (Boletim Chanacomchana nº 04, setembro de 2013).

Na matéria “a função do homossexual na sociedade (o porquê da repressão)”, destacamos o seguinte trecho que fala sobre a marginalidade das vivências lésbicas e da própria existência lésbica:

Todavia, como toda faca tem dois gumes, essa marginalidade que nos é imposta, permite-nos observar “de fora” de maneira mais ampla a sociedade na qual, de uma forma ou de outra estamos inseridas (os), da qual fazemos parte. Não é possível, portanto, iniciar um questionamento constante de nosso grupo social, de nossa sociedade e de nós mesmas/os. Não um questionamento impensado, destruidor, dadaísta (no sentido de uma destruição ilógica). Mas um questionamento propulsor, inovador. Eu acredito na possibilidade de introduzirmos um sopro, ou seja, nessa sociedade padronizada e asfixiada. E se nós, estivermos unidas (os), este sopro poderá ser um vendaval, não é? (Boletim Chanacomchana nº 04, setembro de 2013, p. 15)

Dentre os informes deste Boletim, destacamos os seguintes:

- Destacou-se que na época as feministas estavam se reunindo para analisar os documentos de programas governamentais, projeto de leis que diziam sobre a saúde das mulheres e de planejamento familiar e produzir uma síntese das propostas feministas com a perspectiva de que o corpo pertence às mulheres. Dentre tais documentos, o GALF informou que enviou um documento sobre saúde das lésbicas para compor tal conjunto de resumos acerca da saúde.

- Sobre o CID 302.0, que colocava o homossexualismo como uma doença mental, foi realizada uma mesa redonda Associação Paulista de Medicina, no centro de Estudos de Sexualidade Humana, com a participação do GALF e do Outra Coisa Ação Homossexualista, com o tema: “Homossexualismo: diagnóstico médico ou não?” O evento contou com a participação de profissionais de múltiplas áreas e os grupos GALF e Outra Coisa Ação Homossexualista se comprometeram a elaborar um documento com os argumentos contra o CID 302.0, considerando-se que todos os participantes achavam o código uma grande aberração.

- Foi noticiada uma conferência na USP da ASESP (Associação dos Sociólogos de São Paulo) em que o GALF e Outra Coisa Ação Homossexualista foram convidados e enviaram representantes. Acerca do termo “minorias”, foi levantada a crítica para que se parasse de mascarar a questão e o termo utilizado fosse “grupos oprimidos” para se referirem a tais grupos que chamam de minoritários.

- Foi noticiada a publicação de uma reportagem na Folha de São Paulo, em 28 de agosto de 1983 sobre o *gay* feminino e um artigo da psicóloga Marta Suplicy sobre o tema, das quais as militantes do GALF discordaram. Portanto, enviaram uma carta sobre os pontos que discordavam. A carta resposta do GALF foi também publicada na Folha de São Paulo em 04 de setembro de 1983.

- Noticiaram também sobre um documento produzido por dois homens do movimento homossexual acerca da AIDS, sendo que o material seria disponibilizado para quem tivesse interesse, somente pelo valor das cópias e correios.

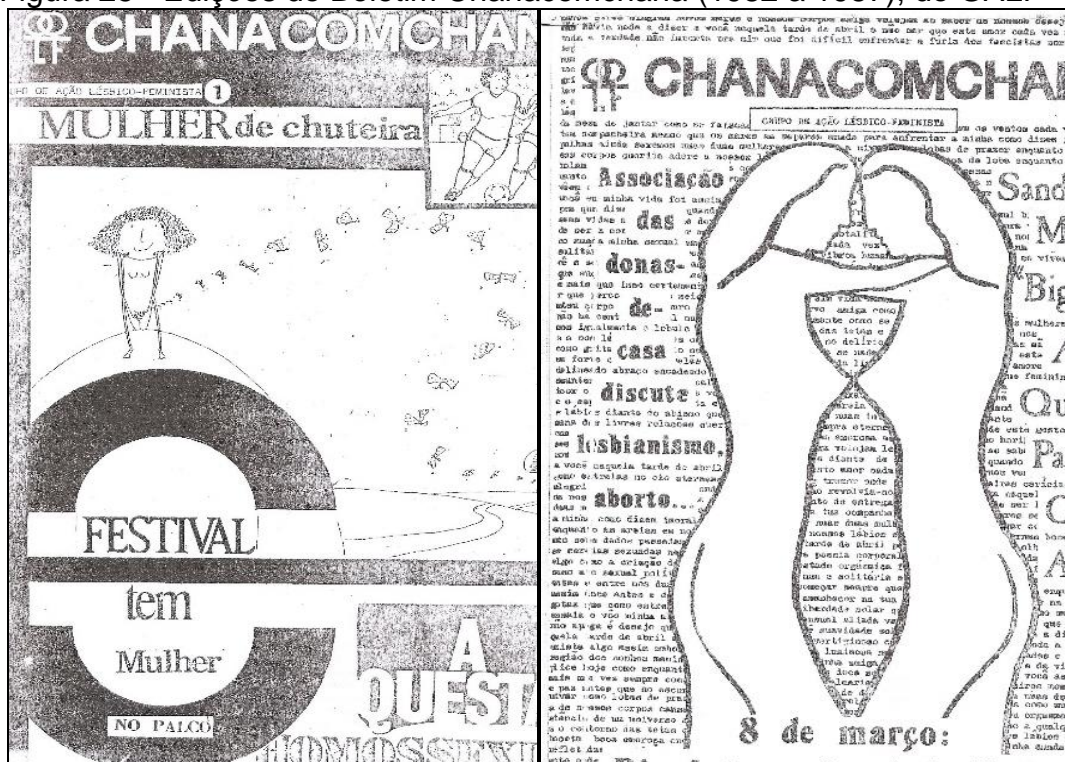
- O GALF noticiou que dois outros grupos entraram em contato, Adé Dudú, de Salvador, Bahia, com convite para o GALF e Outra Coisa Ação Homossexualista para a participação de um encontro de ativistas homossexuais naquela cidade, para a discussão da crise do movimento homossexual no Brasil. Também um grupo de Natal que estava ainda se formando, pedindo todos os tipos de materiais possíveis para auxílio na formação do grupo naquele local, o que foi atendido pelo GALF.

Sobre a questão da saúde da lésbica, especificamente, verificamos até os dias atuais que há uma luta do movimento de lésbicas bastante específica quanto à questão, principalmente pelo total desconhecimento de profissionais da área da saúde em relação à vivência de lésbicas em sua sexualidade. É sabido que muitas lésbicas, de fato, não fazem acompanhamento periódico com ginecologistas e muitas outras quando se dirigem ao atendimento ginecológico não assumem a sua

lesbianidade, haja vista tal falta de preparo de profissionais para lidar com a questão. Não menos comuns são os casos de lésbicas que não fazem os exames considerados de rotina para acompanhamento da saúde ginecológica das mulheres, uma vez que há um entendimento de que a lésbica, por não se relacionar sexualmente com um homem, estaria isenta de toda e qualquer doença e complicação nesta área de sua saúde.


A questão da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis também é muito precária em relação ao sexo não fálico e não há qualquer política pública que contemple tal questão, o que é até a atualidade uma reivindicação do movimento de lésbicas no Brasil (informações verbais de depoimentos pessoais em rodas de conversa frequentadas pela autora).

Figura 25 - Edições do Boletim Chanacomchana (1982 a 1987), do GALF



CHANACOMCHAN
GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA 3

GALF: A HISTÓRIA DE UM GRUPO DE MULHERES LÉSBICAS



edição de aniversário

CHANACOMCHAN
GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA 4

FERRO'S BAR, DIA 19 DE AGOSTO: UMA VITÓRIA CONTRA O PRECONCEITO



A OPÇÃO PELA AUTONOMIA * FIM DE CASO: LÉSBICAS NO TEATRO

CHANA COM CHANA 5
GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA



SER OU ESTAR HOMOSSEXUAL?

As lágrimas amargas de Petra von Kant




**DESARMA-
MENTO
NUCLEAR**

CHANA COM CHANA
São Paulo nov/dez/jan 1984/85



MÃE LÉSBICA

ROBERTA CLOSE: HOMEM OU MULHER?



* E MAIS POESIAS, INFORMES, CORRESPONDÊNCIA

CHANA COM CHANA 7

SÃO PAULO ABRIL 1982

LÉSBICAS E FAMÍLIA

e mais poesias, informes, correspondência



- ENRUSTIMENTO E SOLIDARIEDADE -



CHANA COM CHANA 8

SÃO PAULO AGOSTO - 1982

LÉSBICAS E TRABALHO

PAG. 18

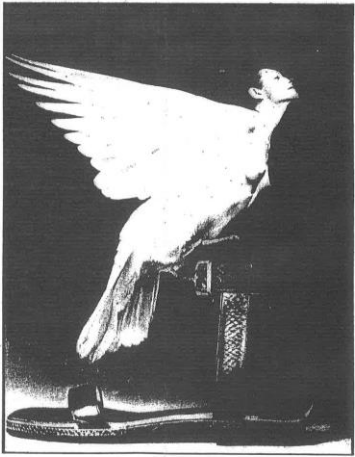


GALF: 6 ANOS

Informes-poesia-galf na tv artigos-correspondência

CHANA COM CHANA

SÃO PAULO



CHANA COM CHANA 10

SÃO PAULO JUNIO SET 1982



poesia trocas cartas

assumin

homossexualidade nas leis

CONFERÊNCIA LÉSBICA EM GENEVA



Fonte: Acervo da Rede de Informação Um Outro Olhar

3.8.2.2 Boletins Um Outro Olhar produzidos pelo GALF

No final de 1987, foi publicado pelo GALF o primeiro boletim Um Outro Olhar, em continuidade do Chanacomchana, que ganhou este novo nome (Figura 26). No editorial da edição número 1, dizia-se:

Um Outro Olhar é nossa nova publicação que vem dar continuidade e desenvolvimento ao caminho corajosamente trilhado pelo boletim Chanacomchana. Chanacomchana surgiu em 1981, no chamado período de “abertura” da ditadura militar, e refletiu o espírito de afirmação da homossexualidade que vigorava no movimento homossexual na época, de onde o GALF se originou. Naquele momento, o mais importante era ser sexualmente muito explícita e até mesmo debochada... Hoje, entretanto, os tempos são outros, e é outro o nosso olhar. Queremos que esta nova publicação transpareça nossa visão cada vez mais límpida de que as vivências lésbicas extrapolam em muito as relações sexuais, determinando por um lado, uma postura de resistência ao papel limitante que nos é imposto pela sociedade machista e, por outro, possibilitando alternativas de vida mais gratificantes, em vários aspectos, para todas as mulheres. Queremos também que nossa publicação espelhe o jeito muito especial que as lésbicas têm de se olhar, numa mistura de cumplicidade e desejo, onde os papéis de sujeito e objeto são perfeitamente intercambiáveis. Finalmente, queremos que um OUTRO OLHAR possa trazer de fato novas maneiras de ver não só as relações entre mulheres, em todos os níveis, como também, mais precisamente, o próprio “ser mulher” nesta nossa patriarcalíssima

sociedade brasileira, buscando auto-imagens mais positivas e perspectivas mais amplas em todas as direções. Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) (Boletim Um Outro Olhar, nº 01, set/dezembro 1987).

Figura 26 - Edições do Boletim Um Outro Olhar (1987 a 1990), do GALF

Um Outro Olhar

Set/Dezembro 1987



Vera, o filme - Poesias
Nossa sexualidade -
Vivências lésbicas -
AIDS e lesbianismo

UM OUTRO OLHAR

BOLETIM BIMENSAL DO GRUPO AÇÃO LÉSBICA-FEMINISTA (G A L F)
1º e 2º FEVEREIRO/MARÇO-1988
SÃO PAULO

EDITORIAL

A partir deste número 2, o Boletim UM OUTRO OLHAR passa a integrar o sistema de associação do GRUPO AÇÃO LÉSBICA-FEMINISTA (GALF), tornando-se seu principal veículo de comunicação. Por seu caráter, pretendemos continuar falando sobre vivências lésbicas, de formas não-predominantemente positivas, através de artigos, depoimentos, etc... ao mesmo tempo que prestamos conta de alguns dos serviços da associação tais como a listagem do material que o GALF recebe do Brasil e do exterior para vídeos, discos de livros sobre lesbianismo; a seção TROCA-BARTAS, etc...

Nosso principal objetivo é, agora de 2 em 2 meses, manter bem informadas as pessoas que se interessam por ter um outro olhar sobre as questões das mulheres lésbicas, sobre homossexualidade, feminismo, ativismo, etc... Estamos certas de que com a colaboração de todas (enviem-nos seus artigos, poesias, desenhos, etc)



podemos criar uma grande rede de lésbicas e contatos por todo o Brasil.

saudações lésbicas
GRUPO AÇÃO LÉSBICA-FEMINISTA (G A L F)

DÊS DUAS

BOMAS IGUAIS
NA ANATOMIA
E OUTRA DIFERENÇA...
IGUAIS SE ATUEM!
CULTIVAMOS PAZ E ALEGRIA
TRISTEZA E AGONIA
BEM NÃO NÃO CAREN;
QUEM NÃO VÊSE COMO COMPA
QUER NÃO SARA!
JÁ SABE DE MAIS;
GENTE A MAIS E DE POUCA
TEM A MANIA DE QUERER
SEMPRE MAIS.

ANITA COSTA PRADO

UM OUTRO OLHAR

BOLETIM BIMENSAL DO GRUPO AÇÃO LÉSBICA-FEMINISTA (G A L F)
Nº 3 - ABRIL/MARÇO-1988
SÃO PAULO

EDITORIAL

Este é o segundo número de UM OUTRO OLHAR que publica como boletim informativo do sistema de associação do GALF. Sua publicação dá conta da boa receptividade encontrada pela nova estrutura que adotamos este ano, com as associadas contribuindo não só por meio de suas cotizações como também com o envio de artigos, poesias, depoimentos, etc... Por esta razão, podemos dizer que estamos iniciando o processo de criar uma rede lésbica de informações e contatos por todo o Brasil - como dizíamos no boletim número 2 - de forma mais descentralizada e criativa. Mesmo assim, é preciso lembrar às amigas que estamos apenas dando os primeiros passos nesta direção e que para crescermos - de fato - precisamos nos multiplicar, indicando mais e mais associadas para o GALF e contribuindo mais e mais com matérias para seu boletim.

Uma das formas mais efetivas de discriminação que sofre a mulher lésbica é a que se constitui a partir de nossa invisibilidade, construída com base em nosso silêncio. Quando nos calamos sobre como realmente somos e vivemos, permitimos que somente aquelas visões distorcidas do lesbianismo circulem por aí, (deformando as mentalidades e alimentando o preconceito. Quando nos calamos sobre como realmente somos e vivemos, permitimos também que estas visões distorcidas atinjam outras mulheres lésbicas, reforçando a baixa auto-estima e o isolamento. Quando nos calamos sobre as violências que sofremos - e estas visões distorcidas são uma violên-



cia - nos tornamos cúmplices das mesmas, já que não só nos mantemos afastadas umas das outras (pois não sabemos onde estamos) como também mantemos nossas cabeças cheias de idéias equivocadas (pois não sabemos quem realmente somos).

Portanto, o negócio é botar a boca no mundo. Não é preciso sair às ruas e levantar a bandeira (isto fica para as mais corajosas), basta escrever sobre suas próprias vivências, suas idéias, certezas, seus erros, escritos, etc, enfim sobre tudo aquilo que caracteriza os seres humanos, demonstrando para homens e mulheres que somos como todo mundo, embora diferentes, e que nossos direitos têm que ser respeitados.

Então, vamos utilizar UM OUTRO OLHAR para, além de trocar endereços - o que é ótimo - também trocar idéias e informações - o que é divino - !!!!!!!!!!!!!

Míriam Hartinho

SANTA-ABRIL/88-GRUPO AÇÃO LÉSBICA-FEMINISTA (G A L F)

UM OUTRO OLHAR

Nº 4 - JUNHO/JULHO - 1988 - SÃO PAULO



EDITORIAL

Estamos aqui, novamente, com o nº 4 número de UM OUTRO OLHAR, com mais associadas colaborando e com o mesmo espírito de luta, luta pacífica, luta de poesia, letras, depoimentos, informações, denúncias e endereços no campo próprio de nossa rede lésbica por este continental Brasil.

Luta contra as discriminações e os preconceitos, não só aqui, mas em todo o mundo, é o que nos atinge de forma mais especialmente aquelas que lutamos - o inimigo invisível - e que tanto nos separaram umas das outras. Luta, politicamente, para romper a solidão e o isolamento em que estamos muitas vezes mergulhadas e onde, sem apoio, recebemos as más notícias entre nós mesmas.

Este número de UM OUTRO OLHAR é dedicado ao espírito de luta das mulheres que sempre lutaram, como anti-

UM OUTRO OLHAR

Nº 5 - AGOSTO/OUTUBRO - 1988 - SÃO PAULO

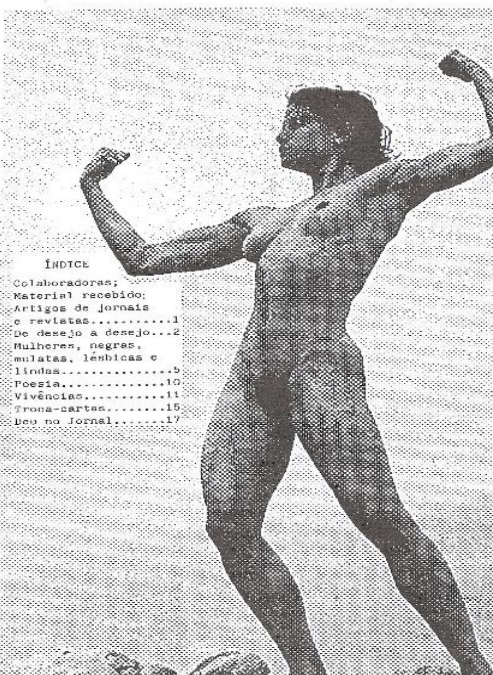


ÍNDICE

Colaboradoras; mulheres;
 Cortas na masculinidade;
 Uma ideologia socialista;
 Conferência de TICA...
 MAS POR ELAS; poesia...
 Poemas...
 As roupas íntimas...
 NO FURGÃO SÃO AS M
 "Música de 2ª Mão"
 Material recebido...
 Infância...
 Trabalho...

UM OUTRO OLHAR

Nº 6 - FEVEREIRO/MARÇO - 1989 - SÃO PAULO

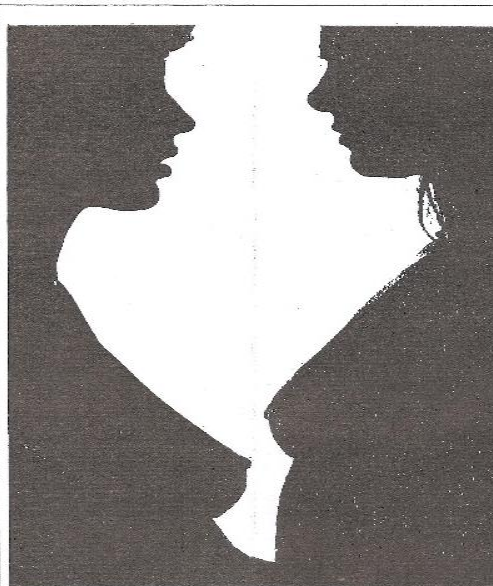


ÍNDICE

Colaboradoras;
 Material recebido;
 Artigos de jornais
 e revistas.....1
 De desejo a desejo...2
 Mulheres, negras,
 mulatas, lésbicas e
 lindas.....5
 Poesia.....10
 Vivências.....11
 Trona-cartas.....15
 Meu no jornal.....17

UM OUTRO OLHAR

No.08 - Agosto/Outubro 1989 - São Paulo

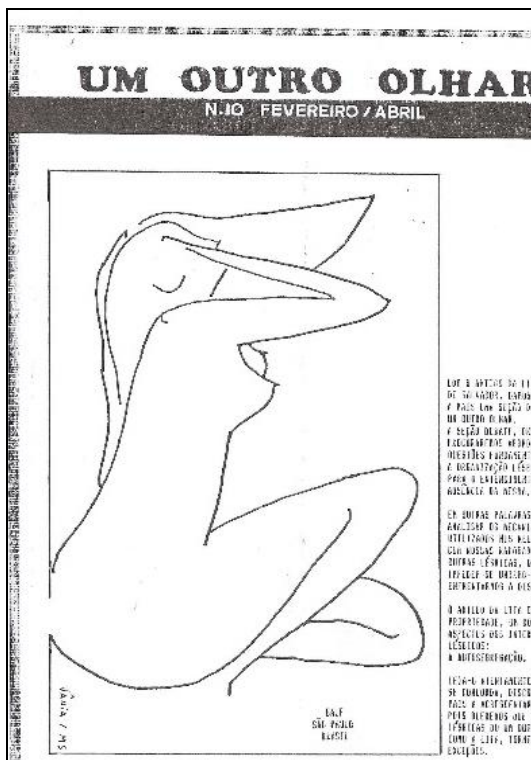


GIN F

UM OUTRO OLHAR

No.09 NOVEMBRO/JANEIRO 1990 - SÃO PAULO





Fonte: Acervo da Rede de Informação Um Outro Olhar

3.9 Outras organizações lésbicas existentes na década de 1980 no Brasil

Segundo Marisa Fernandes (informação verbal), outros grupos de lésbicas se organizam no Brasil, sobre os quais não tivemos outras informações para a descrição neste tópico (Figura 27). Os grupos foram os seguintes:

Figura 27 – Grupos década de 1990

Grupo Terra Maria Opção lésbica/SP
Grupo Iamaricumas/RJ
Grupo Libertário Homossexual/BA
Grupo Terceira Dimensão/RS
Grupo Gaúcho de Lésbicas Feministas/RS

Ainda, destacamos o trecho destacado por Patrícia Lessa, em que Miriam Martinho comenta sobre o movimento homossexual no Brasil na década de 1980,

Interessa lembrar que o movimento homossexual, que nasce em 1978 e tem seu pico de expansão em 1980, começa a declinar a partir de 1981, mergulhando numa grande crise até 1983/1984, devido a conflitos e a duas questões que se mesclam numa combinação explosiva: o questionamento sobre a identidade homossexual e a chegada da AIDS, alcunhada em seus primórdios de câncer *gay*, peste *gay*. De meados da década de 80 até início da década de 90, o movimento homossexual viverá uma espécie de limbo político, subsistindo graças aos esforços heroicos de grupos como o GALF (SP), GGB (BA), Triângulo Rosa (RJ) e Dialogay (SE), embora outras agremiações femininas, masculinas ou mistas tenham surgido nesse período, todas, contudo de vida efêmera (MARTINHO, 2006 apud LESSA, 2007, 93)

3.10 Transição para a década de 1990 - O surgimento das ONG'S e os efeitos dos programas governamentais de combate à AIDS no Brasil

Se num primeiro momento, o movimento de lésbicas no Brasil começa a se estruturar em torno de reivindicações identitárias, pautadas na política de visibilidade e ação social com força contestatória e libertária, num segundo momento, há a chamada “onguinização” dos grupos. Dessa forma, há uma apropriação de lugares de poder nas políticas públicas, nos trabalhos com matérias de direitos humanos, principalmente em relação à saúde e educação (ALMEIDA, 2005).

Os grupos de lésbicas, assim como os grupos LGBT's e muitos outros, passam por um processo de institucionalização, com o surgimento das ONG's na legislação brasileira. As ONG's, em geral, atuam em uma lógica bem diversa dos grupos informais de antes, passando a priorizar trabalhos em parceria com o Estado, ou com empresas (COUTINHO, 2005).

De acordo com Coutinho, citando Gohn:

Em suma, as ONGs crescem na medida em que os movimentos sociais perdem sua força mobilizadora e adotavam uma política “integradora” (diferente da contestadora dos anos 1970), através de “parcerias” com o poder público que, “na maioria dos casos, mantém o controle dos processos deflagrados enquanto avalista dos recursos econômico-monetários” (Gohn, 1997: 297). (COUTINHO, 2005, p. 58).

Assim, contrariamente ao caráter libertário dos grupos pós ditadura, os novos grupos, agora ONG's, passam a ter tendências que se marcam em uma defesa da orientação sexual, da tolerância e dos direitos civis, lutas que reforçam as liberdades individuais. As ONG's, então passam a ter um acesso a programas

governamentais na área de saúde, para a execução de projetos com lésbicas e demais atuações em relação à própria educação voltada para os direitos humanos.

Com o surgimento das ONG's, a partir de 1990, a organização do movimento se dá de forma diversa e começa a ocupar o cenário brasileiro de forma menos isolada, através da criação de outros grupos compostos somente de lésbicas ou mesmo do fortalecimento de núcleos de lésbicas atuantes nos grupos mistos (MESQUITA, 2008).

Nesta análise, devemos considerar também que antes do final da primeira metade dos anos 1980, considerando-se os grupos mistos, ocorreu uma grande redução na quantidade de grupos presentes no movimento de lésbicas e *gays*. A epidemia da AIDS, chamada àquela época de peste *gay*, teve um poder de desmobilizar os grupos, bem como de suas propostas de libertação sexual e de corpos. Ao invés disso, muitas lideranças acabaram voltando sua luta para a prevenção da AIDS, bem como para o cuidado daquelas pessoas já infectadas (FACCHINI, 2005).

Neste sentido, Almeida aduz também que a AIDS, no Brasil, faz também com que ONG's ligadas à questão homossexual potencializassem sua ação voltada para a contenção da epidemia (2005).

Ainda, sobre a década de 1990, a teoria *queer* também influenciou fortemente a forma de entendimento dos grupos de lésbicas, bem como de todo o movimento LGBT (à época, chamado de GLBT). Se a década de 1980 foi marcada fortemente pela questão de gênero e a lesbianidade encarada como instrumento de luta contra o heteropatriarcado e machismo, na década de 1990, os grupos de lésbicas passam a interagir com os grupos LGBT's de forma mais integrada, como por exemplo na organização das paradas LGBT's que passam a acontecer em São Paulo e posteriormente em várias outras cidades brasileiras. (MARTINHO, 2009).

3.11 1990 – Atualidade: Rede de Informação Um Outro Olhar

Em 12 de abril de 1990, ocorreu a fundação da Rede de Informação Um Outro Olhar, em São Paulo. A Rede de Informação Um Outro Olhar se registrou como uma ONG, diferentemente do GALF, que era um grupo informal (FACCHINI,

2005, 140). No Boletim Um Outro Olhar nº 12, primavera de 1990, destacou-se que a passagem do GALF para a Rede foi a forma de trabalho, que passou a ser mais planejada em relação aos recursos humanos e financeiros da organização. Assim, a proposta do grupo passou a ser a existência de uma Rede de informação entre lésbicas, um espaço de colaboração e contribuição, mais que um grupo. Ainda, há relatos dizendo que a Rede nasceu com o mesmo objetivo que tinha anteriormente o GALF, para suprir a necessidade de um veículo de comunicação entre as lésbicas, haja vista a carência de informação positiva sobre a lesbianidade, bem como da criação de espaços para a partilha e discussão das vivências lésbicas.

Foram muitas as atividades da Rede e destacaram-se entre elas o cuidado e busca de sistematização de materiais de lésbicas, comunicação com grupos internacionais e elaboração e publicação dos Boletins Um Outro Olhar de 1990 a 1994. O Boletim foi substituído por uma publicação em revista, no período de 1995 a 2003, sendo a revista Um Outro Olhar impressa colorida, com papel e formato de revista, com digitação em computador, ao invés das datilografias dos antigos boletins, que eram em folhas sulfite, em cópias mais artesanais. A Rede de Informação Um Outro Olhar também passa a publicar o Boletim Ousar Viver, de 1995 até 2002, dentro da Revista Um Outro Olhar, publicação que priorizava informações sobre saúde e prevenção para lésbicas.

Dentre as atividades da Rede de Informação Um Outro Olhar, destacamos a participação dos encontros brasileiros de homossexuais do período, do II Encontro Lésbico Feminista Latino Americano e do Caribe, realização periódica de reuniões das integrantes da Rede, bem como a atividade de noticiar encontros feministas, homossexuais e de lésbicas ocorridos no mundo e no Brasil mesmo quando a Rede não participasse presencialmente dos encontros (Boletim Um Outro Olhar, nº 19/20, outono/inverno 1993).

Ainda, em relação às atividades da Rede, na primeira metade da década de 1990, destacamos a organização do acervo, com catalogação; organização do VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais; participação na tentativa de Organização do IV Encontro de Lésbicas Feminista e Caribenhas no Brasil; participação do Encontro de Lésbicas dentro do VI Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em El Salvador, no começo de novembro de 1993, sendo que neste mesmo encontro a Rede foi convidada a produzir o boletim da Rede

Lésbica Latino Americana e do Caribe e também se propôs a compilar a memória dos encontros anteriores (Boletim Um Outro Olhar, nº 21, 1994, p.41).

Na segunda metade da década de 1990, a Rede continua suas atividades de catalogação do material ainda do GALF e demais materiais, chegando a cinco mil exemplares.

Posteriormente, participou da organização da Parada LGBT em São Paulo, bem como filiou-se à ABGLT quando de sua fundação, em 1995. A revista Um Outro Olhar deixou de ser publicada e o site Um Outro Olhar⁴² desde 2004 substitui a revista em papel. O site tem caráter informativo para a população LGBT, com destaque para a temática lesbiana e é dirigido por Miriam Martinho, militante desde os tempos de surgimento do movimento de lésbicas no Brasil (já citada diversas vezes no presente trabalho).

3.11.1 Boletins Um Outro Olhar: publicação lésbica mantida pela Outro Olhar de 1990 a 1994

A Rede de Informação Um Outro Olhar foi a responsável pela publicação do boletim Um Outro Olhar, de junho de 1990 a 1994 (Figura 28). O boletim se denominava instrumento utilizado não só para veicular informações, mas também para divulgação sobre a organização lésbica em todo mundo, bem como sobre a luta de homossexuais e mulheres.

⁴² Endereço eletrônico: <http://www.umoutroolhar.com.br/>

Figura 28 - Edições do Boletim Um Outro Olhar publicado pela Rede de Informação Um Outro Olhar (1990 a 1994)



UM OUTRO OLHAR
 No.13 - Outono de 1991 - São Paulo

Rede Um Outro Olhar
 São Paulo - Brasil

UM OUTRO OLHAR
 No.14 - Inverno de 1991 - São Paulo

Rede Um Outro Olhar
 São Paulo - Brasil

UM OUTRO OLHAR
 N. 17 INVERNO/92 ANO 6

SÃO PAULO

UM OUTRO OLHAR
 N. 18 VERÃO-92/93 ANO 6

Ter acesso aos grupos radicais de São Paulo é uma tarefa fácil. Eles agem abertamente na cidade, se encontram sempre em bares e boates, e fazem muita coisa. Há sempre alguém lá. Santa Cecília, no ou seja no Acto, sempre um encontro.

Os Estados Unidos por Carlos Eduardo Lins da Silva

Homossexuais são como inimigos
 Faz 30 anos que o movimento feminista discerniu seus ideais pelo mundo com notável sucesso. A mulher tem hoje na maioria dos países ocidentais direitos com os quais suas avós ou mesmo mães não ousariam sonhar. Muitas das conquistas do feminismo repararam injustiças individuais. Surpreende hoje que por tanto tempo se tenha encarado com naturalidade, por exemplo, que mulheres recebessem salários menores do que os dos homens por idênticas funções de trabalho. Como quase todos os movimentos sociais, no entanto, o feminismo criou novas injustiças, produtos de exageros ou distorções de seus princípios. Uma delas transforma em suas vítimas as crianças.

NEONAZISTAS, EVANGÉLICOS E CONSERVADORES EM GERAL SE UNEM PELO RETROCESSO



Fonte: Acervo da Rede de Informação Um Outro Olhar

3.11.2 Revistas Um Outro Olhar: publicação lésbica mantida pela Rede de Informação Um Outro Olhar de 1995 a 2003

A Rede de Informação Um Outro Olhar foi a responsável pela publicação da revista Um Outro Olhar, de 1995 a 2003 (Figura 29).

A revista era um veículo de informações do mundo das lésbicas e feministas, da questão dos direitos das pessoas homossexuais, bem como para divulgação de organização de grupos e eventos nacionais e internacionais.

Em 2004, a revista de papel foi substituída pela revista eletrônica Um Outro Olhar.

Figura 29 - Edições da Revista Um Outro Olhar publicada pela Rede de Informação Um Outro Olhar (1995 a 2001)

UM OUTRO OLHAR
 São Paulo - Maio de 1999 - N. 23 - Ano 10 - R\$5,00

LÉSBICAS, MÍDIA & CONSUMO :
 ENTREVISTA COM SUZY CAPÓ

AS MAIS BELAS CARTAS DO AMOR ENTRE MULHERES

CAIA NA REDE - LAZER, EM MOVIMENTO
 CARTAS NA MESA - TROCA-CARTAS - POESIA

UM OUTRO OLHAR
 São Paulo - N.23 - Ano 10 - R\$5,00

AUTOCUIDADO PARA MULHERES

CONCURSO CARTAS DE AMOR

CONFERÊNCIA DA ILGA NO RIO

EM MOVIMENTO - CAIA NA REDE - LAZER
 MÚSICA - VÍDEO - TROCA-CARTAS - POESIA

UM OUTRO OLHAR
 SAÚDE CULTURA SEXUALIDADES

OUSAR VIVER
 Encarte especial sobre saúde

Ano 11 - Nº 26
 R\$ 5,00

Quando as mulheres se amam na tela

UM OUTRO OLHAR
 SAÚDE CULTURA SEXUALIDADES

Ano 12 - Nº 27 - R\$ 5,00

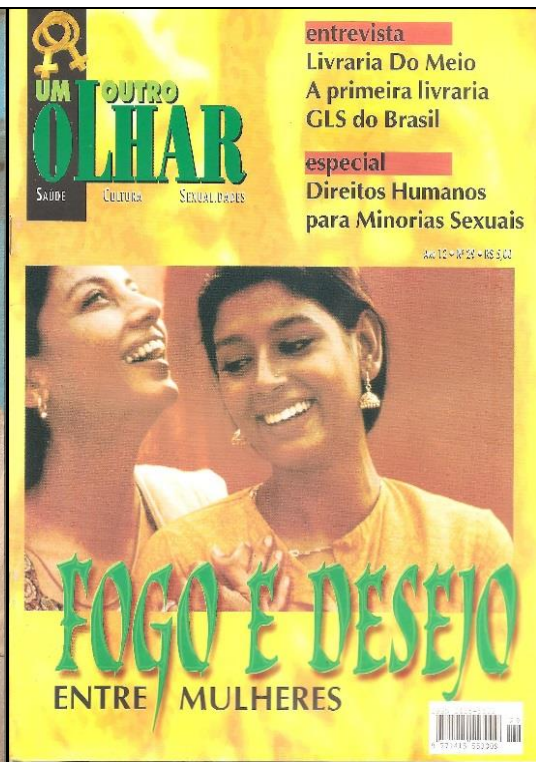
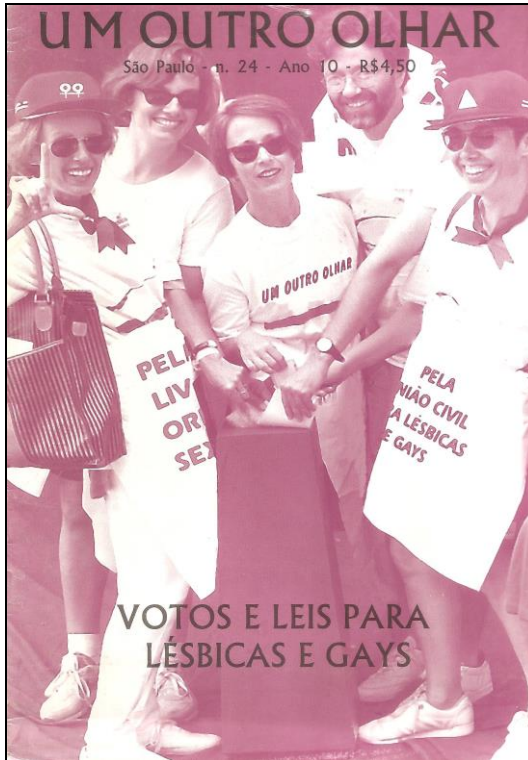
ELLEN

ASSUMIDÍSSIMA AGORA NO BRASIL

Onde as mulheres se encontram em Sampa

Casais homossexuais podem adotar filhos?

Como cuidar de seu look







Fonte: Acervo da Rede de Informação Um Outro Olhar

3.12 1990 – Atual - Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL-SP)

O Coletivo de Feministas Lésbicas de São Paulo, CFL, surge em março de 1990 e tem atuação até a atualidade. Surge como grupo em 1990 e adota o formato

institucional de ONG no ano de 1995. Segundo Facchini (2005), em documento de apresentação a um dos encontros nacionais, o CFL se apresentou como grupo que se integra tanto com o movimento feminista quanto com o movimento de gays e lésbicas, bem como que o objetivo fundamental do grupo a “luta contra a opressão da mulher”, sem o que “não se torna possível construir a cidadania das mulheres brasileiras e das lésbicas em particular” (FACCHINI, 2005, p. 141).

O coletivo teve como uma das fundadoras Marisa Fernandes, que foi uma das integrantes do Somos/SP, LF e do GALF. O coletivo existe ainda na atualidade e compartilha a sede com o grupo feminista chamado União de Mulheres de São Paulo. Marisa Fernandes contou-nos que os trabalhos desenvolvidos foram e ainda são orientados por uma perspectiva feminista, com o combate da sociedade patriarcal, a opressão machista, a lesbofobia, homofobia, invisibilidade lésbica, racismo e toda forma de violência ou violação de direitos humanos (informação verbal).

O grupo desenvolveu diversos projetos durante sua existência, que dura desde 1990 até a atualidade, bem como trabalhos para prevenção às DST's/AIDS junto a mulheres adolescentes privadas de liberdade (internas da Fundação Casa, antiga FEBEM), orientação e assistência jurídica gratuita para mulheres com AIDS recolhidas no sistema prisional e lésbicas vítimas de violência e discriminação. (FACCHINI, 2005).

3.13 1993 – Atual: Grupo D'ellas – Rio de Janeiro/RJ

O grupo D'ellas foi fundado em 29 de abril de 1993 e tem o objetivo de formação e informação para mulheres e para quem mais buscar o movimento. Seus objetivos são a luta contra a violência e discriminação, em todas as suas manifestações. O movimento luta por cidadania plena, com atenção a lésbicas, mas incluindo também as mulheres bissexuais e transexuais (Figura 30).

A atuação do grupo é diversa através de atividades para a promoção em direitos humanos e sexuais, cultura, lazer, ajuda-mútua, saúde mental e física. Há capacitações para a inserção e reinserção no mercado de trabalho, na vida social, conscientização e esclarecimentos (com a formação de agentes multiplicadoras) em

rodas de conversa e outras atividades que proporcionem melhor qualidade de vida e qualifiquem para o debate e participações sociopolíticas. O grupo enuncia que suas lutas são pela unicidade do movimento homossexual brasileiro, com trabalho das especificidades na integralidade do ser humano, pela criminalização da homofobia e pelo Estado laico, de forma que a opção religiosa não interfira nas decisões governamentais (RELEASE DO D'ELLAS, 2014).

Figura 30 - Símbolo do movimento D'ellas/RJ



Fonte: Release 2014 do D'ellas

São listadas, como atividades realizadas e também objetivos do grupo, as seguintes: Interação eletrônica e presencial, visando proporcionar troca de vivências e convivências; conscientização e esclarecimentos; grupos de ajuda-mutua; apoio psicológico e jurídico; oficinas interativas, debates, palestras, dinâmicas de grupo, rodas de conversa; sessões de vídeo e leituras com debates temáticos (o grupo conta com biblioteca e videoteca próprias); grupo de expressão artístico-cultural; organização e participação em eventos; reuniões com entidades congêneres; arquivo de fatos e fotos do movimento homossexual; pesquisas e enquetes; qualificação político-social de mulheres e parcerias; casa de convivência e vivência chamada casa do orgulho; seminários “Fortalecendo”; projeto “Somos lés”; campanha “Tem mulheres na parada”; pela abolição da violência contra as mulheres homoafetivas; jornada de prevenção e enfrentamento “AIDS - O grande desafio. Como enfrentamos?”, “Lésbicas, mulheres bissexuais e pessoas trans: o que temos feito e o que precisamos fazer...” (informação verbal de Yone Lindgren).

Segundo Yone Lindgren, o funcionamento do grupo se estende até a atualidade, porém, de forma precária, uma vez que houve inundação causada por chuvas no CEDOC (Centro de Documentação) que atingiu bastante do trabalho do grupo em 2011 (informação verbal de Yone Lindgren).

3.14 1995 – Atual: Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro/RJ – COLERJ, um espaço predominantemente de lésbicas negras

O Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro/RJ foi criado em 16 de fevereiro de 1995, pela iniciativa de mulheres de militância diferenciada com preocupações comuns sendo elas lésbicas negras que buscavam a construção de um grupo específico que pudesse ser referencial de suas discussões de forma autônoma⁴³.

Surgiu pela necessidade de um espaço autônomo de discussão, formação de opinião pública e de pressão política, bem como para dar visibilidade, em especial, às lésbicas negras, através de metodologias como conversas informais, exibição de vídeos, palestras, debates, festas e realização de workshops visando proporcionar espaços de autoajuda e fortalecimento da autoestima das participantes.

O grupo foi criado formalmente, com registro como instituição, em especial para poder integrar a organização e participação da 17ª Conferência da ILGA (*Internacional Lesbian and Gay Association*⁴⁴) que ocorreu em junho de 1995 na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Segundo o relato de Neusa das Dores Pereira, eram mulheres lésbicas negras populares dispostas a somar com os demais grupos e falar sobre o racismo existente dentro do próprio movimento. Destacou-se tal grupo, em especial, em uma época que os grupos de lésbicas eram formados prioritariamente de mulheres feministas brancas e de classe média (informação verbal).

A intenção do grupo era de prover informação e reativação do movimento. Notamos algumas atividades desenvolvidas pelo grupo, descritas no Boletim Visibilidade, ano 1998, nº 01, mês de agosto: participação em datas específicas do movimento de mulheres; participação do encontro nacional de mulheres para Beijing; participação na organização e desenvolvimento de atividades na XVII ILGA, em 1995, no Rio de Janeiro, realização de três reuniões preparatórias para o I SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas) na Câmara dos vereadores/RJ; organização e realização do I SENALE, ocorrido entre 29 de agosto a 01 de

⁴³ Segundo ata de assembleia do COLERJ/RJ;

⁴⁴ A ILGA é uma única federação internacional a reunir ONGs e entidades sem fins lucrativos que concentra a sua atuação, em nível global, na luta pelo fim da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Congrega grupos LGBT's de todo o mundo, de acordo com o <http://www.ilgalac.grupodignidade.org.br/port/index.php>

setembro de 1996; colaboração na elaboração da Lei 2475/96, conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, com estabelecimento de sanções a estabelecimentos públicos e privados em caso de discriminação por orientação sexual; realização do I Seminário Regional de Lésbicas em Rio das Ostras/RJ em novembro de 1996; participação da organização do I Encontro de Lésbicas do Sul/Sudeste em Tatuí/SP, 1997; participação com exposição de fotos no II SENALE, em Salvador, 1997; participação com três reuniões para a lésbicas no X Encontro Nacional Feminista, em outubro/novembro de 1997; realização do ato público “sexualidade cidadã é lei” no Rio de Janeiro; apresentação de duas leis, conjuntamente com a vereadora Jurema Batista, com o fito de obrigatoriedade de colocação de placas com a lei 2475/96 em estabelecimentos públicos e comerciais, bem como lei para estender os benefícios da funcionária municipal para sua companheira; realização de uma agenda durante os anos todos com reuniões periódicas e encontros com temas sugeridos pelas participantes; bem como a organização do V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe, em março de 1999. O COLERJ foi responsável pela discussão sobre racismo com o tema “Lesbianismo e Negritude” na XVII ILGA, com grande impacto no encontro e também foi eleito neste mesmo encontro como Secretária de Mulheres da ILGA, conjuntamente com a Rede de Informação Um Outro Olhar.

Neusa das Dores Pereira salienta que o COLERJ acabou, com o tempo, se tornando um projeto do CEDOICOM (Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher), uma vez que não havia estrutura para que os dois projetos caminhassem separadamente. Também conta sobre a discriminação do grupo dentro do movimento negro, que não as reconhece como mulheres lésbicas, bem dentro do movimento LGBT e de lésbicas, que não reconhece o grupo como espaço de lésbicas negras. O COLERJ deixou de receber verbas específicas e passou a ter dificuldades com a realização de reuniões quando o prédio onde funciona, no Rio de Janeiro, passou a funcionar somente em horário comercial. Atualmente, informou Neusa, que o CEDOICOM busca a realização de trabalhos e oficinas que envolvam lésbicas, principalmente as lésbicas negras, dentro de outros projetos (informação verbal).

3.14.1 1998 - Boletins Visibilidade: publicação lésbica mantida pelo COLERJ

O COLERJ foi o responsável pela publicação do Boletim Visibilidade, editado a partir de agosto de 1998, prezando por conteúdo informativo das atividades, de notícias do mundo das lésbicas, de eventos ocorridos, bem como com divulgação de textos e poesias (Figura 31).

Figura 31 - Algumas edições do Boletim Visibilidade, do COLERJ/RJ



Fonte: Acervo do COLERJ e Relatório do V encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe

3.15 1995 – 17ª Conferência Mundial da ILGA (*Internacional Lesbian and Gay Association*⁴⁵) - Rio de Janeiro/RJ

A 17ª Conferência Mundial da ILGA (*Internacional Lesbian and Gay Association*) aconteceu pela primeira vez na América do Sul, em 18 a 25 de junho de 1995, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A realização da conferência ficou a cargo de vários grupos, quais sejam, Arco Iris, Atobá, Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), ABGLT, Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ), Caras & Coroas e Triângulo Rosa (FACCHINI, 2005; Revista Um Outro Olhar, nº 23, janeiro 1996).

A pauta do evento foi diversificada, contando com os temas homofobia e direitos humanos, homofobia internalizada, homossexualidade e religião, transexuais, bissexualidade e terceiro mundo, o feminismo e as lésbicas, violência contra travestis, negritude e lesbianismo, mídia gay e lésbica, união civil entre homossexuais, políticas junto às nações unidas e visibilidade lésbica em Beijing.

Foi realizada uma exposição da “organização lésbica a partir de suas publicações”, ocasião em que a Rede de Informação Um Outro Olhar apresentou todas as capas dos boletins Chanacomchana, Um Outro Olhar e outras publicações lésbicas, ressaltando os acontecimentos ocorridos em cada período da história da organização. A revista Um Outro Olhar também noticiou a apresentação de duas oficinas específicas e exclusivas para mulheres. Em uma das oficinas, “assumir-se ou enrustir-se no cotidiano lésbico”, onde foram abordados os medos e dificuldades cotidianas enfrentadas pelas lésbicas. Na outra oficina, “prazer sem medo – sexualidade e saúde lésbica” a conversa foi sobre sexualidade e mitos que existem sobre a relação entre duas mulheres e sexo seguro nas relações lésbicas (Revista Um Outro Olhar, nº 23, janeiro de 1996).

O COLERJ/RJ, por sua vez, realizou uma oficina sobre racismo dentro do movimento homossexual brasileiro, o que causou grande impacto, segundo Neusa

⁴⁵ A ILGA é uma instituição internacional, fundada em 1978 e registrada como ONG na Bélgica, sem fins lucrativos e de caráter internacional e a reúne ONGs e entidades sem fins lucrativos que concentra a sua atuação, em nível global, na luta pelo fim da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Congrega grupos LGBT's de todo o mundo, de acordo com o <http://www.ilgalac.grupodignidade.org.br/port/index.php>

das Dores Pereira, uma vez que o tema não era falado no interior dos grupos à época (informação verbal).

As resoluções do encontro foram que haveria conferências da ILGA em âmbito regional, o que fez com que fosse criada a ILGA LAC, da América Latina e Caribe, que perdura até a atualidade, com a realização de conferências regionais em períodos diversos das conferências mundiais, que também passaram a ser bienais (Revista Um Outro Olhar, nº23, janeiro 1996).

Neste evento, também, houve a votação das candidaturas para o secretariado de mulheres da ILGA, organização que no Brasil se encarregaria de encaminhar as decisões tomadas durante a conferência. Na votação, o COLERJ e a Rede de Informação Um Outro Olhar foram os grupos eleitos para assumir a secretaria conjuntamente, com a divisão das tarefas do secretariado. Segundo Neusa, a secretaria conjunta foi um fracasso, por causa de conflitos entre os dois grupos (informação verbal). A Rede Um Outro Olhar ficou com o secretariado.

Duas outras ações da conferência foram a denúncia da violência anti homossexual e dos assassinatos ocorridos no Brasil e demais países da América Latina, bem como início da campanha para pressionar os governos do Chile, Equador e Nicarágua para retirada da homossexualidade do rol de crimes daqueles países (Revista Um Outro Olhar, nº 23, janeiro de 1996, p.8).

Figura 32 - Fotos da passeata de encerramento da 17ª conferência da ILGA, a primeira parada do orgulho LGBT no Brasil – Rio de Janeiro/RJ



Fonte: Projeto Memória e Movimentos Sociais

Por fim, como parte da programação da conferência, houve uma passeata de encerramento da 17ª Conferência Internacional de Gays e Lésbicas no dia 25 de junho na Avenida Atlântica, em Copacabana, Rio de Janeiro. Tal passeata contou com a participação de cerca de 500 pessoas na "Marcha pela cidadania" e teve por temática o “não à intolerância, ao preconceito e o sim aos direitos de todos os marginalizados” (Figuras 32 e 33). Contou-nos Neusa das Dores Pereira que muitas lésbicas fizeram máscaras para participar da passeata, na busca de não serem identificadas (informação verbal).

Figura 33 - Passeata de encerramento da 17ª conferência da ILGA – Rio de Janeiro/RJ



Fonte: Projeto Memória e Movimentos Sociais

3.16 1998 – Edições GLS – Editora Laura Bacellar

As edições GLS foram um primeiro selo editorial inteiramente dedicado à minorias sexuais do Brasil. O grupo inicia suas atividades em 1998, quando participou da Bienal Internacional do Livro de São Paulo com um estande próprio, identificado com a bandeira do arco-íris. A proposta era publicar livros para gays, lésbicas, transgêneros e heterossexuais que queiram ter acesso a histórias e informações positivas e sem preconceito, variando-se entre obras de apoio até romances literários, com a perspectiva de focar em autores brasileiros. Sua

idealizadora foi Laura Bacellar, lésbica assumida que buscava um projeto de uma linha de livros abertos, positivos e assumidos, com posição pioneira no Brasil.

Laura Bacellar, após seis anos de funcionamento da editora GLS, saiu do cargo de editora executiva, para posteriormente fundar uma editora exclusivamente lésbica, a Editora Malagueta, em 2008, a única editora de lésbicas para lésbicas da América Latina.

3.17 1999 – V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe – Rio de Janeiro e Histórico dos encontros de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe 1987-1999

Os encontros de lésbicas feministas da América Latina e do Caribe começaram a ocorrer no ano de 1987. A ideia da criação de um espaço exclusivo para lésbicas nasceu no III Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, realizado em Bertioga, interior de São Paulo, em 1985 e na 8ª Conferência da ILIS (Serviço de Informação Internacional de Lésbicas), em 1986, onde a organização do I Encontro foi definida.

3.17.1 1987 - I Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe – México

O I Encontro de Lésbicas feministas da América Latina e do Caribe ocorreu no México, em 14 a 18 de outubro de 1987 e cerca de 250 mulheres compareceram. Neste encontro, os principais objetivos foram que as participantes falassem dos seus problemas e expectativas, bem como discutissem sobre como a sociedade de cada país tratava das questões das lésbicas (Boletim Visibilidade, nº. 1, agosto de 1998). Sobre o encontro, Miriam Martinho fez algumas críticas no Boletim Um Outro Olhar, nº 2, fevereiro/março de 1988, descrevendo um clima de tensão, conflitos ideológicos e de poder entre as participantes. Destacou a dificuldade dos grupos de lésbicas em trabalhar os conflitos e também a interferência de lésbicas europeias

que estavam no encontro. Um grande conflito havido foi em relação à criação de uma rede de comunicação única ou se as redes que deveriam ser regionais, em função da peculiaridade dos locais, e posteriormente haver uma troca de experiências e informações. O fato de algumas quererem uma rede local e mais específica despertou um sentimento de rejeição em outras (Boletim Um Outro Olhar, nº 2, fevereiro/março de 1988).

Por fim, formou-se uma comissão de trabalho com os grupos Ayuququen do Chile, GALF do Brasil, GALF do Peru, Las Entendidas da Costa Rica, o grupo militante, da República Dominicana e o grupo Mula, do México. A comissão saiu com objetivos gerais de reunir as lésbicas feministas latino americanas e caribenhas para fazer a análise da situação dos países e busca de respostas sobre tais situações. Os objetivos específicos foram fomento e fortalecimento dos grupos com trabalho prioritariamente com lésbicas, intercambio de material para reflexão, avaliação e análise, recuperação da história lésbica na América Latina e no Caribe e incentivo à produção feminista lésbica (Boletim Um Outro Olhar, nº 2, fevereiro/março de 1988).

Neste encontro, foi decidido que o II encontro aconteceria no Peru, em 1989.

3.17.2 1990 - II Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe – Costa Rica

O II Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe ocorreu na Costa Rica, em 12 a 15 de abril de 1990, uma vez que, em razão da situação política peruana, o GALF do Peru não conseguiu levar a tarefa adiante. O Encontro na Costa Rica ocorreu em uma fazenda particular debaixo de muita repressão por parte da igreja e do governo, pois a igreja, quando ficou sabendo do encontro, pressionou o governo para que o impedisse. O governo, portanto, decidiu vigiar os pontos de entrada do país, com ordens de restrição para as mulheres que viajavam sozinhas. Segundo o Boletim Um Outro Olhar, o Boletim da ILGA noticiou que algumas mulheres ficaram detidas por horas em um dos aeroportos do país. Também, no local do encontro, rapazes dirigiram insultos às participantes e a polícia foi chamada para dispersá-los (Boletim Um Outro Olhar, nº 11, inverno de 1990).

O encontro contou com a presença de 70 mulheres, nenhuma brasileira, e os principais temas discutidos foram lesbianismo e feminismo, sexualidade, saúde, homofobia, grupos de lésbicas na América Latina, mães lésbicas e a Rede Lésbica Latino Americana. Ficou estabelecido no encontro que somente mulheres latino americanas e caribenhas poderiam integrar a Rede, residindo ou não em seus países de origem. Assim, também foi decidido que as decisões da Rede seriam tomadas em consenso, sendo que cada país teria direito a seis representantes oriundas dos grupos neles existentes. Mesmo sem a presença de brasileiras no Encontro, nos preocupamos em relatar o seu acontecimento, uma vez que os grupos do Brasil acompanharam a organização e as resoluções dele advindas, fazendo da rede de comunicação com outros grupos da América Latina e Caribe.

Neste encontro, foi decidido que o III encontro aconteceria no Porto Rico, em 1992.

3.17.3 1992 - III Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe – Porto Rico

O III Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe ocorreu em Porto Rico, em 14 a 16 de agosto de 1992 e cerca de 200 mulheres compareceram, nenhuma lésbica brasileira, novamente. O tema predominante neste encontro foi o impacto da lesbofobia social e lesbofobia internalizada na vida das lésbicas, através da discussão de outros temas como o papel do gueto no mundo das lésbicas, os âmbitos público e privado, o sexismo, a relação entre as reivindicações lésbicas e outras reivindicações sociais, identidade, identificação de diversos níveis de resistência à lesbofobia social e internalizada, papéis e identidade.

Discutiu-se sobre a questão da identidade, ante a invisibilidade das lésbicas latino americanas e caribenhas, que por um lado avançavam, no sentido de reconhecimento, mas também se deparavam com a declaração de que a afirmação da identidade lésbica (assim como as demais identidades), poderia trazer um risco de guetização e um fortalecimento da lesbofobia. O tema foi tratado em oficina no sentido de considerar as diversas identidades lésbicas como produtos de uma

interação complexa entre o individual e o coletivo, ultrapassando-se os conceitos de que seriam tais identidades meras reproduções da heterossexualidade (Boletim Um Outro Olhar, nº 19/20, outubro/inverno 2003, p.24-25).

A lesbofobia foi muito debatida e discutiu-se sobre a visibilidade possível em um mundo de tantas repressões, tendo ficado demonstrada a necessidade de espaços de intercâmbio entre as lésbicas. No entanto, a dificuldade de superação das diferenças socioculturais entre as lésbicas presentes no evento foi notada como obstáculo para a formulação dos próximos encontros e seu potencial de atingir a diversidade entre as próprias lésbicas. Por tal razão, decidiu-se fazer uma consulta regional dos grupos de lésbicas, para que a diversidades fossem levadas em consideração. Mesmo sem a presença de brasileiras no Encontro, nos preocupamos em relatar o seu acontecimento, uma vez que os grupos do Brasil acompanharam a organização e as resoluções dele advindas, fazendo da rede de comunicação com outros grupos da América Latina e Caribe.

Não houve definição da data e local do IV encontro, uma vez que nenhum grupo ou país assumiu a responsabilidade de organizá-lo.

3.17.4 1995 - IV Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe – Argentina

O IV Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe ocorreu na Argentina, em 07 a 09 de abril de 1995 e cerca de 100 mulheres compareceram, contando com a presença de mulheres brasileiras. Os temas predominantes neste encontro foram mães lésbicas, comunicação, movimento de lésbicas, visibilidade, doenças sexualmente transmissíveis e o erótico na luta lésbica feminista. Nas duas noites do encontro, músicas e poesias foram apresentadas pelas participantes.

Destacamos ainda, na publicação da revista Um Outro Olhar nº 22, de maio de 1995, relatos de conflitos entre a Rede de Informação Um Outro Olhar, Coletivo de Feministas Lésbicas e grupo Deusa Terra, bem como com militantes independentes, por conflitos causados na organização deste IV Encontro, que estava sendo articulado para ser no Brasil. O encontro, assim como ocorria em diversos outros espaços, ficou prejudicado por causa das dificuldades de

relacionamento ente as ativistas e grupos. (Revista Um Outro Olhar, nº 22, maio de 1995, p. 11-12 e informação verbal de Alice Oliveira).

3.17.5 1999 – V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe – Brasil

O V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe ocorreu no Rio de Janeiro, Brasil, em 24 a 29 de março de 1999. Participaram do V Encontro 185 lésbicas e a organização do encontro ficou a cargo do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro – COLERJ/RJ, do Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher – CEDOICOM/RJ com apoio do Sindicato Estadual dos Profissionais da educação/secretaria de gênero e opção sexual –SEPE, Movimento D´ellas e Sindicato estadual dos profissionais de educação da região dos Lagos – SEPE Lagos/RJ (Figuras 34 a 38).

Figura 34 - Oficina no V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe ocorreu no Rio de Janeiro



Fonte: Relatório do V encontro de lésbicas feministas da America Latina e do Caribe fornecido pelo COLERJ e CEDOICOM

Figura 35 - Roda no V encontro de lésbicas feministas da America Latina e do Caribe



Fonte: Relatório do V encontro de lésbicas feministas da America Latina e do Caribe fornecido pelo COLERJ e CEDOICOM

O evento aconteceu em um hotel no Rio de Janeiro, com início com credenciamento, boas vindas e programação de abertura no dia 24 de março de 1999. As atividades ocorridas nos dias 25, 26, 27 e 28 de março foram pautadas por três grandes temas: integração corpo e mente, visibilidade das lésbicas e estratégias de organização. Tais atividades ocorreram em diversas salas com diversos temas com discussões concomitantes, sendo que as salas levavam os seguintes nomes: sala beijo na boca, sala do toque, sala das transas, sala do tesão, sala do orgasmo, ilha de lesbos e sala de sapho.

Figura 36 - Capa do relatório do V encontro de lésbicas feministas da America Latina e do Caribe



Fonte: Relatório do V encontro de lésbicas feministas da America Latina e do Caribe fornecido pelo COLERJ e CEDOICOM

Figura 37 - Grupo no V encontro de lésbicas feministas da America Latina e do Caribe



Fonte: Relatório do V encontro de lésbicas feministas da America Latina e do Caribe fornecido pelo COLERJ e CEDOICOM

Figura 38 - Lista de participantes do V encontro

LISTA DE INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES NO V ENCONTRO

GRUPO INFORMAL DE MULHERES E LESBIANAS DA FRANÇA
 CEMUP - CENTRO DE MULHERES DE FAVELAS E PERIFERIAS
 CRIOLA
 COORDINADORA LESBICA
 TRABAJOS Y ESTUDOS LESBICOS
 MOVIMIENTO DELLAS
 ABGLTT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, TRAVESTIS E
 TRANSEXUAIS
 GRUPO LÉSBICO DA BAHIA
 COMUNIDADE HOMOSSEXUAL ARGENTINA
 ASSOCIAÇÃO TRIÂNGULO ROSA
 C.P.C.A - SOS CRIANÇA
 REDE DE INFORMAÇÃO UM OUTRO OLHAR
 CENTRO DE DOCUMENTACION Y ARCHIVO HISTORICO LESBICO
 LESBIANAS ZAPATISTAS Y ENLACE LESBICO
 TELEMÁNITA Y ENLACE LESBICO SALUD Y IDENTIDAD
 MOVIMIENTO POR LA IDENTIDAD DE LA MUJER AFRO
 COLECTIVO FEMINISTA DAS CHINCHETAS
 ASSOCIAÇÃO IRMÃOS DA SOLIDARIEDADE
 PIM - PROGRAMA INTEGRADO DE MARGINALIDADE
 ISER - INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS DA RELIGIÃO
 INTERNATIONAL GAY AND LESBIAN HUMAN RIGHTS
 INST. DE SAÚDE NÚCLEO INVESTIMENTO EM SAÚDE DA MULHER
 COLETIVO DE FEMINISTAS LÉSBICAS DE SP
 GRUPO ARCO IRIS
 MUJERES TRABAJADORAS UNIDAS A . C
 ESPACIO DE ATENCION LEGAL A MUJERES
 UNIÃO DE MULHERES
 COLETIVO DE LÉSBICAS DO RIO DE JANEIRO
 GRUPO HOMOSSEXUAL LONDRINENSE
 GRUPO ÁGUA VIVA
 AMHOR - ARTICULAÇÃO E MOVIMENTO HOMOSSEXUAL DO RECIFE
 ALÉM - ASSOCIAÇÃO LÉSBICAS DE MINAS
 ADEFKA
 CASA DE CULTURA MARGARIDA REY
 CENTRO DE PROJETOS DA MULHER
 GRUPO ATOBA
 GRUPO DE RESISTÊNCIA ASA BRANCA
 SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE
 CENTRO DE ATENDIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA MULHER
 AGLT - GLG GRUPO DE LÉSBICAS DE GOIÁS
 GRUPO DE CULTURA DA MANGUEIRA
 GRUPO ENTRE NÓS
 CENTRO CULTURAL JOSÉ BONIFÁCIO
 EDITORA BRASILIENSE
 INSTITUTO DE PSICOLOGIA DE UFRJ
 CODISE ALURIS
 PROJETO BATALHANDO
 CENTRO CONTRA A AIDS
 GRUPO AFRO BRASILEIRO EM BERLIM - ALAFIA
 GRUPO DE LESBIANAS TRIÂNGULO NEGRO
 VIA TV MULHER
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
 FEDERAÇÃO NACIONAL DE TRADIÇÃO AFRO BRASILEIRA
 GRUPO DE MOVIMENTO POPULAR
 AGRUPACIÓN NACIONAL POLÍTICA FEMINISTA
 SECRETARIA DE GAYS E LÉSBICAS DO PT
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO COISA DE MULHER

Fonte: Relatório do V encontro de lésbicas feministas da America Latina e do Caribe fornecido pelo COLERJ e CEDOICOM

3.18 Outras organizações lésbicas existentes na década de 1990 no Brasil

Segundo a Revista Um Outro Olhar, nº 28, 1998, p.4. e a entrevistada Marisa Fernandes, os grupos existentes no Brasil na década de 1990 (Figura 39) foram (informação verbal) :

Figura 39 – Organizações década 1990

1990 – Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar/SP
1990 – Coletivo de Feministas Lésbicas/SP
1991 - Grupo Deusa Terra/SP
1993 - Grupo Afins/Santos/SP
1993 - Grupo Lésbico da Bahia/BA
1994 - Estação Mulher/SP
Grupo Lésbico da Bahia/BA
1993 - Movimento D´ellas/RJ
Associação Lésbica de Minas – ALÉM/MG
1998 - Stillus – pela livre orientação sexual feminina/PR (Curitiba)

3.19 Boletins e periódicos publicados no Brasil (1980-1990-2000)

Tivemos acesso aos boletins Chanacomchana, boletins Um Outro Olhar, revistas Um Outro Olhar e quatro edições do boletim Visibilidade. Outros periódicos e boletins foram produzidos e publicados no Brasil (Figura 40), de acordo com o site Um Outro Olhar, 2014, são:

Figura 40 - Periódicos e Boletins publicados no Brasil

Periódicos e Boletins publicados no Brasil
•Jornal Chanacomchana – Publicado em única edição em 1981, pelo Grupo Lésbico Feminista/SP
• Boletim Chanacomchana – Publicado de 1982 a 1987 pelo grupo GALF/SP
•Boletim Iamaricumas – Publicado na década de 1980 pelo grupo Iamaricumas/RJ

•Boletim Xereca – Publicado na década de 1980 por Rita Colaço e militantes independentes/RJ
•Boletim Um Outro Olhar – Publicado de 1987 a 1995 pelo GALF e posteriormente pela Rede de Informação Um Outro Olhar/SP
•Boletim Amazonas – Publicado na década de 1990 pelo Grupo Libertário Homossexual/BA
•Boletim Folhetim – Publicado na década de 1990 pelo grupo Della's/RJ
•Boletim Gem – Publicado na década de 1990 pelo grupo Estação Mulher
•Boletim Deusa Terra – Publicado na década de 1990 pelo grupo Deusa Terra
•Revista Femme – Publicada na década de 1990 pelo grupo Afins
•Boletim Ponto G – Publicado na década de 1980 e 1990 pelo Grupo Lésbico da Bahia
•Boletim Lesbertária – Publicado na década de 1990 por lésbicas feministas de São Paulo
•Boletim Visibilidade – Publicado na década de 1990 pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro
•Boletim Ousar Viver – Publicado na década de 1995 até 2002 pela Rede de Informação Um Outro Olhar/SP
•Revista Um Outro Olhar – Publicada no período de 1995 a 2002 pela Rede de Informação Um Outro Olhar/SP

3.20 Dos Encontros de Grupos de Homossexuais (EGHO)'s ocorridos desde então...

Utilizamos a sistematização sucinta dos EGHO's desde 1980 até 1997, produzida por Regina Facchini (2005) para a verificação de pontos importantes nos encontros nacionais para as lésbicas, em particular.

Alice de Oliveira compartilhou que os encontros ficaram por anos acontecendo de forma muito fechada, sem ampla divulgação e sem presença significativa das ativistas lésbicas. As lésbicas então voltam a participar no VII EBHO, em Cajamar, SP (informação verbal).

Destacamos que no VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (EBLHO), em 1993, uma velha discussão acerca do machismo foi retomada. Naquele ano, a comissão organizadora do VII Encontro propôs a inclusão da palavra “lésbica” no nome do encontro, como forma de dar visibilidade às lésbicas, seguindo uma tendência internacional quanto à questão. E tal proposta foi alvo de inúmeros debates (FACCHINI, 2005, p. 123) e houve resistência de alguns grupos que viam na mudança de nome uma ameaça à unidade do movimento. A Rede Um Outro Olhar, sobre o ocorrido, destacou que:

A inserção da palavra, proposta por nós da Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, com apoio do grupo Deusa Terra, de ativistas lésbicas independentes, e dos grupos mistos Etcetera e Tal e Grupo de Homossexuais do Partido dos Trabalhadores, esbarrou na oposição irada do machismo gayverde-amarelo. Foi necessário realizar uma consulta nacional junto aos grupos gays e mistos, colher cartas de apoio do Movimento Feminista bem como de grupos e ativistas lésbicas do Brasil e do exterior para conseguir conquistar um direito que, em outros países, é coisa de um passado arcaico. [...] Assim sendo, sobraram ataques de baixo nível à comissão organizadora e, em especial, à Rede, embora nem tudo tenham sido pedras. Não faltaram também, por exemplo, momentos hilários como quando Luiz Mott, do Grupo Gay da Bahia, cismou que tínhamos que declarar se éramos lésbicas ou homossexuais ou como quando o representante do Triângulo Rosa, João Antônio Mascarenhas, do Rio, nos acusou de querer formar um Movimento Lésbico. (O preconceito, quando não mata, chega a ser cômico). (Um Outro Olhar, n. 21. São Paulo, verão/outono. 1994, p. 16)

No mesmo boletim, a Rede de Informação Um Outro Olhar, aduz que a simples atitude de inserção da palavra lésbica não mudaria o machismo arraigado no movimento, embora tenha sido dado o primeiro passo:

a simples inserção da palavra lésbica no nome do encontro não vai mudar o machismo arraigado e obtuso existente no movimento. Nem mesmo a decisão de implementar-se a discussão de gênero vai transformar a atual situação da noite para o dia, principalmente porque, se homens e mulheres homossexuais que não percebem as diferenças de gênero discutem apenas entre si, o debate tende a acabar em pizza. Será preciso muita paciência e uma boa estratégia de veiculação de informações sobre o tema para efetivar uma real mudança. De qualquer forma, o primeiro passo foi dado. (Um Outro Olhar, n. 21. São Paulo, verão/outono. 1994, p. 19)

Destacamos que, posteriormente, no VIII Encontro Brasileiro de Gays Lésbicas, VIII EBGL⁴⁶, em 1995, em Curitiba/PR, o termo “travestis” também foi

⁴⁶ O encontro passa a ser denominado de Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, posteriormente, Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis e Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

reivindicado no título do evento, o que foi aprovado. Ainda, neste encontro em 1995, foi criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, a ABGLT, em Assembleia Geral.

Sobre a mudança das siglas representativas do movimento ou do nome dos encontros, Facchini argumenta que sua aprovação não significa que a partir de então haverá uma relação simétrica, num universo interno de intensas disputas de poder dentro do próprio movimento LGBT.

Para uma parcela dos atores presentes no campo do movimento, vem se fortalecendo a ideia de que chegamos a um limite: não basta acrescentar letras às siglas ou trocar a ordem das letras – transformar o nome do movimento não dirime magicamente as assimetrias de gênero e não alça lésbicas, travestis, transexuais ou bissexuais à condição de “iguais”. Afinal, dentro do universo das letrinhas residem disputas internas de poder e hierarquizações que, muitas vezes, destoam dos objetivos de promoção da igualdade dentro e fora do movimento (FACCHINI, 2009, p. 74-5).

Sobre a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, a ABGLT, destacamos que não houve uma hegemonia, destacando-se, por exemplo, o posicionamento contrário do Coletivo de Feministas Lésbicas de São Paulo (CFL) quanto a fundação e filiação no VIII EBGL, naquele momento (FACCHINI, 2005).

Sobre a questão, também é importante considerarmos que há muitas outras tensões existentes posteriormente a criação das redes de articulação, como é o caso da ABGLT. Sendo um espaço de articulação política que tem interferências de partidos e linhas ideológicas diversas, claramente é também um espaço de disputa política que contribui para a fragmentação do movimento de lésbicas, que perde muito de sua coesão por conta dessas tensões, como pontua Alice de Oliveira (informação verbal).

Esta disputa interna por poder, espaço e visibilidade foi também o que impulsionou algumas lésbicas brasileiras a se desvincularem dos movimentos maiores chamados LGBT's, em determinados momentos. E, como a história demonstra, a disputa acompanhou as lésbicas nos conflitos internos dentro dos grupos e na articulação com o movimento de lésbicas em âmbito regional e nacional.

3.21 1996- 2001: Do I ao IV Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE)

3.21.1 Um evento nacional feito por lésbicas e para lésbicas

Mesmo que estivessem organizadas em alguns grupos regionais e específicos, as lésbicas se reuniam em âmbito nacional nos eventos chamados de Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT), que em 1995 estava em sua oitava edição e ocorreu em Curitiba, PR.

Neusa das Dores Pereira, do Rio de Janeiro, que foi uma das idealizadoras do SENALE, em entrevista concedida para o Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo Sexual - DIVAS⁴⁷, relatou que tudo começou com uma insatisfação de Adália Selket com a falta de espaço dado para as lésbicas no VIII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT), no ano de 1995 (MESQUITA, 2008, p.15).

Assim, Neusa das Dores contou que várias lésbicas se reuniram com Adália Selket no Rio de Janeiro para conversar sobre o assunto, em um “grupo informal de bate-papo entre lésbicas, não começou visando nada (...) nem nome tinha” (MESQUITA, 2008, p.15).

A permanência de lésbicas que continuava invisível nos grupos mistos e também nos encontros nacionais foi, aos poucos, apontando para a necessidade de realizar uma reunião de lésbicas em âmbito nacional. As lésbicas colaboravam dentro dos grupos mistos, mas foram percebendo que as lésbicas não eram consideradas, dentro de tais grupos, em suas especificidades, que não havia espaço para os trabalhos específicos com lésbicas (informação verbal).

O espaço do I SENALE, portanto, foi pensado como um espaço de formação e de fortalecimento das lésbicas, principalmente na questão da saúde e visibilidade para o fortalecimento de grupos locais e regionais, que possibilitaria a cobrança de políticas públicas dos governos, por isso, o nome escolhido foi “seminário” (informação verbal).

⁴⁷ que realizou pesquisa para elaboração de publicação com resgate histórico dos SENALE´s, com a elaboração documento publicado no ano de 2008, sob coordenação de Marylucia Mesquita com apoio do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde ao projeto.

Com a conclusão de que era necessário um espaço em que as lésbicas não permanecessem invisíveis, Maria de Lourdes Rodrigues, Lurdinha, de São Paulo, contou também que o SENALE:

surgiu da necessidade de se ter um espaço, no Brasil, onde a questão específica das lésbicas pudesse ser discutida de uma forma mais ampla e democrática, já que nos encontros mistos esse espaço era pequeno e deficiente (MESQUITA, 2008, p.15).

Outra entrevistada, Alice Oliveira, que também foi entrevistada no presente trabalho, reconhece o SENALE como espaço de fortalecimento do movimento de lésbicas:

acho que a realização de todos os SENALE's sempre contribui muito para a organização e para o fortalecimento do movimento de lésbicas no Brasil. Antes de acontecer o I SENALE, não havia nenhum espaço nacional para nos encontrarmos, trocarmos idéias, posições de pensamento. Enfim, nos fortalecermos. Um momento só nosso, de mulheres lésbicas, bissexuais e heteros, feministas ou não, socialistas, anarquistas, não politizadas partidariamente, artistas, teóricas, negras, brancas, índias, enfim, mulheres que amam mulheres. (MESQUITA, 2008, p.1).

O primeiro SENALE, em 1996, foi o primeiro evento de âmbito nacional, organizado e integrado somente por lésbicas. Foi a primeira vez que lésbicas foram as protagonistas de sua própria causa, a nível nacional, e se reuniram para discutir o machismo, dentro e fora do movimento LGBT, a igualdade de direitos, organização política, o combate ao sexismo, a lesbofobia, racismo, ao heterossexismo, saúde e todas as violências. O I SENALE também trouxe a atenção aos meios de comunicação, que divulgaram o evento para o Estado e a sociedade. (MESQUITA, 2008, p.15).

Podemos destacar então o início dos SENALE's como um marco histórico da consolidação da politização e organização do movimento de lésbicas no Brasil, bem como espaço de empoderamento das lésbicas e fortalecimento dos grupos espalhados pelo Brasil, através da construção de um espaço autônomo construído por lésbicas e para lésbicas (Ibidem, p.15).

3.21.2 1996 - I SENALE- Rio de Janeiro/RJ - 29 de agosto e 01 de setembro de 1996: Saúde, Visibilidade e Organização

O I SENALE ocorreu no período de 29 de agosto e 01 de setembro de 1996, na cidade do Rio de Janeiro. Teve como tema “Saúde, Visibilidade e Organização” (MESQUITA, 2008, p.15). Na cerimônia de abertura, conforme a ata de abertura registrada no livro do COLERJ, 101 lésbicas assinaram marcando sua presença⁴⁸.

Neusa ainda salientou que algumas pessoas parceiras, como homens *gays*, por exemplo, estavam na abertura do seminário e nos demais dias algumas mulheres do Rio de Janeiro participavam de algumas atividades apenas. Neusa reconhece que talvez não tenha havido 100 lésbicas durante o encontro inteiro, mas que a intenção não foi reunir um grande número de lésbicas, mas sim promover um encontro para mapear as lideranças e pessoas interessadas que apareceriam no encontro (informação verbal).

A organização deste evento ficou sob responsabilidade do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro – COLERJ e pelo Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher (RJ), sendo as principais articuladoras de todo o processo Neusa das Dores Pereira e Elizabeth Calvet (já falecida). Os relatos sobre as dificuldades da construção do I SENALE foram no sentido de falta de infraestrutura, por falta de sede própria, telefone, fax, etc. Assim, como Neusa relata, os recursos vieram de algumas organizações, pequenos apoios, mas principalmente da Secretaria Estadual da Saúde do Rio de Janeiro, do programa de Programa de DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde (informação verbal).

As presentes no encontro eram dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Pará, bem como da cidade de Brasília, além de outras duas participantes estrangeiras que se juntaram ao encontro do I SENALE (informação verbal).

Neusa das Dores Pereira conta que o primeiro seminário foi pensado neste formato justamente para ser um espaço de formação e fortalecimento das lésbicas em relação a si, sua saúde e visibilidade, promovendo as estratégias de

⁴⁸ Segundo a ata de abertura do I SENALE no livro de atas do COLERJ.

organização. Não havia a ideia de ser um encontro autogestionado ou um grande encontro, pela falta de um grande financiamento. O COLERJ contou com total apoio dos setores de saúde no Rio de Janeiro para o financiamento da ida das lésbicas para o encontro, com passagens e gastos com hospedagem e alimentação. O material gráfico todo do evento foi feito pela Prefeitura do Rio de Janeiro/RJ (Figura 41). Salientou ainda a ativista que nesse encontro compareceram mulheres não assumidas como lésbicas publicamente e mulheres que eram casadas com homens, mães de família. Por tal motivo, elas se recusaram colocar seus nomes e dados nas listas de presença, bem como a tirar fotos com as demais nas atividades (informação verbal).

O I SENALE teve cobertura de emissoras de televisão, rádio e alguns jornais: TV Bandeirantes, SBT, TV Globo, CBN, Rádio Guanabara, Jornal O Globo, Jornal do Brasil e alternativos. Durante o evento algumas mesas discutiram temas como políticas públicas para lésbicas e cidadania e o histórico do movimento de lésbicas.

Também foram temas a prevenção das DST's, HIV/AIDS e demais doenças como o câncer de colo de útero. Outros temas foram lésbicas e maternidade e histórico do movimento de lésbicas em mesas, palestras e oficinas. Relata-se que a sociedade brasileira, principalmente a carioca, sofreu um impacto significativo, com a análise da reação da mídia e que o evento mobilizou vários debates sobre o tema, com a promoção de um momento importante de visibilidade para o movimento de lésbicas brasileiro. Esse seminário, realizado em 29 de agosto de 1996 foi para muitas ativistas uma marca para a história da organização das lésbicas no Brasil com a conquista de um espaço de discussão voltado exclusivamente para as lésbicas em âmbito nacional (MESQUITA, 2008).

Segundo documentos que resgatam a memória dos SENALSES, naquele I SENALE foi instituído o dia 29 de agosto como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Desde então, a cada ano, nesta data simbólica, lésbicas vão às ruas com as suas bandeiras para exigir respeito à sua cidadania, políticas públicas específicas e absoluto respeito à sua forma de amar (MESQUITA, 2008).

Sobre o dia 29 de agosto, nos contou Neusa das Dores Pereira que foi votado em plenária do Seminário e tomado como referência de um dia alegre para o movimento de lésbicas no Brasil, um momento histórico de um espaço de lésbicas, não um dia marcado por dor, sofrimento e morte, fatos que permeiam a história Do movimento (informação verbal).

Ainda sobre o 29 de agosto e sua escolha como dia da visibilidade lésbica em âmbito nacional, Marisa Fernandes contou-nos que

Eu estive presente no I SENALE, no Rio de Janeiro em 1996, do qual efetivamente participaram 100 lésbicas e mulheres bissexuais. (...) A Comissão Organizadora do SENALE/RJ, notadamente o COLERJ, Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (um grupo basicamente constituído por lésbicas negras) solicitou para a imprensa que não divulgasse o nome do Hotel onde ocorreria o Encontro. Acreditávamos que se houvesse alguma manifestação contrária à realização do SENALE, esta ocorreria na noite da abertura do evento. Na discussão sobre a definição do dia surgiram dois argumentos. O primeiro que deveria ser o dia 1º de setembro que é um dia e mês mais bonito, o outro é de que deveria ser o dia 29 de agosto, data quando efetivamente abrimos o I SENALE. Considerando que alguma coisa poderia ter dado errado em termos de ocorrência de violência e, felizmente fomos respeitadas, tanto pela imprensa, pela população em geral, pelos funcionários do Hotel e por todas as pessoas presentes naquela abertura. Na votação esse segundo argumento saiu vitorioso e a partir daquele ano a data passa a ser celebrada em diferentes pontos do Brasil. O I SENALE e o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica são consequências da resistência e da rebeldia lésbica por nossa visibilidade. O I SENALE foi o primeiro evento, de âmbito nacional, organizado e integrado somente por lésbicas e mulheres bissexuais. Antes, as lésbicas do Brasil se reuniam conjuntamente em Encontros Brasileiros com gays, travestis e transexuais. Desta forma, permanecíamos invisíveis em todos os espaços do evento. A invisibilidade da nossa presença e participação em espaços de lutas, incluindo dentro do movimento homossexual brasileiro, era danoso, prejudicava nossa política, porque ficávamos sempre em desvantagem. Aquela foi a primeira vez que as lésbicas foram as protagonistas de sua própria causa e se reuniram para discutir o machismo, dentro e fora do movimento LGBT, a igualdade de direitos, organização política, combate ao sexismo, a lesbifobia, ao racismo, ao heterossexismo, nossa saúde e as violências e discriminações sofridas e o desenvolvimento do movimento de lésbicas no Brasil (informação verbal).

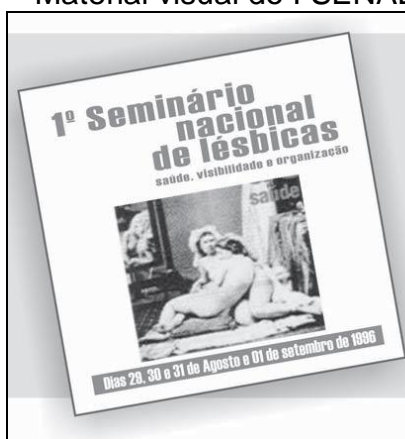
A tendência do I SENALE ao eleger um dia do ano como dia da visibilidade lésbica corrobora com a afirmação de que “a identidade lésbica hoje, tal como é apresentada pelo segmento majoritário do movimento, guarda forte relação com a ideologia da ‘visibilidade’” (ALMEIDA e HEILBORN, 2008, p. 230).

As propostas aprovadas na plenária final do I SENALE foram: ante a existência de poucos dados acerca da relação mulher x AIDS, no Brasil, principalmente quanto à particularidade da mulher lésbica, a plenária de forma unânime aprovou que fosse encaminhada ao Ministério da Saúde e às Secretarias Estaduais e Municipais as seguintes propostas:

- Desenvolvimento de campanhas de massa para prevenção de DST's/AIDS entre mulheres;
- Implementação de pesquisas sobre HIV voltadas para lésbicas;
- Investimento na produção ou importação de preservativos femininos;

- Abertura de financiamento, de forma menos burocrática, para grupos e organizações de mulheres que desenvolvam trabalhos sobre DST's/AIDS;
- Elaboração de material informativo relatando o verdadeiro quadro de contaminação de HIV entre mulheres;
- Recomendação às instituições de ensino na área de saúde (médicas e paramédicas), principalmente, as de especialização em Ginecologia, sobre a devida atenção e sensibilidade no atendimento e/ou tratamento às lésbicas;
- Criação e veiculação de campanhas de prevenção de DST's/AIDS específicas para adolescentes cooptadas pela prostituição.

Figura 41 - Material visual do I SENALE – 1996



Fonte: Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE): Um Breve Resgate Histórico.

Ainda, fazendo referência ao relatório do I SENALE, Mesquita conta que a plenária aprovou a oficialização da data de 29 de agosto como o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica e ficou decidido que o II SENALE seria realizado em Salvador/Bahia e organizado pelo GLB – Grupo Lésbico da Bahia - no prazo de um ano, sendo que poderia ser prorrogada a data, em no máximo, seis meses.

Ainda, foi aprovado que sobre o ponto principal de discussão II SENALE, deveria ser a criação de uma Rede de Informação Lésbica 29 de agosto, para que houvesse um canal de comunicação direta, com capilaridade, em âmbito nacional (MESQUITA, 2008; informação verbal).

Outro ponto aprovado foi que as ONG's e grupos presentes se organizassem para o lançamento de uma campanha sobre não discriminação à orientação sexual,

a nível regional, estadual e federal, com o objetivo da construção de uma sociedade não preconceituosa. Sobre o movimento feminista, que fosse cobrado o seu real envolvimento e engajamento nas questões específicas das lésbicas (MESQUITA, 2008).

Ainda, foram feitas algumas recomendações às participantes, quais sejam: que as lésbicas votassem em candidatos/as sensíveis às suas questões; que as lésbicas abrissem discussões sobre o machismo existente nos grupos *gays*; que as lésbicas discutissem mais sobre racismo; que os seminários tivessem continuidade com a periodicidade de um ano e participação de um número maior de lésbicas; que ficasse explicitada a adesão das lésbicas à luta junto às travestis contra os ataques machistas a que estão sujeitas e o entendimento de que necessitam de acomodações próprias em enfermarias, banheiros, etc. (MESQUITA, 2008).

Para o II Seminário, recomendou-se um maior rigor no cumprimento dos horários; o uso de um telão para vídeos; maior divulgação; realização de oficinas que privilegiassem a história de cada uma para a construção da identidade. Por outro lado, o COLERJ se comprometeu a organizar o histórico do I SENALE, bem como a criar um vídeo sobre visibilidade lésbica e criar um boletim mensal informativo⁴⁹, bem como uma coletânea de poesias deveria ter o nome “Marias de Mim” (Figura 42).

3.21.3 1997- II SENALE - Salvador/BA, 26 a 28 de setembro de 1997 - Saúde e Cidadania

O II SENALE ocorreu no período de 26 a 28 de setembro de 1997, na cidade de Salvador, BA. Teve como tema Saúde e Cidadania e contou com a participação de aproximadamente 75 lésbicas e heterossexuais, já que “não havia bissexuais assumidas na época”, segundo Zora Yonara, integrante comissão organizadora do II SENALE (Figuras 43 e 44). (MESQUITA, 2008).

⁴⁹ O boletim concretizou-se com o nome de “Visibilidade” e foi descrito conjuntamente com a descrição do grupo COLERJ neste trabalho.

Figura 42 - Notícia sobre o I SENALE da Revista Um Outro Olhar



ENCONTROS

aconteceu



I Seminário Nacional de Lésbicas: Saúde, Visibilidade e Organização

travestis (como acontece em Santos). Segundo Yone Lindgren, também "foi constatado que, em nenhum momento, as feministas reconhecem o espaço das lésbicas, inclusive a ausência das mesmas no Seminário foi total. Convidadas, responderam que não teriam condições de comparecer (isso não só no Rio de Janeiro)." Ainda segundo Yone, "em plenária, foi questionada a ausência da Rede UOO no Seminário, já que grande parte do movimento em Sampa está relacionada a mesma (ver nota da redação)."

Por fim, para Yone, "A principal conclusão foi a de que devemos usar como dinâmica organizacional a emoção, para conscientizar as mulheres, e trabalhar a auto-estima das mesmas e de que há necessidade de formarmos uma rede nacional por lésbicas e para lésbicas."

O próximo seminário ficou a cargo do Grupo Lésbico da Bahia (GLB) da cidade de Salvador. Maiores informações sobre o I Seminário, com Yone Lindgren, Caixa Postal 44019, RJ, cep 22062-970, e o II, com Jane ou Zora do GLB, Caixa Postal 6430, Salvador, BA, cep 40060-970.

Fonte: Artigo de Yone Lindgren enviado à Rede Um Outro Olhar.

N.R. A Rede de Informação Um Outro Olhar não compareceu ao seminário estritamente em função de um acúmulo de atividades relacionadas a seus projetos de prevenção à AIDS ocorrido na mesma época deste evento.

Protesto em Encontro da Academia Americana de Pediatria

Em Boston, nos EUA, em outubro (1996), um grupo de vinte e seis ativistas intersexuais, fizeram, pela primeira vez, na história moderna, uma demonstração pública, durante o encontro anual da Academia Americana de Pediatria, contra o apoio dado por esta à mutilação genital de hermafroditas. Segundo os ativistas, membros das organizações Hermafroditas com Atitude e A Ameaça Transexual, os médicos operam as crianças intersexuais apenas por razões cosméticas e não funcionais. Segundo os ativistas, a medicina é obcecada em policiar, regular e suprimir as diferenças, e a remoção dos genitais de crianças intersexuais leva à insensibilidade e à incapacidade de sentir prazer. Cheryl Chase, chase@isna.org, (707)775-3121; Riki Wilchins, (212)645-1753, gpac@gpac.org. Fonte: InYourFace.

UM OUTRO OLHAR 5

Fonte: Revista Um Outro Olhar, nº 25, dez 96/ abril/97, p. 5

A organização deste evento ficou sob responsabilidade do Grupo Lésbico da Bahia (GLB), que enfrentou como desafio contar inicialmente com apenas duas lésbicas participando da organização do evento, uma vez que não houve apoio das demais lésbicas e mulheres feministas para a organização. Após, conseguiram a colaboração de mais pessoas, contando, ao final, com um total de 07 pessoas envolvidas na organização, antes e durante o evento. Outros desafios foram a captação de recursos e a escolha dos nomes que seriam contemplados com bolsa para a participação do Seminário, sendo que tal escolha se deu através de trabalhos enviados que seriam apresentados no seminário.

Descreveram também as organizadoras Zora Yonara e Jane Pantel, que outra dificuldade foi "o hotel escolhido não ter aceitado fechar contrato com a comissão organizadora" o que foi interpretado como uma lesbofobia institucionalizada (MESQUITA, 2008, p. 20).

O II SENALE teve pouca cobertura midiática, saiu no jornal e televisão locais e alguns jornais homossexuais. Mas, segundo Jane, a divulgação do evento na imprensa cumpriu um papel relevante na expressão pública do movimento local de lésbicas, tendo aumentado a procura pelo movimento após a realização do evento e publicação das notícias (Ibidem, 2008).

A Revista Um Outro Olhar em matéria sobre o evento, teceu algumas críticas, mas também apontou pontos relevantes para o avanço do movimento. No número 27 da revista Um Outro Olhar, ano 12 (Janeiro/Abril de 1998), comentou-se que

Há ainda de se ressaltar ainda a assiduidade das mulheres às oficinas e grupos de discussão, mostrando existir um real interesse, de um número maior de lésbicas, no sentido, não só de “caçar” mulheres, mas também de estar discutindo nossas questões políticas (Revista Um Outro Olhar, ano 12, 2008, p. 16)

O II SENALE, segundo uma de suas organizadoras, Zora, “foi o fortalecimento do movimento nacionalmente” com a ideia da criação de uma Rede nacional denominada de 29 de agosto, “e também a visibilidade que se estabelecia no sentido de se tornar o movimento cada vez mais organizado, politicamente e socialmente” (MESQUITA, 2008, p.22).

Figura 43 - Anúncio do II SENALE na Revista Um Outro Olhar

II Seminário de lésbicas na Bahia

Já estão abertas as inscrições para o II Seminário Nacional de Lésbicas a ser realizado em Salvador, na Bahia, dos dias 25 a 28 de setembro deste ano. O primeiro prazo para entrega das fichas de inscrição foi 30 de julho, mas provavelmente haverá outra convocação. Maiores informações:

Grupo Lésbico da Bahia (GLB)
Caixa Postal 6439, Salvador, Bahia,
cep 40060-970.
Fones: (071) 384.6080/243.4902/322.2552,
com Jane ou Zora.
E-mail: janepantel@e-net.com.br.

UM OUTRO OLHAR **5**

Também, o II SENALE trouxe como impacto a formação de um novo grupo em Salvador, o Grupo Palavra de Mulher, tendo colaborado para uma melhor organização e empoderamento das lésbicas e a articulação com outros movimentos locais, tornando as lésbicas mais visíveis, principalmente com a pretensão de um resgate do movimento no nordeste (MESQUITA, 2008, p. 22).

Figura 44 - Material visual do II SENALE - 1997



Fonte: Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE): Um Breve Resgate Histórico. Marylucia Mesquita. [organização]. Recife: DIVAS, 2008. p.22.

3.21.4 1998- III SENALE - Betim/MG, 25 a 27 de setembro de 1998 - Saúde e Visibilidade

O III SENALE ocorreu no período de 25 a 27 de setembro de 1998, na cidade de Betim/MG. Teve como tema Saúde e Visibilidade e contou com a participação de aproximadamente 70 participantes heterossexuais e bissexuais, com a grande maioria assumindo a identidade lésbica, segundo Soraya Andréa, de Belo Horizonte, integrante da comissão organizadora do III SENALE (MESQUITA, 2008).

A organização deste evento ficou sob responsabilidade do Grupo de Lésbicas e Simpatizantes/MG, que posteriormente tornou-se a Associação de Lésbicas de Minas - ALEM (MESQUITA, 2008).

Sobre as participantes, eram originalmente dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Para Soraya, o III SENALE “foi construído com algumas lésbicas que estavam se organizando no Grupo de Lésbicas e Simpatizantes de Minas Gerais” Contou também que “uma militante, Luciana Gonçalves (já falecida) do interior de Minas, que teve um papel fundamental para a construção daquele III SENALE” (MESQUITA, 2008).

Neste III SENALE o local para a realização do evento também foi um problema, mais uma vez por causa da lesbofobia. Soraya Andréa contou que:

alugamos um sítio, em Betim, para a realização do SENALE. Quando foi divulgado na imprensa a realização do SENALE e o local, o dono do sítio quis recuar dizendo que não poderia alugá-lo (detectamos de imediato o preconceito), acionamos o [setor] jurídico do SINDEESS (Sindicato que eu era presidente) e denunciemos o dono do sítio que recuou em sua decisão, mesmo porque fizemos um contrato que nos garantia um valor alto em caso de desistências das partes (MESQUITA, 2008).

Sobre os recursos, inclusive humanos, vieram da Secretaria de Mulheres do PSTU e de alguns sindicatos que ajudaram com transportes, alimentação e inclusive com segurança. Também contam que tiveram apoio de mulheres heterossexuais que cozinham no evento, pois não havia condições de pagar cozinheiras. Como não havia sede própria do grupo, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Saúde de Belo Horizonte e região - SINDEESS disponibilizou uma sala com computador, telefone, internet. Soraya também contou que um grande desafio

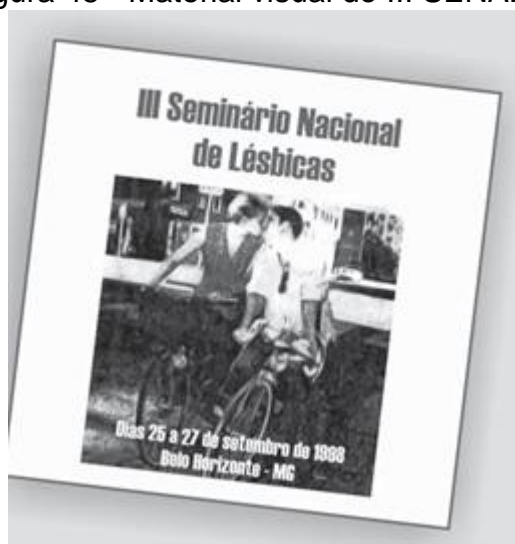
foi o nosso desconhecimento em relação à captação de recursos que inviabilizou a realização de várias ações desejadas (...) cada mulher que estava envolvida no processo contribuiu com R\$200,00 para que pudéssemos encaminhar cartas, confecção de material.

Soraya também apontou que as principais conquistas do III SENALE foram a consolidação da Associação Lésbica de Minas (ALEM) como grupo de lésbicas e a formação da Rede de Informação 29 de agosto. Ela entende que o impacto do III SENALE para a organização lésbica ALEM foi muito positivo, uma vez que no mesmo ano foi organizada a I Parada do Orgulho GLBT de Minas Gerais que contou com apenas 50 pessoas, mas que a parada é a única do Brasil fundada e organizada por lésbicas em sua origem (MESQUITA, 2008).

Ela salientou, ainda, que o III SENALE teve um grande apoio da mídia. Neste III SENALE houve, como inovação, a produção de um caderno de textos e a

produção de um regimento interno do seminário. O caderno de textos incluía a programação e cinco artigos. O primeiro artigo, sobre a história do Grupo de Lésbicas e Simpatizantes/MG. O segundo, com o título “Pelo direito de ser...”, assinado por Timy Fuyundi. O terceiro artigo intitulado “Para começo de conversa”, assinado por Sulen. O quarto texto “Ser lésbica nas Gerais”, assinado por Mary, e o quinto artigo intitulado “Um papo diferente”, assinado por Lúcia. A iniciativa foi considerada muito importante uma vez que constituiu uma forma de também contribuir para visibilizar o movimento e suas reivindicações, além de constituir um instrumento de registro e memória (MESQUITA, 2008). (Figuras 45 a 47).

Figura 45 - Material visual do III SENALE - 1998



Fonte: Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE): Um Breve Resgate Histórico. Marylucia Mesquita. [organização]. Recife: DIVAS, 2008. p 25.

Sobre o encontro, Yone Lindgren comentou, em matéria da Revista Um Outro Olhar, sobre o evento:

Apesar de haver me encontrado com gente que acrescenta, com quem troquei boas ideias, o despreparo da comissão organizadora tornou o III SENALE cansativo. E não foi por falta de propor ajuda. Desconheço o motivo, mas das n cartas que enviei, ao grupo GLS/MG, nenhuma obteve resposta. Pareceu-me que não foi assimilada a proposta inicial do evento de manter a visibilidade, a pauta, os horários e o mínimo de conforto às participantes. Da mesa “violência”, ficou a certeza de que, no próximo SENALE, teremos que esmiuçar o tema, em especial no referente à pior forma de violência, que é o “ti-ti-ti”, a fofoca entre as ativistas/militantes, a crítica intensa ao trabalho de quem, pelo menos, faz e mostra. Há quem ardile, o que não preocupa a quem tem consciência que faz (Revista Um Outro Olhar, nº 29, dez98/março 99, p. 12).

Ainda, em relação ao III SENALE, tanto Neusa das Dores quanto Alice Oliveira colocaram a questão da resistência da comissão organizadora em pedir financiamento público como um obstáculo para o aperfeiçoamento do encontro. Neusa, apesar de considerar que o encontro realizado foi o “possível” com os recursos que tinham as organizadoras, considerou, assim como Alice, que o encontro teve muitas limitações por causa da falta de financiamento público (informação verbal).

Figura 46 - Foto da mesa no III SENALE



Fonte: Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE): Um Breve Resgate Histórico. Marylucia Mesquita. [organização]. Recife: DIVAS, 2008. p 25.

Figura 47 - Foto das participantes do III SENALE



Fonte: Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE): Um Breve Resgate Histórico. Marylucia Mesquita. [organização]. Recife: DIVAS, 2008. p 25.

3.21.5 2001- IV SENALE - Aquiráz/CE, 29 de agosto a 01 de setembro de 2001- Cidadania, Visibilidade, Saúde e Organização

O IV SENALE ocorreu no período de 29 de agosto a 01 de setembro de 2001, Porto das Dunas, no município de Aquiráz - CE. Teve como tema Cidadania, Visibilidade, Saúde e Organização e contou com a participação de 110 participantes lésbicas, “feministas heteros, de bissexuais, muitas jovens e foi a partir daí que elas começaram a se organizar e cobrarem mesas sobre essas temáticas” segundo Alice Oliveira (CE), uma das integrantes da Comissão Organizadora do IV SENALE em entrevista concedida à MaryLucia Mesquita (Figuras 48 e 49) (MESQUITA, 2008, p.26).

No IV SENALE, participaram pessoas de vários estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Teresina, Tocantins e Mato Grosso. (MESQUITA, 2008, p. 26).

Ainda, na mesma entrevista, Alice Oliveira destacou que:

No Ceará não existia nenhuma organização de lésbicas e o único grupo na época era o GRAB⁵⁰, que também não tinha lésbicas. Como alternativa para a captação de recursos e organização do SENALE foi montada uma Comissão Organizadora. A 1ª Comissão foi registrada em ata e também no cartório (Alice Oliveira, Yandra Oliveira, Fátima Marcelino de Azevedo (hetero), Maria Cláudia Meireles Toledo, Nelci de Oliveira (hetero), Claudia Maria Oliveira Sampaio, Enizangela Somer). É importante lembrar que para montar essa comissão, foram realizados vários convites para muitas lésbicas, que adoravam a idéia e diziam que era muito importante, porém na hora de concretizar o fato, elas não apareciam e com isso, não podíamos caminhar. (MESQUITA, 2008, p.26).

Alice Oliveira contou também que como a primeira comissão organizadora não saiu do papel, foi formada a segunda comissão, que teve o nome de Comissão Organizadora do IV Seminário Nacional de Lésbicas. Essa comissão também não ficou com todas as pessoas trabalhando, porém, para não ter que mudar novamente o estatuto, outras pessoas somente entraram, entre elas, dois rapazes (héteros), que ficaram até o final do evento (informação verbal). Ainda, na entrevista concedida

⁵⁰ GRAB é O Grupo de Resistência Asa Branca, uma Organização Não-Governamental- ONG, advinda de um grupo fundado em 1989, sendo uma das organizações LGBT em funcionamento mais antigas do Brasil, segundo informação que consta no endereço eletrônico http://www.grab.org.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=1&Itemid=12

à MaryLucia Mesquita, Alice Oliveira contou sobre a dificuldade foi quanto ao registro da comissão no cartório:

eles não quiseram registrar por conta do nome [lésbicas]. Então eu contei rapidamente a história do Coletivo de Feministas Lésbicas de São Paulo (...) [e informei] que poderia entrar com um mandado de segurança e pedi para entrarem em contato com o dono do cartório. Assim, eles poderiam avaliar melhor e me responderem. Claro que depois de algum tempo eles voltaram alegres trazendo o estatuto registrado com o nome: Comissão Organizadora do IV Seminário Nacional de Lésbicas – COSENALE/CE (MESQUITA, 2008, p.26).

Sobre o IV SENALE, “o maior desafio foi ter e manter a harmonia. Realizar um evento sem brigas, ofensas ou coisas parecidas, mas tendo espaço para poder colocar ideias e ser respeitada”, segundo Alice Oliveira. (MESQUITA, 2008, p.26).

Figura 48 - Anúncio do encontro na Revista Um Outro Olhar



Fonte: Revista Um Outro Olhar nº 35, maio/julho 2001 p. 6.

Como as principais conquistas/deliberações do IV SENALE, foi destacado por Alice Oliveira em entrevista para MaryLucia Mesquita que:

(...) no evento foi realizada uma pesquisa muito interessante com as participantes e que acabou sendo publicada no site da Coordenação Nacional de DST/AIDS. O resultado acabou embasando a linha de trabalho da Comissão Nacional de Lésbicas, que estava trabalhando em propostas para fortalecer o movimento e os cuidados com a saúde das lésbicas. (...) [Outra conquista foi a] formação de novas lideranças e com isso, novos grupos. Podemos citar o grupo do Piauí [MATIZES]. Eu mesma estive por lá, conversei com o pessoal e naquele momento a ideia era de um grupo

misto, que estava iniciando. Elas conseguiram vir ao SENALE e hoje estão desenvolvendo um belo e forte trabalho (MESQUITA, 2008, p.26).

Também que este foi o primeiro SENALE a ter um site, que foi utilizado para a concentração das informações, o que facilitou a divulgação do evento. Sobre o fortalecimento do movimento local, destacou-se a chegada de muitas pessoas novas e jovens, bem como a criação de um grupo de lésbicas, chamado Liberdade no Amor entre Mulheres do Ceará – LAMCE, após a ocorrência do SENALE no Ceará.

Em relação à cobertura por parte da mídia, Alice Oliveira relata que a imprensa estava totalmente aberta, e que o SENALE foi bastante divulgado. Ela contou que:

também tivemos cartazes, panfletos, realizamos uma festa, falamos nas paradas de São Paulo e Fortaleza sobre o Seminário para divulgar. Na TV, participamos do Programa: 'Na Boca do Povo', dos jornais locais e de um programa da TV Diário. Saiu matéria nos dois jornais 'O POVO' e 'O Diário', e em dois programas de rádio (MESQUITA, 2008, p.28).

Destacou ainda Alice Oliveira que o IV SENALE foi quase completamente financiado pelo Ministério da Saúde. Também, sobre os recursos, a comissão organizadora enviou uma carta para todas as coordenações estaduais para que houvesse um maciço apoio local a possibilitar que as integrantes dos movimentos de todo o Brasil pudessem ir ao encontro. Ainda, sobre o encontro em si, contou Alice que houve uma inovação que foi haver atendimento ginecológico disponível para as mulheres que estavam no evento (informação verbal).

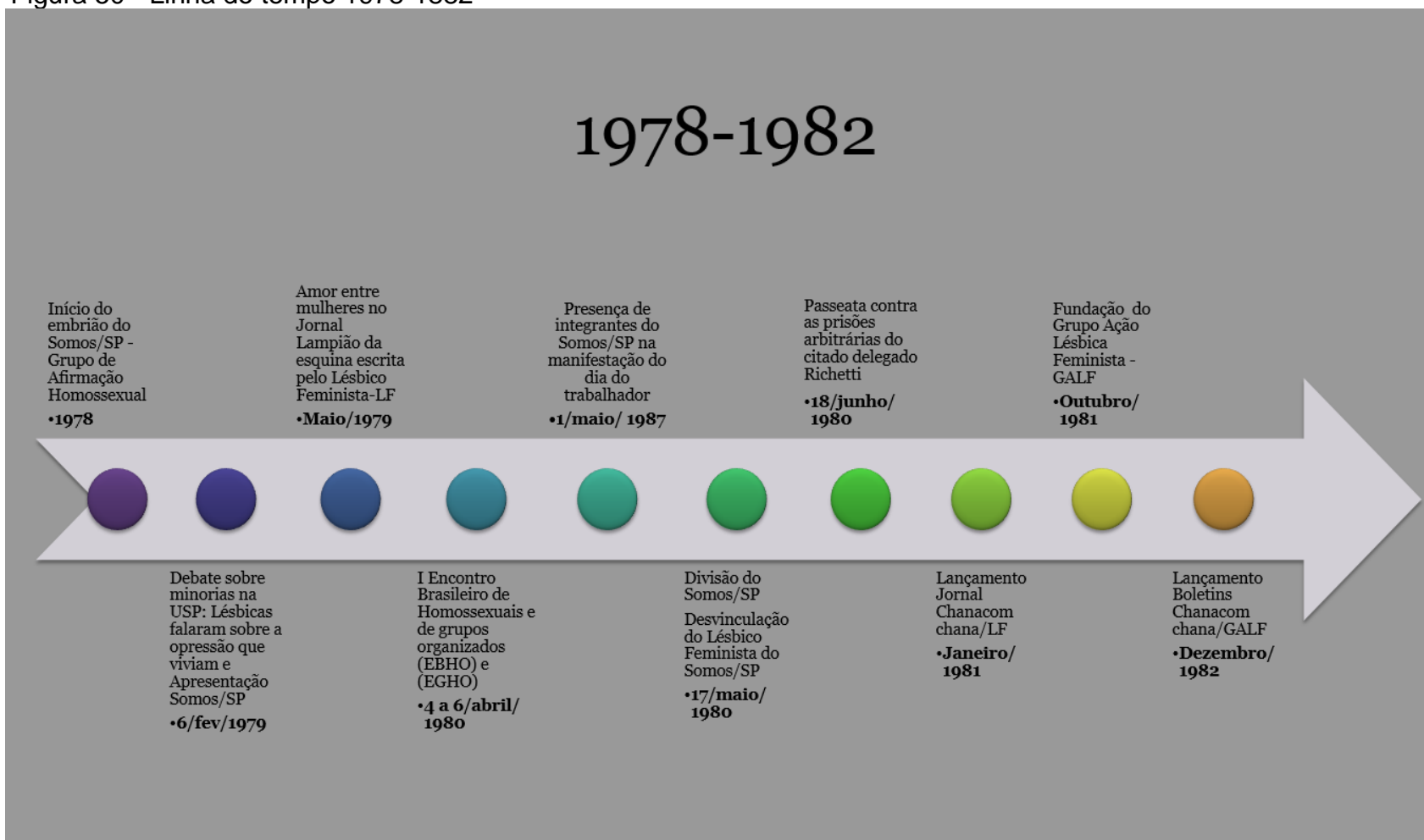
Figura 49 - Material visual do IV SENALE



Fonte: Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE): Um Breve Resgate Histórico. Marylucia Mesquita. [organização]. Recife: DIVAS, 2008. p 28.

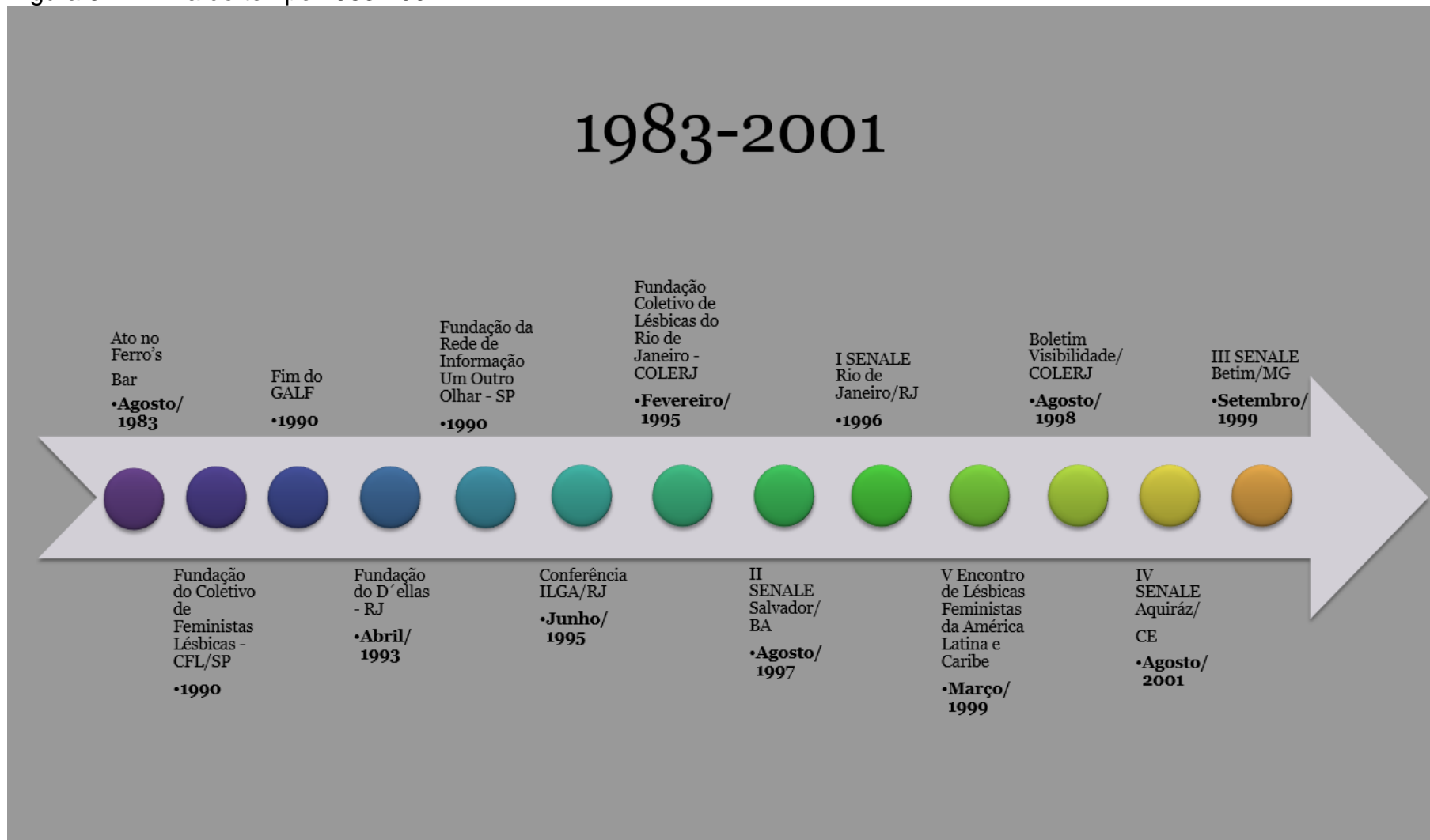
3.22 Linha do tempo do movimento de lésbicas no Brasil: 1979-2001

Figura 50 - Linha do tempo 1978-1982



Fonte: Elaboração da autora

Figura 51 - Linha do tempo 1983-2001



Fonte: Elaboração da autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES SOBRE POSSÍVEIS OBSTÁCULOS PARA OS AVANÇOS DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS NO BRASIL

O objetivo da presente pesquisa foi o de apresentar um breve histórico do movimento de lésbicas no Brasil, entre os anos de 1979 a 2001. Consideramos que tal objetivo foi cumprido e que através dele novas discussões e trabalhos avancem para uma descrição mais completa e detalhada da trajetória do movimento de lésbicas no Brasil. O simples fato de a documentação utilizada neste trabalho não estar acessível e publicada nos indica que há uma tendência ao apagamento histórico do movimento lésbicas no Brasil. Pretendemos contribuir, através da escrita dos dados orais e junção dos documentos espalhados, com a finalidade de resgatar tal história.

Acerca da identidade lésbica e da fundamentação da formação de uma específica classe das “lésbicas”, com grupos organizados e auto referenciados, refletimos, a partir da descrição dos próprios grupos sobre o “ser lésbica” e sobre a os limites de tal definição.

Se pensarmos a definição do ser lésbica não vinculado à prática sexual, mas como um lugar social fora dos espaços da heterossexualidade hegemônica, o movimento de lésbicas pode ser visto como instrumento de crítica às práticas padrões e ao lugar social dado às mulheres em culturas patriarcais e machistas.

Neste íterim, o movimento de lésbicas, assim como o movimento feminista, se organiza com o intuito maior de obter espaço na sociedade civil, na vida política e direitos garantidos.

Nos posicionamos conjuntamente com Miguel Vale de Almeida, no sentido de utilização do que ele chama de “essencialismo estratégico” como uma necessidade de criação de espírito de grupo para reivindicações e para reconhecimento de igualdade na sociedade civil e nunca no sentido de servirem como novos parâmetros para aceitação e não aceitação. Ele enunciou:

as pessoas e os grupos e os movimentos são capazes de viver com uma dose útil de essencialismo estratégico, com uma necessidade identitária e categorial que cria auto-estima e espírito de grupo, bem como com uma dose útil de pensamento de crítica cultural radical que ajude a relativizar o peso do carácter historicamente construído das categorias em que nos encaixamos como pessoas. Somos, mas não somos. Somos em ação e

movimento. Mas não somos - em essência transhistórica e transcultural (ALMEIDA, 2009).

Sobre a trajetória do movimento de lésbicas no Brasil propriamente dita, observamos que na primeira década do movimento havia dentro do SOMOS, na Facção Lésbico Feminista e, posteriormente, no GALF, grande preocupação no combate ao autoritarismo, em especial pela lembrança da ditadura militar recente, bem como a preocupação de não hierarquização de poder entre as pessoas do grupo, libertação dos corpos e mentes, naturalização das expressões da sexualidade e um profundo tom questionador da ordem social como imposta, com caráter e potencial transformador.

Destacamos ainda os impasses ocorridos na convivência conjunta dos *gays* e das lésbicas e os embates do Grupo Lésbico-Feminista com as feministas, nas décadas de 1970 e 1980.

Inegável foi o impacto da epidemia de HIV/AIDS sobre os grupos em geral, com algumas mudanças no enfoque libertário para uma ação e luta mais pragmáticas, na garantia de direitos e tratamento das pessoas soropositivas, por exemplo (TREVISAN, 2002).

Na década de 1990, os grupos de lésbicas, assim como os grupos LGBT's e muitos outros, passam por processos de institucionalização, com o surgimento das ONG's na legislação brasileira. Assim, com atuação bem diversa dos grupos informais de antes, passam a priorizar trabalhos em parceria com o Estado, ou com empresas (COUTINHO, 2005).

Contrariamente ao caráter libertário dos grupos pós ditadura, os novos grupos, agora ONG's, passaram a ter tendências que se marcam em uma defesa da orientação sexual, da tolerância e dos direitos civis, lutas que reforçam as liberdades individuais. Verificou-se que os grupos de lésbicas também vivenciaram por tal processo, sendo que ao longo do tempo passaram a ter um acesso a programas governamentais na área de saúde para a execução de projetos com lésbicas e demais atuações em relação à própria educação voltada para os direitos humanos.

Nesta análise, devemos considerar também que antes do final da primeira metade dos anos 1980, considerando-se os grupos mistos, ocorreu uma grande redução na quantidade de grupos existentes no movimento de lésbicas e *gays*. A epidemia da AIDS, chamada àquela época de peste *gay*, teve um poder de desmobilizar os grupos, bem como de suas propostas de libertação sexual e de

corpos. No período, muitas lideranças acabaram voltando sua luta para a prevenção da AIDS, bem como para o cuidado daquelas pessoas já infectadas (FACCHINI, 2005).

Ainda, sobre a década de 1990, a teoria *queer* também influenciou fortemente a forma de entendimento dos grupos de lésbicas, bem como de todo o movimento LGBT. Temos que, como já dito, se a década de 1980 é marcada fortemente pela questão de gênero e a lesbianidade encarada como instrumento de luta contra o heteropatriarcado e machismo, na década de 1990, os grupos de lésbicas passam a interagir com os grupos LBGT's de forma mais integrada, como por exemplo na organização das paradas LGBT's que passam a acontecer em São Paulo e posteriormente em várias outras cidades brasileiras. (MARTINHO, 2009).

Em muitos momentos, verificou-se, em interação com o movimento LGBT, com o movimento feminista e com outros grupos esquerdistas, a questão das dificuldades nas relações interpessoais, opressões e disputas por poder, espaço e visibilidade. Tal foi também o que impulsionou algumas lésbicas brasileiras a se desvincularem dos movimentos maiores chamados LGBT's, em determinados momentos. E, como a história demonstra, a disputa acompanhou as lésbicas nos conflitos internos dentro dos grupos e na articulação com o movimento de lésbicas em âmbito regional e nacional.

Os eventos de âmbito nacional, os SENALE's, foram criados com a finalidade de reunir e capacitar lideranças de todo o território nacional, bem como promover o debate sobre as especificidades das lésbicas, visando uma contribuição efetiva na construção de políticas públicas para esta população. Consideramos sua existência um importante marco histórico para o movimento de lésbicas no Brasil. Percebemos, no entanto, que em algumas vezes tais espaços acabam por ser uma reprodução intensa das violências sofridas pelas ativistas. Isso torna o espaço político do movimento de lésbicas mais um possível palco de conflitos entre elas, em consonância com a forma competitiva como as mulheres aprendem a se relacionar em uma sociedade capitalista, heteropatriarcal, machista e individualista.

Verificamos que os conflitos internos causam, sem dúvida alguma, um enfraquecimento muito significativo dos grupos locais e regionais, prejudicando certamente o movimento nacional e seu avanço na conquista de direitos e de construção de uma contracultura lésbica de solidariedade e de apoio mútuo.

Sob a perspectiva dos direitos já conquistados, concluímos seguindo a linha de pensamento de Falquet, autora que nos traz elucidações importantes acerca dos movimentos de lésbicas pelo mundo. No tocante à realidade do Brasil, avanços parecem ter sido conquistados, mas, em circunstâncias mais profundas, podemos também analisar a política de respeito e tolerância com a diversidade como um progressivo processo de integração social em uma grande tentativa de despolitização de grupos que eram profundamente radicais, no sentido de libertação e transformação social de forma muito mais ampla (FALQUET, 2013).

Após este breve relato do movimento de lésbicas no Brasil, nossas impressões finais convergem muito para o pensamento enunciado por Falquet, no sentido de observarmos que em um mundo cada vez mais capitalista e individualista, uma política de institucionalização tem forte tendência a levar o movimento à neutralização. A simples extensão da "cidadania" às lésbicas, assim como às demais pessoas oprimidas das mais diversas formas, pode ser encarada como uma "forma de integração e fidelização de novas personagens a um projeto neoliberal em profunda crise de legitimidade" (FALQUET, 2013, p. 26).

Em termos da evolução das lutas da comunidade LGBT em geral, Sarah Shuman (2013), no mesmo sentido, nos enunciou que a proposta original e revolucionária de libertação de mentes e corpos passou a ser substituída, progressivamente, pela política dos direitos, por um caminho a favor da tolerância através da contenção legal. Assim, buscou-se progressivamente a obtenção de direitos iguais em todas as esferas para que haja reconhecimento da comunidade LGBT pela maioria heterossexual.

Ela ainda aduz que quando as pessoas LGBT's abandonam as arenas da diferença e da busca da transformação das bases sociais para seguir o caminho da adequação aos padrões vigentes, algumas passam a ter acesso aos aparelhos do Estado, à polícia e aos poderes de punição estatais, enquanto várias outras pessoas não podem ter acesso a tais forças. E o acesso de algumas pessoas não modifica a realidade de todas elas, como a transformação social o faria, pelo contrário, alimenta as diferenças já existentes na sociedade de uma forma geral. Assim, chama-nos a atenção para olharmos que à medida que a comunidade LGBT se normaliza e se identifica com as estruturas estatais, há menos potencial transformador das instituições que oprimem de forma significativa as mulheres e demais grupos que sofrem determinadas opressões. A ideologia a favor da família, por exemplo, é uma

grande evidência de um possível esquecimento de todo o aprendizado sobre esta instituição opressora para a vida e sexualidade das mulheres (SCHULMAN, 2013).

Sobre o movimento de lésbicas no Brasil, refletimos neste último momento que as evoluções existentes não devem ser desprezadas, porém, não devemos esquecer o caráter profundamente radical, subversivo e transformador das propostas de políticas lésbicas das décadas anteriores, muitas vezes perdida após a conquista de determinados direitos.

Ao concluir este resgate histórico, através do breve relato dos principais acontecimentos do período analisado, além da visão atenta e crítica, também nos permitimos refletir sobre os rumos do movimento e seu efeito potencial transformador e empoderador na vida de pessoas que dele fizeram parte e da sociedade brasileira.

Concluimos nossas considerações citando a feminista chilena Margarita Pisano, que nos enuncia acerca da desarticulação do sistema heteropatriarcal que foi a principal demanda levantada pelas lésbicas quando iniciaram suas lutas de forma autônoma, não somente no Brasil:

Sem repensar um movimento lésbico, político e civilizatório, não poderemos desarticular o sistema. Sem um olhar crítico, não saberemos se é desde dentro do próprio movimento lésbico que estamos traindo nossas políticas e nossas potencialidades civilizatórias. Que custos teve essa sucessão de súplicas à maquinaria masculinista para que nos aceite e nos legitime? (PISANO, 2001)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. S. de. **Da invisibilidade à vulnerabilidade**: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids. 2005, 344 p. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ALMEIDA, G. S; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: a identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Revista Gênero/UFF**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 225-249, 2. sem. 2008.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Ser mas não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico**. 2009. Disponível em: <http://cria.org.pt/site/images/ficheiros_imagens/working_papers/wp_cria_1_ser_mas_nao_ser_vale_de_almeida.pdf>. Acesso em 15 de nov. 2012

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. (Fatos e Mitos; 1)

BORGES, Babi. **1980: Surge o movimento homossexual brasileiro**. 1 jul.2009. Disponível em <<http://www.pstu.org.br/node/14669>>. Acesso em: 02 set. 2014.

BUNCH. Charlotte. Lesbians in Revolt. **The Furies**, Washington, jan.1972.

BUTLER. Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e a subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASSAL, Luan Carpes de Barros; GARCIA, Aline Monteiro; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **Psico**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, pp. 465-473, out./dez. 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2. Tradução de *Klauss Brandini Gerhardt*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013.

CLARKE, Cheryl. **The Days of Good Looks**: The Prose and Poetry of Cheryl Clarke, 1980 to 2005. Nova Iorque: Carroll & Graf Publishers, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 01 de 22 de março de 1999**. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 5 maio 2014.

COLETIVO DE LÉSBICAS DO RIO DE JANEIRO. **Cerimônia de abertura do I SENALE**. Rio de Janeiro. 29 de agosto de 1996. Livro de atas do grupo, único.

COLETIVO DE LÉSBICAS DO RIO DE JANEIRO. **Relatório do V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe**. Rio de Janeiro. 24 a 29 de março de 1999.

COUTINHO, Joana. ONG's: caminhos e (des)caminhos. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 13/14, 1º semestre 2005.

FACCHINI, Regina. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no movimento LGBT brasileiro. **Revista Latino americana Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n.3, 2009, pp.54-81.

_____. Somos – Grupo de afirmação homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil. **Cadernos AEL: Homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**, Campinas, v.10, n. 18/19, p. 79-123, 2003.

_____. **Sopa de Letrinhas?:** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALQUET, Jules. **Breves resenhas de Algumas Teorias Lésbicas**. Tradução de Janaina Rossi. Buenos Aires: Herética edições lésbicas e feministas independentes, 2013.

FERNANDES, Marisa. **Entrevista concedida à Núbia Carla Campos**. São Paulo. 07 e 09 de outubro de 2014.

FOREL, Auguste et al. **Erotologia feminina**. São Paulo: Edições Brasil, s/d.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 3 v. V.1: A vontade de saber.

_____. **Microfísica do Poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal. 2001

_____. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. Brasiliense. 1983.

GREEN, James N. Desire and militancy: lesbians, gays, and the brazilian Worker's Party. In: DRUCKER, P. (Org.). **Different rainbows: same-sex sexuality and popular struggle in the third world**. London: Gay Men's Press, 2000a.

_____. "Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, n. 15, p. 271-295, 2000b.

GRUPO SOMOS, [1979 ou 1980]. **Histórico**. São Paulo, 1p.

GRUPO SOMOS. Só queremos ser entendidas. **Lampião da esquina**, Rio de Janeiro, p. 11, maio de 1979.

HOAGLAND, Sarah Lucia; PENELOPE, Julia. **For Lesbian only**: a separatist anthology. Londres: Onlywomen, 1981.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, p. 287-314, 1./2. sem. 2003.

LAURENTI, Ruy. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças, **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.18, n. 5, out. 1984,

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em Movimento**: a criação de subjetividade (Brasil, 1979-2006). Brasília. 2007.

LINDGREN, Yone. **Entrevista concedida à Núbia Carla Campos**. De Rio de Janeiro para São Paulo. 15 de outubro de 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: UNICAMP, 1990.

_____. Em defesa do gueto. **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 1, p. 53-60, 1983.

_____. **O militante homossexual no Brasil da abertura**. 1985. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1985.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à Modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL**, n. 3/4, p. 45-67, 1/2. sem. 1995/1996.

MARSON, Melina Izar. Da feminista “macha” aos homens sensíveis: o feminismo no Brasil e as (des)construções das identidades sexuais. **Cadernos AEL**, n. 3/4, p. 69-110, 1/2. sem. 1995/1996.

MARTINHO, Miriam. **Agosto com orgulho**: os primórdios da organização lésbica no Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html>>. Acesso em 15 jul. 2014.

_____. **Dia da visibilidade lésbica**: 18 anos de uma história mal contada e sem registro. 2014. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2014/08/dia-da-visibilidade-lesbica-18-anos-de.html>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. **Livreto 19 de Agosto, Dia do Orgulho das Lesbianas no Brasil**. 28 de agosto de 2012. Disponível em <<http://pt.slideshare.net/miriammartinho/19deagostolivreto>>. Acesso em 07 de outubro de 2014.

MATIAS, Daniel. Psicologia e orientação sexual: Realidades em transformação. **Revista Análise Psicológica**, v. 1, n. XXV, p. 149-52, 2007.

MEAD, M. **Sexo e temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1969.

MELUCCI, A. **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society**. Philadelphia: Temple University Press, 1999.

MESQUITA, Marylucia (org.). **Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE): um breve resgate histórico**. Recife: DIVAS, 2008.

MÍCCOLIS, Leila; DANIEL, Herbert. **Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade**. Rio de Janeiro: Achiamé-SOCII, 1983.

MIRABET I MULLOL, Antoni. Homossexualid hoy. Barcelona: Heder, 1985. In: MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 31.

MOGROVEJO, N. **Un amor que se atrevió a decir su nombre**. México, D.F.: Plaza e Valdés, 2000.

MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 31.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Feminismo e lesbianismo: quais os desafios? **Labrys, estudos feministas**, n. 1-2, jul./dez. 2002.

_____. **Heterogênero: Uma categoria útil de análise** Educar, Curitiba, n. 35, p. 23-36, 2009.

_____. Lesbianismo: identidade ou opção eventual? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20., 1999, Florianópolis. **Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História**. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP/ANPUH, 1999. p. 1223-1239.

_____. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

NEHRING, Maria Lygia Q. M. **Família e feminismo: reflexão sobre papéis femininos na imprensa para mulheres**. 1981. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Alice. **Entrevista concedida à Núbia Carla Campos**. São Paulo. 15 de setembro de 2014.

OLIVEIRA, Alice. **Entrevista concedida à Núbia Carla Campos**. De Fortaleza para São Paulo. 08 de outubro de 2014.

PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. **Estigma, discriminação e AIDS**. Trad. Cláudia Pinheiro. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2001. (Coleção ABIA – Cidadania e Direitos, n. 1).

PEREIRA, Neusa das Dores. **Entrevista concedida à Núbia Carla Campos**. Rio de Janeiro. 05 de outubro de 2014.

PINAFI, Tânia. **Conflitos, estigmas e discriminação**: lésbicas e feministas em lutas por direitos nos anos de 1970 e 1980. 2011. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosuain.com.br/labrys/labrys20/brasil/pinafi.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. **Militante... Já viu, né? A homofobia nos processos de subjetivação dos militantes do Movimento LGBT**. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis. 2011.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PISANO, Margarita. **El triunfo de la masculinidad**. Santiago de Chile: Surada, 2001.

PONTES, Heloisa A. **Do palco aos bastidores**. O SOS-Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas. 1986. 274 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1986.

PORTINARI, D. B. **O discurso da homossexualidade feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FERNART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1997.

PROJETO MEMÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Passeata de encerramento da 17ª Conferência Internacional de Gays e Lésbicas – ILGA**. Disponível em: <<http://www.memoriaemovimentossociais.com.br/bancodeimagens/displayimage.php?album=1&pos=193>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

PROJETO MEMÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Passeata de encerramento da 17ª Conferência Internacional de Gays e Lésbicas – ILGA**. Disponível em: <<http://www.memoriaemovimentossociais.com.br/bancodeimagens/displayimage.php?album=1&pos=192>>. Acesso em 13 ago. 2014.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, 2. sem. 1995/1. sem. 1996, pp. 11-43.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**: Estudos Gays, Gênero e Sexualidade, Natal, n. 05, p. 17-44, jan/jun. 2010.

ROSE, Arnold M. Minorities. In: SILLS, David L. (ed.). **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: Macmillan Company, 1972.

SANTOS, J. F. **O que é pós moderno**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Trad. Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n., jan./abr. 2005.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10 – Desafios Atuais dos Feminismos. **Schulman, Sarah. Amigos diante da família, Sociedade diante do Governo**. Conferência de Encerramento. 2013, UFSC, Florianópolis.

SILVA, Wilson H. **A face homofóbica da ditadura**, 03 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/20522>>. Acesso em: 03 set. 2014.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. (Coleção História do Povo Brasileiro)

SPENCER, C. **Homossexualidade: uma história**. Tradução de Rubem M. Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SPITZER, R.L. The diagnostic status of homosexuality in DSM-III: a reformulation of the issues. **Am J Psychiatry**, v. 138, p. 210-215, 1981.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Série Tudo e história; n. 145).

TORRÃO-FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 127-152, jan./jun. 2005.

TOURAINÉ, Allan, La formation Du sujet, in Dubet e Wieviorka (orgs.), p-21-26 In Castells, Manuel. **O poder da Identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2002.

WELZER-LANG, Daniel. 2001. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, jul. 2001.

WITTIG, Monique. The straight mind. In: _____. **The straight mind and other essays**. Boston: Beacon Press, 2002.

_____. **O pensamento hétero**. 1980. Disponível em: <<http://www.mulheresrebeldes.org/>>. Acesso em: 19/11/13.

_____. El pensamiento heterosexual. In: _____. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Egales: Madrid, 2006, p. 45-57.

_____. La categoría de sexo. In: _____. **El pensamiento heterossexual y otros ensayos**. Egales: Madrid, 2006, p. 21-29.

_____. No se nace mujer. In: _____. **El pensamiento heterossexual y otros ensayos**. Egales: Madrid, 2006, p. 31-43.

WOLF, Debora G. **The lesbian community**. Los Angeles: University of California Press, 1970 In: MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 31.

ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: o Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. **Cadernos AEL**, n. 5/6, p. 192-220, 1996/1997.

ANEXO A – Jornais e Boletins utilizados na pesquisa

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição zero. Abril de 1978

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 01. Maio/Junho de 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 02. Junho/Julho de 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 03. Julho/Agosto de 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 04. Agosto/Setembro de 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 05. Outubro de 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 06. Novembro de 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 07. Dezembro de 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 08. Janeiro de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 09. Fevereiro de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 10. Março de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 11. Abril de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 12. Maio de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 13. Junho de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 14. Julho de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 15. Agosto de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 16. Setembro de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 17. Outubro de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 18. Novembro de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 19. Dezembro de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição Extra 01. Dezembro de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 20. Janeiro de 1980.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 21. Fevereiro de 1980.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição nº 22. Março de 1980.

- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 23. Abril de 1980.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 24. Maio de 1980.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 25. Junho de 1980.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 26. Julho de 1980.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 27. Agosto de 1980.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 28. Setembro de 1980.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 29. Outubro de 1980.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 30. Novembro de 1980.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 31. Dezembro de 1980.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 32. Janeiro de 1981.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 33. Fevereiro de 1981.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 34 Março de 1981.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 35. Abril de 1981.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 36. Maio de 1981.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição nº 37. Junho de 1981.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição Extra 02. sem mês. 1980.
- LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro. Edição Extra 03. sem mês. 1980.
- JORNAL CHANACOMCHANA,** São Paulo. Edição nº 01. Janeiro de 1981.
- BOLETIM CHANACOMCHANA.** São Paulo. Edição nº 01. Dezembro de 1992.
- BOLETIM CHANACOMCHANA.** São Paulo. Edição nº 02. Março de 1983.
- BOLETIM CHANACOMCHANA.** São Paulo. Edição nº 03. Maio de 1983.
- BOLETIM CHANACOMCHANA.** São Paulo. Edição nº 04. Setembro de 1983.
- BOLETIM CHANACOMCHANA.** São Paulo. Edição nº 05. Maio de 1984.
- BOLETIM CHANACOMCHANA.** São Paulo. Edição nº 06. Nov/Dez/Jan de 1984 e 1985.
- BOLETIM CHANACOMCHANA.** São Paulo. Edição nº 07. Abril de 1985..

- BOLETIM CHANACOMCHANA.** São Paulo. Edição nº 08. Agosto de 1985.
- BOLETIM CHANACOMCHANA.** São Paulo. Edição nº 09. Dez/Fev de 1985 e 1986.
- BOLETIM CHANACOMCHANA.** São Paulo. Edição nº 10. Junho/Set de 1986.
- BOLETIM CHANACOMCHANA.** São Paulo. Edição nº 11. Out/Jan de 1986 e 1987.
- BOLETIM CHANACOMCHANA.** São Paulo. Edição nº 12. Fev/Maio de 1987.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 1. Ago/Out 1987.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 2. Fev/Mar 1988.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 3. Abr/Mai 1988.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 4 Jun/Jul 1988.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 5. Ago/Out 1988.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 6. Fev/Mar 1989.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 7. Jun/Jul 1989.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 8. Ago/Out 1989.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 9. Nov/Jan 1990.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 10. Fev/Abril 1990.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 11. Inverno de 1990.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 12. Primavera de 1990.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 13. Outono de 1991.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 14. Inverno de 1991.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 15. Primavera 1991.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 16. Outubro 1992.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 17. Inverno 1992.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 18. Verão 1992-1993.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 19/20. Out/Inverno 1993.
- BOLETIM UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 21. Verão/Out 1994.

- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 22. Maio 1995.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 23. Janeiro 1996.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 24. Junho de 1996.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 25. Dez/97 a Abr/97.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 26. Agosto/Dez 1997.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 27. Jan/Abril 1998.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 28. Maio/Agosto 1998.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 29. Dez/98 Março 1999.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 30. Março/Junho 1999.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 31. Jan/Março 2000.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 32. Junho/Agosto 2000.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 34. Fev/Abril 2001.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 35. Maio/Julho 2001.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 36. Março/Junho 2002.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 37. Inverno 2002.
- REVISTA UM OUTRO OLHAR.** São Paulo. Edição nº 38. Inverno Dez/2002-Fev/2003.
- BOLETIM VISIBILIDADE.** Rio de Janeiro. nº 01 – Agosto de 1998.
- BOLETIM VISIBILIDADE.** Rio de Janeiro. nº 02 – Dezembro de 1998. .
- BOLETIM VISIBILIDADE.** Rio de Janeiro. nº 03 – Março de 1999.
- BOLETIM VISIBILIDADE.** Rio de Janeiro. nº 03 – Ano de 2001. .